



Presidência da República
Casa Civil
Secretaria de Administração
Diretoria de Gestão de Pessoas
Coordenação – Geral de Documentação e Informação
Coordenação de Biblioteca





Presidente Fernando Henrique Cardoso

Mensagem ao Congresso Nacional

Brasília
1997

Presidente Fernando Henrique Cardoso

MENSAGEM AO CONGRESSO NACIONAL

Na Abertura da 3^a Sessão Legislativa
Ordinária da 50^a Legislatura

1997

**MENSAGEM
AO CONGRESSO
NACIONAL**

© 1997, Presidência da República Federativa do Brasil

Brasil, Presidente (1995 - : F.H. Cardoso)

Mensagem ao Congresso Nacional : abertura da 3^a Sessão Legislativa Ordinária da 50^a Legislatura / Fernando Henrique Cardoso. — Brasília : Presidência da República, Secretaria de Comunicação Social, 1997.

185p. — (Documentos da Presidência da República)

1. Política e governo — Brasil. I. Cardoso, Fernando Henrique, 1931 — II. Título. III Série.

CDD 320.981

REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

Presidente da República
Fernando Henrique Cardoso
Vice-Presidente da República
Marco Antônio de Oliveira Maciel
Ministro de Estado da Justiça
Nelson Azevedo Júnior
Ministro de Estado da Marinha
Almirante-de-Esquadra Mauro César Rodrigues Pereira
Ministro de Estado do Exército
General-de-Exército Zorildo Gonzaga Zorionto de Lucena
Ministro de Estado das Relações Exteriores
Embaixador Luiz Felipe Palmeira Lampreia
Ministro de Estado da Fazenda
Pedro Sempre Malan
Ministro de Estado dos Transportes
Alicídes José Saldanha
Ministro de Estado da Agricultura, do Abastecimento e da Reforma Agrária
Atílio Porto Neto
Ministro de Estado da Educação e do Desporto
Pedro Renato Souza
Ministro de Estado da Cultura
Francisco Correa Welfort
Ministro de Estado do Trabalho
Pinto de Tarso Almeida Paiva
Ministro de Estado da Previdência e Assistência Social
Reinbold Stephanus
Ministro de Estado da Aeronáutica
Tenente-Brigadeiro-do-Ar Lélio Viana Lôbo
Ministro de Estado da Saúde
Carlos César de Albuquerque
Ministro de Estado da Indústria, do Comércio e do Turismo
Francisco Orvaldo Neves Donelles
Ministro de Estado de Minas e Energia
Raimundo Mendes de Brito
Ministro de Estado do Planejamento e Orçamento
Antônio Kandir
Ministro de Estado das Comunicações
Sérgio Roberto Vieira da Motta
Ministro de Estado da Administração Federal e Reforma do Estado
Luiz Carlos Bresser-Pereira
Ministro de Estado da Ciência e Tecnologia
José Izael Vargas
Ministro de Estado do Meio Ambiente, dos Recursos Hídricos e da Amazônia Legal
Gustavo Kraenzl Gonçalves Sobrinho
Ministro de Estado Extraordinário dos Esportes
Edson Arantes do Nascimento
Ministro de Estado Extraordinário de Política Fundiária
Raul Belisario Jungmann Pinto
Ministro de Estado Extraordinário para Coordenação de Assuntos Políticos
Luiz Carlos dos Santos
Ministro de Estado Chefe do Estado-Maior das Forças Armadas
General-de-Exército Benedito Orofie Bezerra Lourenço
Ministro de Estado Chefe da Casa Civil da Presidência da República
Clóvis de Barros Carvalho
Secretário-Geral da Presidência da República
Eduardo Jorge Caldas Poirier
Chefe da Casa Militar da Presidência da República
General-de-Brigada Alberto Mendes Cardoso
Secretário de Assuntos Extratégicos da Presidência da República
Enxilhador Ronaldo Mota Sardenberg
Secretário de Comunicação Social da Presidência da República
Enxilhador Sérgio Silva do Amaral
Secretário Especial de Políticas Regionais
Fernando Rodrigues Catão
Advogado-Geral da União
Geraldo Magela da Cruz Quintão

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	XI
I- PANORAMA ECONÔMICO	1
Inflação	2
Nível de Renda e Emprego	4
Distribuição de Renda	6
Atividade Econômica	8
Política Monetária e Creditícia	12
Política Cambial e de Comércio Exterior	17
Política Fiscal	20
II- INVESTIMENTOS PARA O DESENVOLVIMENTO	29
Brasil em Ação	29
III - DESENVOLVIMENTO SOCIAL	33
Programa Comunidade Solidária	33
Trabalho	37
Previdência e Assistência Social	43
Saúde	49
Educação	57
Cultura	63
Esportes	70

Desenvolvimento Urbano, Habitação e Saneamento	71
Reforma Agrária	76
IV - INFRA-ESTRUTURA	79
Transportes	79
Energia	85
Comunicações	97
V - GESTÃO PÚBLICA	107
Coordenação Governamental	107
Modernização Administrativa	108
Relações Exteriores	111
Planejamento Governamental	114
Financiamento do Desenvolvimento	118
Desenvolvimento Regional	122
VI - CIÊNCIA E INOVAÇÃO	127
VII - MEIO AMBIENTE	137
VIII - SETOR PRODUTIVO	145
Agricultura	145
Indústria	149
Turismo	155
Recursos Hídricos e Irrigação	159
Mineração	164
IX - JUSTIÇA, SEGURANÇA E CIDADANIA	173
X - DEFESA NACIONAL	181

INTRODUÇÃO



Senhores Membros do Congresso Nacional

O Brasil de 1997, tal como o vejo, é um país que começa a colher os frutos da estabilidade econômica e política, entra no quinto ano consecutivo de crescimento e, com vigor redobrado, começa a resolver seus graves problemas sociais. É, por isso mesmo, um país que cresce dia-a-dia no interesse da comunidade internacional e na confiança de seu próprio povo.

Está em nossas mãos a chave de decisões fundamentais para fazer dessa confiança a certeza de que este é um país que afinal encontrou seu rumo.

Que a confiança da Nação nos inspire — aos Senhores Membros do Congresso e ao Presidente da República — humildade, sabedoria e firmeza para tomar essas decisões.

Desindexação e distribuição de renda

Em 1996, o Brasil acabou de virar a página negra da superinflação. Mais do que a marca de um dígito, ao redor da qual fechamos o ano, o que nos dá essa certeza é a firme tendência declinante das variações de preços, que se mantém desde o lançamento do Real e deve continuar em 1997, segundo a previsão praticamente unânime de analistas e agentes econômicos.

Entre as causas desse êxito estão os avanços decisivos que completamos no processo de desindexação da economia. Avanços que não se deram sem resistência, diga-se de passagem. Resistência natural dos poucos que ganhavam muito com os ativos financeiros indexados e, até com maior intensidade, resistência equivocada de quem confundia indexação do salário nominal com defesa do salário real do trabalhador.

O fim da indexação realmente custou caro aos especuladores e aos bancos. A participação do setor financeiro na renda nacional caiu pela metade, de 16% para 8%.

Mas os milhões de brasileiros que vivem de salário ou do seu próprio trabalho autônomo, longe de serem prejudicados, livraram-se do perverso imposto inflacionário. Por isso distribuição de renda no Brasil deixou de ser uma figura de retórica para se tornar realidade mensurável.

O rendimento médio dos brasileiros aumentou 28% em termos reais entre 1993 e 1995, segundo o IBGE. Para os 10% mais pobres, o aumento foi de mais de 100%. Em 1996, o rendimento médio das pessoas ocupadas teve um aumento real de mais de 8%.

A recuperação da renda também beneficiou os aposentados e pensionistas: desde julho de 1994, o piso dos benefícios pagos pela Previdência Social teve um aumento real de 19%.

O crescimento do consumo de alimentos, vestuário, material de construção e eletrodomésticos confirma, sem margem de dúvida, aquilo que cada um pode ver no dia-a-dia: os brasileiros, principalmente os mais pobres, estão vivendo melhor.

O que mais será preciso para se arquivar a idéia da indexação de salários e preços como instrumento válido de defesa do trabalhador?

Crescimento com continuidade

A distribuição de renda só foi possível porque os fatos desmentiram outro equívoco: que recessão e desemprego em massa seriam o preço a pagar pela estabilização da economia.

De 1993 a 1995, o PIB brasileiro cresceu em média 4,7% ao ano, mais que o dobro da média dos dez anos anteriores. Em 1996 deve ter crescido em torno de 3%. As previsões para 1997 situam-se entre 4% e 5%. Assim o Brasil estará completando cinco anos consecutivos de crescimento, com uma taxa acumulada de cerca de 25%.

Fica claro aquilo que sempre afirmei, como Ministro da Fazenda e como Presidente: que a estabilidade não seria um fim em si mesmo, mas uma condição necessária para o crescimento com continuidade, que é, este sim, o objetivo da nossa política econômica.

Novo ciclo de industrialização

No começo do Plano Real, a produção e o consumo cresceram fundamentalmente pelo aproveitamento da capacidade ociosa da indústria. Daqui por diante, a continuidade do crescimento passa a ser impulsionada por outro fator: a firme retomada dos investimentos produtivos.

No terceiro trimestre de 1996, a taxa agregada de investimento chegou a 16,4% do PIB, contra 15,5% no último trimestre de 1995. O investimento estrangeiro direto mais do que dobrou em um ano, atingindo US\$ 9,2 bilhões, e vai continuar crescendo em 1997.

De fato, mais do que crescimento linear, o novo ciclo de investimento está pondo em marcha uma profunda reestruturação da economia brasileira, com intensa incorporação de novas tecnologias e o espraiamento da industrialização para regiões do país aonde ela não havia chegado, ou havia muito fracamente.

A indústria automobilística é um exemplo marcante, mas não único, da descentralização que está em curso. Há apenas dois anos só havia montadoras em dois Estados brasileiros: São Paulo e Minas Gerais. Hoje esses dois Estados estão produzindo muito mais automóveis, em mais fábricas, e há montadoras instaladas ou em processo de instalação no Rio Grande do Sul, Paraná, Rio de Janeiro e Bahia.

Eis aí outra forma de distribuição de renda sobre a qual se falava muito e se fazia pouco no Brasil: a diminuição dos desequilíbrios regionais. Começamos a fazê-la e, conjugando as iniciativas deste Congresso, do Executivo federal, dos governadores, dos empresários e da sociedade, vamos levá-la ainda mais longe.

Os caminhos do desenvolvimento

A retomada dos investimentos reflete, além da confiança na estabilização, a percepção dos investidores nacionais e estrangeiros de que o Brasil hoje tem uma estratégia clara de desenvolvimento, sintonizada com as realidades da economia mundial e firmemente respaldada pelo governo e pela sociedade.

Dois eixos dessa estratégia — a abertura comercial e a mudança do papel do Estado na economia — registraram avanços marcantes em 1996.

Abriram-se novas perspectivas para o Mercosul a partir da assinatura de acordos de livre comércio com o Chile e a Bolívia, e o prosseguimento de negociações com os demais países do Pacto Andino para a formação de uma Área de Livre Comércio Sul-Americana. A ênfase na integração regional, longe de representar uma opção exclusivista, melhora a posição do Brasil diante dos demais parceiros comerciais, na escala de prioridades dos investidores e, por conseguinte, nos fóruns internacionais de negociação.

A soma das exportações e importações brasileiras atingiu a marca histórica de US\$ 100 bilhões. Tendo em vista o tamanho e a complexidade da economia brasileira, o comércio exterior pode e deve crescer muito mais, potencializando o crescimento do mercado interno, que continua a ser o motor principal do nosso desenvolvimento.

O déficit da balança comercial resultou em larga medida do aumento das importações de bens de capital destinados à modernização da estrutura produtiva nacional. Tal modernização, junto com as medidas já adotadas de redução do "custo Brasil" — aumento da eficiência da infra-estrutura, desoneração tributária, desburocratização, melhoria das condições de financiamento, — vai impulsionar significativamente o desempenho das exportações, com resultados visíveis já a partir deste ano. Vamos colher esses resultados com a tranquilidade que nos proporcionam o fluxo crescente de investimentos estrangeiros diretos, a melhoria das condições de captação de recursos no mercado financeiro internacional e reservas internacionais da ordem de US\$ 60 bilhões.

Quanto à mudança do papel do Estado na economia, 1996 marcou o início do investimento em larga escala de capitais privados em infra-estrutura, com a venda de ativos estatais e novas concessões nos setores de energia elétrica e ferrovias. Esse movimento deve

ampliar-se em 1997, abrangendo, além dos já citados, os setores de telecomunicações, portos, rodovias e mineração.

O processo de privatização é importante para a redução do "custo Brasil" e a superação de deficiências de infra-estrutura que poderiam limitar severamente o crescimento da economia. Os investimentos privados têm uma participação fundamental no Programa Brasil em Ação, que reúne 42 projetos prioritários do governo nas áreas de infra-estrutura e social.

A privatização é também um instrumento importante de política fiscal, na medida em que permite reduzir o estoque da dívida e a pressão dos juros respectivos sobre o gasto público. Mas não é o único aspecto relevante na transformação do papel econômico do Estado.

Menos visível, mas igualmente fundamental, é o fortalecimento da função reguladora do Estado, especialmente ali onde sua participação como produtor direto de bens e serviços está sendo reduzida. A Agência Nacional de Energia Elétrica, instituída em 1996, assim como as agências reguladoras dos setores de petróleo e telecomunicações, cuja legislação ainda está em exame pelo Congresso Nacional, são marcos da nova forma de articulação entre Estado e atividade produtiva.

O saneamento das instituições financeiras federais está devolvendo ao governo — e ao país — outro poderoso instrumento de política econômica. Todas elas estão com mais recursos para aplicar, e com prioridades claras para aplicar melhor.

O Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social, para citar um exemplo, desembolsou R\$ 9 bilhões no financiamento de investimentos em 1996. Este ano deve chegar perto dos R\$ 12

bilhões, metade dos quais destinados à reestruturação dos segmentos da indústria doméstica mais fortemente impactados pela abertura comercial. Quebrando o padrão anterior de concentração de recursos em poucos megaprojetos, a atuação do BNDES volta-se para o fomento a pequenas e médias empresas, o acesso ao crédito para a população mais pobre e a sustentação do nível de emprego e renda. Como um marco dessa mudança, no fim de janeiro último, o banco firmou seu primeiro contrato de crédito popular, com uma organização comunitária de Porto Alegre.

Ao contrário de um suposto "desmantelamento" do Estado brasileiro, a redução do seu papel como produtor direto caminha lado a lado com o substancial fortalecimento do seu papel de coordenação da atividade econômica e, em última análise, da sua capacidade de atuação estratégica em defesa dos interesses nacionais.

Por tudo isso, o Brasil tem razões para encarar com confiança suas perspectivas de desenvolvimento diante dos desafios e oportunidades da globalização da economia. Não somos, decididamente, um país que deva ou possa resignar-se a ficar à margem desse processo.

Avanços na área social

O balanço de dois anos de governo também é animador em relação às perspectivas de superação do secular atraso social brasileiro. Dois anos de esforços persistentes de racionalização do gasto público nessa área traduzem-se numa soma expressiva de êxitos, em benefício do conjunto da população e especialmente dos mais pobres.

Há um ano, fazendo o balanço do primeiro ano de governo, afirmei que o Brasil havia parado de piorar. Hoje posso afirmar com convicção que começamos a melhorar também na área social.

Os êxitos colhidos pelo Comunidade Solidária nas suas várias frentes de atuação — combate à mortalidade infantil, apoio ao desenvolvimento da educação infantil e ao ensino fundamental, geração de ocupação e renda, qualificação profissional, melhoria da alimentação de escolares e famílias pobres, das condições de moradia e de saneamento básico, fortalecimento da agricultura familiar — encorajaram-nos a estender sua atuação a 1.100 municípios.

Redução da mortalidade infantil

Registro com particular satisfação a queda dos índices de mortalidade infantil no país em geral, e nas áreas trabalhadas pelos agentes comunitários de saúde em especial, onde a redução estimada foi da ordem de 40%. A meta do Programa de Redução da Mortalidade na Infância é reduzir pela metade, até 1999, a média nacional do início da década, que era de 50 óbitos por mil nascidos vivos.

Esse resultado reflete a melhora dos níveis gerais de renda e de consumo trazida pelo Real. Mas demonstra também, e especialmente, a eficácia da estratégia de combate à fome e à pobreza articulada pelo Comunidade Solidária, baseada na eleição de prioridades claras, na coordenação das ações do Governo Federal de acordo com essas prioridades e no estabelecimento de parcerias com os Estados, Municípios e a sociedade civil.

Melhora da saúde pública

A queda da mortalidade infantil aponta para uma realidade que a evolução positiva de outros índices confirma: a melhora da situação da saúde pública no país.

A distribuição de leite a 1,2 milhão de crianças e o fornecimento de 7,5 milhões de cestas básicas a famílias carentes traduziram-se em queda da mortalidade e no número de internações de crianças por desnutrição nos municípios beneficiados.

Saúde pública também é habitação e saneamento. Estima-se que cada ponto percentual de ampliação do acesso da população aos serviços de saneamento básico acarreta uma redução de mais de seis pontos na mortalidade infantil. Os recursos federais contratados na área de saneamento permitiram o atendimento de 1,8 milhão de famílias em 1996, contra 363 mil em 1995, gerando 278 mil novos empregos. Existem hoje no país, financiadas pelo Governo Federal, 2.700 obras de saneamento e habitação em andamento em mais de 2.200 municípios.

A poliomielite e o tétano neonatal encontram-se praticamente erradicados do Brasil. O mal de Chagas, doença que mata 43 mil pessoas anualmente na América Latina, caminha para ser eliminado em no máximo três anos. Segundo a Organização Mundial de Saúde, nosso país vem realizando um dos melhores trabalhos de combate à transmissão dessa doença. A difteria e a coqueluche vêm sendo eficientemente controladas pelas campanhas regulares de multivacinação.

Municipalização do SUS

A melhora do quadro de saúde pública é parcialmente obscurecida pela situação, muitas vezes precária, do sistema hospitalar. Também nesse campo, todavia, há iniciativas importantes em andamento.

A dificuldade para fazer face à expansão dos gastos federais com o Sistema Único de Saúde, parcialmente aliviada pela entrada em vigor da CPMF em janeiro último, não paralisou os esforços no sentido da melhoria da gestão, tendo por eixo a municipalização e a redivisão dos papéis da União e dos Estados em relação ao sistema. No final de 1996, mais de 3 mil municípios brasileiros estavam habilitados em alguma das formas de gestão descentralizada vigentes, dos quais 137 municípios, abrangendo 16% da população, respondiam plenamente pela gestão da atenção básica à saúde. A meta é elevar esse número para 2.700 municípios em 1997.

Uma revolução educacional em marcha

Na educação, o Governo Federal assumiu efetivamente outra prioridade muito homenageada em palavras e negligenciada na prática: a melhoria do ensino fundamental. Várias ações orientadas nesse sentido começam a apresentar resultados: o treinamento de professores através da TV Escola, que neste ano deve alcançar 52 mil estabelecimentos; o repasse direto de recursos federais a 154 mil escolas públicas em todo o país; o estabelecimento de novos parâmetros curriculares da primeira a quarta séries e a avaliação de 466 livros didáticos; a distribuição gratuita, antes do início do ano letivo, de livros didáticos a 30 milhões de alunos.

• Os avanços nessa área devem assumir um ritmo verdadeiramente revolucionário a partir da instituição do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental e de Valorização do Magistério, que redistribui recursos federais, estaduais e municipais de modo a assegurar um gasto mínimo de R\$ 300,00 por aluno/ano.

Mais benefícios e melhor atendimento na Previdência

Na Previdência, o já mencionado aumento do valor real dos benefícios pagos e a expansão do número de beneficiários fizeram a despesa total com benefícios montar a R\$ 41 bilhões em 1996, com um incremento real de 16% sobre o ano anterior. O desempenho excepcional da arrecadação nos últimos dois anos, acumulando um crescimento real de quase 40%, permitiu que se fizesse frente a esse aumento da despesa. O equilíbrio das contas da Previdência continua precário, contudo, enquanto não se operar as mudanças estruturais de que trata a proposta de emenda constitucional em tramitação no Senado Federal.

A par da expansão da quantidade, registram-se melhorias na qualidade do atendimento aos segurados. Um dos indicadores dessa qualidade, o tempo médio de concessão de benefícios, caiu de 35 para 25 dias ao longo de 1996.

Melhor aplicação dos recursos da assistência social

Em parceria com Estados, Municípios e entidades não governamentais, os programas federais na área de assistência social possibilitaram o atendimento de 1,5 milhão de crianças em creches e de 400 mil idosos em asilos e centros de apoio. Graças à descentralização das ações e à melhoria da gestão no âmbito federal, os gastos administrativos se reduziram a 3 centavos para cada real dispendido, contra 56 centavos por real no antigo sistema.

Reforma agrária supera metas

O programa de reforma agrária superou pelo segundo ano consecutivo a meta de assentamento, beneficiando 62 mil famílias.

As metas para este ano incluem o assentamento¹ de mais 80 mil famílias, fornecimento de crédito de implantação para 217 mil e de produção para 109 mil famílias, e expedição de 43 mil documentos de titulação.

Também nesta área, a coordenação das ações de diferentes órgãos federais e as parcerias com Estados e Municípios devem garantir aos assentados a infra-estrutura, serviços e assistência necessários à sua emancipação. No mesmo sentido, a aquisição de terras a partir de 1997 deve priorizar áreas cuja qualidade e localização permitam reduzir os custos e aumentar a viabilidade econômica dos assentamentos.

Apoio à reciclagem dos trabalhadores

Os ganhos de produtividade têm feito o mercado de trabalho contrair-se na indústria, ao mesmo tempo que se expande nos demais setores da economia, principalmente o de serviços. Para facilitar a adaptação a essa mudança, o Governo Federal, em articulação com os Estados, ofertou em 1996 um total de 1 milhão de vagas em cursos de qualificação e requalificação profissional, com prioridade para trabalhadores de baixa escolaridade, desempregados, subempregados e empresários e empregados de micro e pequenas empresas. A meta para 1997 é chegar a 1,8 milhão de matrículas.

Os exemplos acima, pinçados do extenso capítulo sobre Desenvolvimento Social que integra esta mensagem, devem ajudar a desfazer mais um equívoco dos nossos opositores: o de que este governo, inegavelmente bem sucedido na condução da economia, seria insensível à pobreza e às injustiças que ensombrecem o quadro social brasileiro.

Tal alegação, além de desmentida pelos fatos, baseia-se numa oposição teoricamente superada entre o "econômico" e o "social". Num mundo em que a riqueza das nações depende crescentemente do progresso científico e tecnológico e da qualificação dos trabalhadores, a elevação do nível de vida do conjunto da população é, mais que um valor democrático e de solidariedade humana, um requisito do desenvolvimento econômico.

Reforma do Estado

Por significativos que tenham sido nossos avanços nestes dois anos, no entanto, é forçoso reconhecer que a possibilidade de atendimento dos reclamos de justiça e bem-estar social dos brasileiros esbarra nas estruturas do Estado, cuja rigidez e anacronismo comprometem seu equilíbrio financeiro, assim como a quantidade e qualidade dos serviços ofertados à população e, em última análise, as próprias possibilidades de crescimento da produção e do emprego.

O setor público brasileiro fechou 1996 com um déficit operacional acumulado de 4% a 4,5% do PIB, pouco abaixo do registrado em 1995. Entre as causas desse desequilíbrio, destacam-se o crescimento dos gastos da União com a Previdência, já mencionado, e dos gastos de pessoal dos Estados e Municípios.

Prevê-se uma redução do déficit público em 1997, contando com a continuidade da queda da taxa de juros e da expansão das receitas tributárias e da Previdência. Contudo, a ampliação das perspectivas de desenvolvimento econômico e social do país permanece em larga medida condicionada a mudanças mais profundas nas estruturas do Estado, que desenhem um horizonte bem definido de equilíbrio fiscal para os investidores privados e abram espaço para a expansão dos investimentos públicos em infra-estrutura e na área social.

Senhores Membros do Congresso Nacional:

Tanto quanto a consistência econômica das medidas adotadas, o ambiente de estabilidade política vivido pelo Brasil nos últimos três anos foi e é decisivo para o êxito da estabilização e a retomada do crescimento da economia.

Temos sido, os Senhores e eu, co-responsáveis pela manutenção desse clima, exercitando os princípios constitucionais da independência e harmonia dos Poderes que representamos de uma forma que, sem falsa modéstia, considero excepcional na história da República.

Porque entendemos que os problemas de um país em transformação num mundo em transformação não comportam soluções infalíveis nem verdades absolutas, temos feito do livre cotejo das nossas diferenças de visão um método de trabalho. Porque reconhecemos que as soluções que o Brasil reclama dependem de uma ampla convergência de vontades, temos sabido abrir mão de diferenças menores nos momentos de decisão.

Assim demos ao país os instrumentos legais para deter o carro desgovernado da superinflação sem atropelos nem quebra de direitos. Assim completamos as mudanças constitucionais necessárias à abertura da economia e demos passos firmes na sua regulamentação. Assim avançamos na simplificação do sistema tributário e na desoneração das exportações, dos investimentos produtivos e das micro e pequenas empresas. Assim demos início a uma revolução branca na educação através da emenda do ensino fundamental. Assim estamos revendo a legislação para desbloquear a realização da reforma agrária. Assim discutimos, aprovamos e sancionamos dezenas de leis que, no conjunto, já configuraram o mais extraordinário ciclo

de transformações vivido pelo Brasil na vigência do Estado de Direito democrático.

Acredito, Senhores, que é chegado o momento de aprofundar esse ciclo com decisões positivas em relação a reforma do Estado, começando pelas propostas de emenda constitucional sobre a administração pública, previdência e sistema tributário.

Ao longo de dois anos de discussões no âmbito do Executivo e do Legislativo, pudemos amadurecer essas mudanças, aquilatando suas inegáveis dificuldades tanto quanto a impossibilidade de eludi-las.

Enfrentemos as dificuldades, portanto. Poderemos fazê-lo começando por tornar claro para nós mesmos e para a sociedade que não se trata, com as reformas, de suprimir direitos, mas sim de garantí-los a longo prazo, com equanimidade, a todos os brasileiros: servidores públicos e contribuintes, trabalhadores ativos e inativos, aposentados do setor público e do privado. Busquemos, a partir das propostas de emenda em tramitação nas duas casas do Congresso, o ponto de equilíbrio entre esses direitos. Talvez nos surpreendamos ao verificar que a compreensão da própria sociedade evoluiu nesta matéria e, tal como nas mudanças da ordem econômica, aquilo que há pouco tempo despertava controvérsias apaixonadas tornou-se assimilável.

Façamo-lo com firmeza, contudo, sem nos deixarmos paralisar pela incompreensão eventual daqueles que, a trilhar o caminho das mudanças necessárias, preferem agarrar-se como naufragos aos destroços de privilégios insustentáveis.

Vencida a barreira da incompreensão, aprovadas as reformas, os frutos do desenvolvimento econômico e social em pouco tempo mostrarão até aos mais recalcitrantes que este Congresso e o Presidente da República mais uma vez convergiram em busca do melhor para o país.

Imbuído dessa certeza, saúdo os Senhores Membros do Congresso Nacional na abertura de mais um ano legislativo.

Brasília, 17 de fevereiro de 1997.

Fernando Henrique Cardoso
Presidente da República

I. PANORAMA ECONÔMICO

A evolução da conjuntura econômica em 1996 foi marcada pela flexibilização da política monetária e creditícia e pela recuperação gradual da atividade econômica, ao mesmo tempo em que se observou declínio da inflação para níveis anualizados inferiores a um dígito, mercê, entre outros fatores, de avanços significativos no processo de desindexação.

Além disso, ocorreram mudanças estruturais decisivas para ampliar o potencial de crescimento sustentável da economia brasileira. A esse respeito, cabe destacar as privatizações, que deslancharam no setor de infra-estrutura, tanto em nível federal, como estadual. Somadas as receitas apuradas em ambos os níveis, alcançamos o recorde de 5,4 bilhões de reais, mais que o dobro do montante obtido em 1993, até então o ano de maior receita. Foi praticamente concluída a privatização da Rede Ferroviária Federal, iniciaram-se as privatizações das distribuidoras de energia elétrica, 31 portos foram incluídos no Programa Nacional de Desestatização — PND e o programa de arrendamento de áreas e terminais portuários para o setor privado acelerou-se: todas essas iniciativas indicando redução de custos e melhoria na eficiência da infra-estrutura. Portanto, maior competitividade da economia.

Frente a esse quadro favorável, o investimento estrangeiro direto aumentou de modo significativo, atingindo US\$ 9,2 bilhões, mais que

o dobro do ano anterior, sinal claro de confiança dos agentes externos nos rumos da economia brasileira. Na mesma linha, observou-se aumento da taxa agregada de investimento que alcançou, no terceiro trimestre do ano, 16,4 % do Produto Interno Bruto — PIB, contra 15,5 % no último trimestre de 1995.

Em resumo, verificaram-se avanços importantes, no sentido da consolidação da estabilidade e da criação das condições necessárias ao desenvolvimento do País.

INFLAÇÃO

A média dos principais índices (IGP-DI, INPC e IPC-FIPE) mostra que a inflação declinou de um patamar de 20 %, em 1995, para 10 %, conforme ilustrado no Gráfico 1 abaixo. Cabe lembrar que esse resultado supera favoravelmente as projeções dos analistas econômicos que, no início do ano, previam uma inflação anual, para o consumidor, na faixa de 14 a 16 %.

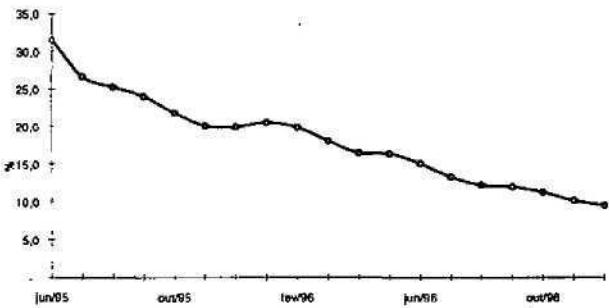


Foto: IBGE - FPE • FGV

Importa destacar a estabilidade do custo da cesta básica, fator importante para o bem-estar das camadas menos favorecidas da população. A despeito da recuperação dos preços agrícolas ao longo do ano, dados do DIEESE mostram que o custo da cesta básica encontrava-se, em dezembro, em níveis muito próximos aos vigentes no início do Plano Real.

A inflação vem caindo num ambiente de liberdade de preços, com marcada redução das práticas de indexação. Fortalece-se assim, cada vez mais, uma dinâmica de formação de preços em que eventuais aumentos de alguns produtos e serviços resultam apenas em mudanças nos preços relativos e não mais em elevação generalizada de preços.

Outro fator importante na queda observada das taxas de inflação tem sido a crescente convergência entre as variações de preços dos bens internacionais (comercializáveis com o exterior ou *tradables*) e dos bens domésticos (*non-tradables*).

Com efeito, tomando-se os preços dos serviços como representativos dos bens domésticos privados e os dos setores competitivos e oligopolistas como representativos dos bens internacionais, percebe-se, com base em dados da FIPE, que a diferença entre a variação dos preços dos dois grupos não ultrapassou 20 %, ao passo que, entre julho de 1994 e dezembro de 1995, a diferença havia alcançado 103 %.

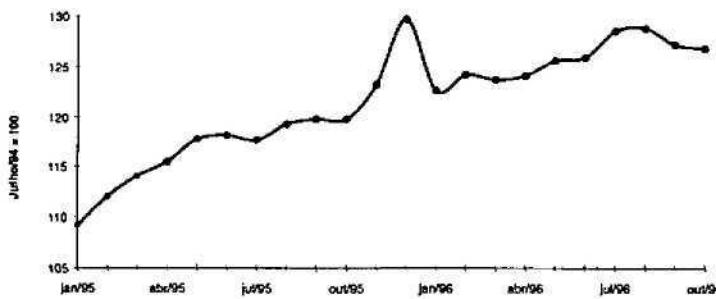
Os resultados favoráveis colhidos mostram que a política econômica está em perfeita sintonia com o objetivo de consolidar o Plano Real. O Governo Federal continuará trabalhando para reduzir ainda mais a inflação. Esta poderá declinar, segundo vários analistas, para algo entre 6 e 8 %, em 1997. Para tanto deverão contribuir os seguintes fatores: recuperação da atividade agrícola, com a safra de grãos voltando a um nível próximo a 78 milhões de toneladas, continuidade

do processo de acomodação dos preços dos serviços, principalmente aqueles regidos por contratos, ausência de desequilíbrios fundamentais no setor real da economia e, finalmente, enraizamento ainda maior, na população, da percepção de que a estabilidade econômica veio para ficar.

NÍVEL DE RENDA E EMPREGO

A queda da inflação e a ampliação da disponibilidade de crédito possibilitaram o aumento do consumo por parte da população de renda mais baixa, principalmente de bens duráveis. Para que isso ocorresse, foi fundamental também o aumento verificado na massa de rendimentos reais das pessoas ocupadas (10,4 %), decorrente tanto do crescimento do rendimento médio (8,1 %), como da elevação do total de pessoas empregadas (2 %), conforme ilustram os Gráficos 2 e 3 abaixo.

Gráfico 2
Rendimento Médio Real das Pessoas Ocupadas



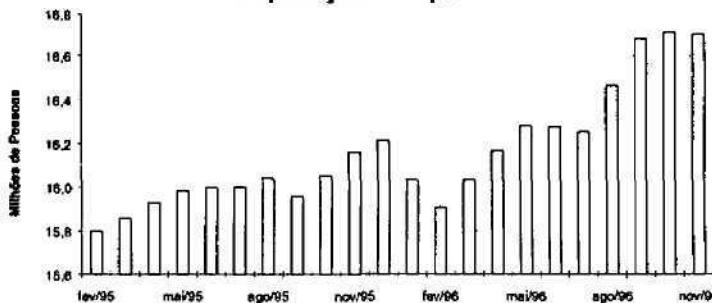
Notas: seis principais regiões metropolitanas: Recife, Salvador, Belo Horizonte, Rio de Janeiro, São Paulo e Porto Alegre. Deflacionado pelo IPC.

Fonte: IBGE

Em termos reais, a massa de rendimentos do trabalho cresceu em todas as categorias: empregados com carteira assinada (6,1 %), por conta própria (15,2 %), sem carteira assinada (15 %) e empregadores (8,2 %). Por setores de atividade, esses aumentos foram de 14,5 % nos serviços, 11,5 % no comércio, 14 % na construção civil e 1,6 % na indústria de transformação.

Paralelamente, ao longo de 1996, foram criados 290 mil postos de trabalho nas principais regiões metropolitanas do País, de acordo com dados da Pesquisa Mensal de Emprego — PME, exibidos no Gráfico 3.

Gráfico 3
População Ocupada



Note: seis principais regiões metropolitanas do Brasil: Recife, Salvador, Belo Horizonte, Rio de Janeiro, São Paulo e Porto Alegre

Fonte: IBGE

Estes dados, portanto, revelam uma nova dinâmica do mercado de trabalho, caracterizada principalmente pelos ganhos expressivos de produtividade no setor industrial (ao redor de 4,5 %, em 1996, em relação a 1995) e pelo consequente aumento de oportunidades nos demais setores econômicos, notadamente o de serviços. Ademais, embora se tenha observado aumento na taxa de desemprego, de 4,6%

em 1995 para 5,4% em 1996, as perspectivas são positivas para 1997, pois tem havido queda do desemprego desde julho.

O ajuste do mercado de trabalho é crucial para a consolidação de uma nova etapa de desenvolvimento da economia brasileira. O Governo vem procurando acelerar esse processo de duas formas. Para enfrentar as transformações que vêm ocorrendo na estrutura produtiva, especialmente na indústria, que passa a requerer com intensidade crescente profissionais especializados, tem investido em programas de reciclagem para os trabalhadores que perdem seus empregos. Adicionalmente, o Governo tem realizado esforços com vistas a flexibilizar as relações de trabalho, e assim fomentar o emprego formal, como demonstra projeto de lei nesse sentido em apreciação no Congresso Nacional.

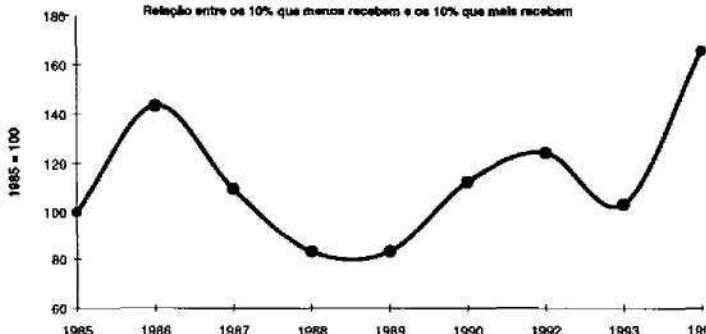
DISTRIBUIÇÃO DE RENDA

A redução duradoura da inflação, somada ao crescimento econômico em anos recentes, resultou não só em aumento importante da massa de rendimentos do trabalho, mas também em melhora significativa na distribuição da renda.

Segundo dados da Pesquisa Nacional por Amostragem de Domicílio — PNAD, mais abrangentes do que os da PME, o rendimento médio das pessoas aumentou 28 %, em termos reais, entre 1993 e 1995.

Acresce que esse ganho deu-se de forma mais acentuada no segmento de renda mais baixa. Enquanto na faixa dos 10% que menos recebem o rendimento médio real mais do que dobrou de valor, na faixa dos 10% mais bem remunerados o aumento foi da ordem de 25%, como ilustrado no Gráfico 4.

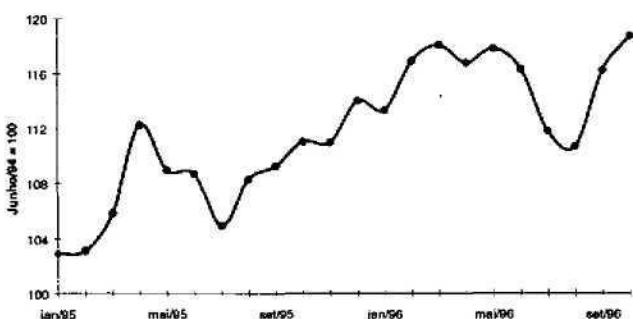
Gráfico 4
Rendimento Médio Real no Brasil
 Relação entre os 10% que menos recebem e os 10% que mais recebem



Fonte: IBGE/PNAD

Os dados para a Grande São Paulo também indicam ter havido redistribuição de renda, que se consolida em 1996. Assim, no período de janeiro de 1995 a outubro de 1996, o rendimento médio real dos 25 % ocupados que menos recebem cresceu 19,4 % relativamente ao dos 25 % ocupados que mais recebem, conforme se observa no Gráfico 5.

Gráfico 5
Rendimento Real Trimestral da População Ocupada na Grande São Paulo
 Relação entre os rendimentos dos 25% que menos recebem e dos 25% que mais recebem



Fonte: SEADE/DIEESE

O processo redistributivo desdobrou-se ainda na dimensão regional. No período de inflação elevada, vinha-se observando uma reconcentração da renda em favor das regiões onde a presença do sistema financeiro é mais significativa. Com a estabilização e o consequente esvaziamento das atividades financeiras em termos relativos, essa tendência deve ser revertida. Tanto mais porque o esvaziamento da atividade financeira se faz acompanhar da descentralização da produção e do investimento em busca de oportunidades em outras regiões. Esse processo é ilustrado pela evolução diferenciada da produção industrial física, que mostra retração de aproximadamente 4 % em São Paulo e 0,5 % na Região Sul, ao mesmo tempo em que se registra crescimento em Minas Gerais (4 %), Rio de Janeiro (3 %) e na Região Nordeste (1 %).

ATIVIDADE ECONÔMICA

A evolução da situação econômica foi marcada por dois momentos distintos no que se refere ao nível de atividade. Durante o primeiro trimestre, a recuperação que se havia esboçado no último trimestre de 1995 perdeu ímpeto. A partir das medidas de flexibilização do crédito, no entanto, a economia passou a apresentar expansão mais pronunciada, que resultou em crescimento constante do PIB no segundo e terceiro trimestres quando medido em relação aos respectivos trimestres anteriores.

Assim, o ano se encerrou com a economia retomando sua trajetória de crescimento. A expectativa é de que o PIB em 1996 tenha apresentado crescimento ao redor de 3 %. Os desdobramentos dessa trajetória de crescimento nos próximos trimestres resultará em aumento entre 4 e 5 % em 1997.

Em termos de desempenho setorial, a evolução do PIB foi influenciada positivamente pelo comportamento do setor de serviços, que apresentou crescimento de 3,5 % no acumulado até o terceiro trimestre, não obstante retração de 9,1 % das instituições financeiras. Destaque-se o desempenho do segmento de comunicações, que acumulou aumento de 14,2 % nos três primeiros trimestres do ano em relação ao mesmo período do ano anterior.

O PIB do setor agropecuário também obteve crescimento até o terceiro trimestre do ano (1,8 %), porém abaixo do PIB total. Nesse setor, o destaque positivo foi a produção animal, com crescimento de 6,6 %, ao passo que a lavoura apresentou queda de 1,6 % no período.

A indústria, por sua vez, acumulou pequeno crescimento nos três primeiros trimestres do ano (0,6 %). O destaque foi a indústria extractiva mineral cujo PIB cresceu 9,6 %. A indústria de transformação deve fechar o ano com crescimento aproximado de 1%.

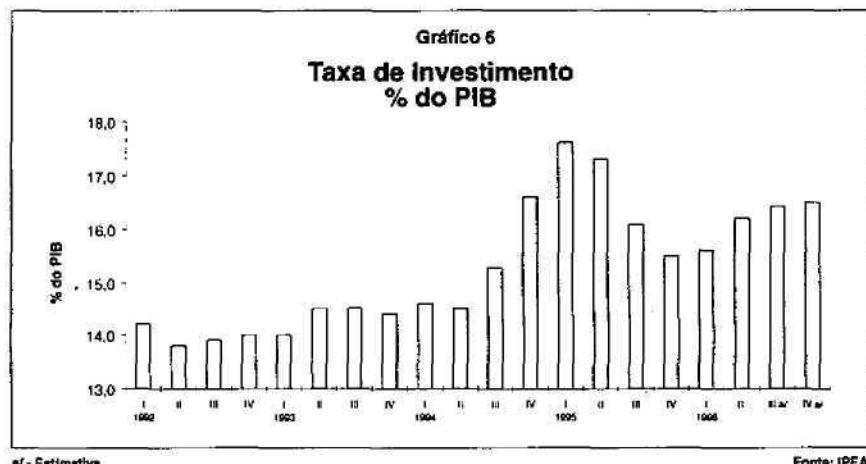
Os segmentos de eletroeletrônicos e alimentos tiveram desempenho muito favorável, como reflexo dos efeitos positivos da inflação baixa, e da maior disponibilidade de crédito nas camadas de menor renda, no primeiro caso. Quanto aos eletrônicos, cabe ressaltar o crescimento das vendas de refrigeradores (34 %), televisores em cores (45 %), videocassetes (46 %), fornos de microondas (76 %), sempre na comparação dos valores acumulados de janeiro a novembro de 1996 contra igual período de 1995. No que concerne aos alimentos, ressalte-se a elevação da produção física de bens ligados à cadeia do trigo (9 %), café e açúcar (7%), proteína animal (9 %), bem como bebidas (6 %).

O desempenho do comércio, tomando-se por base os dados de São Paulo (Federação do Comércio do Estado de São Paulo — FCESP),

mostrou crescimento de 2 % nas vendas físicas (5% se excluídas as vendas de concessionárias de veículos). Esse dado indica que parte significativa da queda de faturamento real do comércio varejista, de aproximadamente 5 % (3 % se excluídas as vendas de concessionárias de veículos), ocorreu por redução das margens de lucro, portanto em benefício do consumidor.

A recuperação das vendas esteve associada significativamente à expansão do crédito, sem que tenha havido um novo ciclo de inadimplência. Com efeito, o índice de inadimplência líquida em São Paulo, que havia sido de 12,5% em 1995, exibiu queda para 7,8% em 1996.

Importa notar que a expansão gradual do consumo foi acompanhada de retomada importante dos investimentos. De fato, a taxa de investimento, em preços constantes, atingiu 16,4 % do PIB no terceiro trimestre, ante 15,5 % no final de 1995, conforme ilustrado no Gráfico 6 abaixo.



No segundo e terceiro trimestres do ano, o investimento total cresceu a taxas de 4,6 % e 5,1 %, respectivamente, em relação aos trimestres imediatamente anteriores, com destaque para os bens de capital importados, que cresceram 17,5 % no segundo trimestre e 20,1% no terceiro. Os números relativos aos bens de capital mostram uma mudança significativa na estrutura do investimento. Como já foi notado, essa mudança constitui fator importante dentro da dinâmica de ajuste das empresas à estabilidade e à abertura externa. Isso porque os bens de capital podem proporcionar ganhos futuros de produtividade e competitividade.

Ao mesmo tempo, verificou-se aumento dos investimentos em infra-estrutura, os quais abrigam um componente maior de recursos domésticos (por exemplo, através das construções). O Banco Nacional do Desenvolvimento Econômico e Social — BNDES desempenhou papel importante no incremento desses investimentos. De fato, os desembolsos do Banco para o setor de infra-estrutura atingiram cerca de 3 bilhões de reais, aproximadamente 50 % a mais do que o desembolsado em 1995.

A tendência de aumento dos investimentos em infra-estrutura deverá se manter, permitindo a ruptura de limites físicos à expansão maior da economia e ganhos adicionais de competitividade! Para tanto, haverá ampliação do processo de privatização e concessões de serviços públicos ao setor privado, tanto em nível federal, como estadual. Em 1996 iniciou-se a privatização do setor elétrico e praticamente completou-se a privatização da Rede Ferroviária Federal S.A. — RFFSA, com o leilão de cinco das seis malhas, as mais importantes, responsáveis por cerca de 97 % da carga transportada

em ferrovias federais ou 50 % de toda a carga transportada no País, se excetuarmos a ferrovia de Carajás, operada pela Cia. Vale do Rio Doce — CVRD. Em 1997 a privatização da RFFSA será concluída, a do setor elétrico avançará substancialmente — estando programada a venda de várias distribuidoras estaduais — e o arrendamento de áreas e terminais portuários ao setor privado ganhará fôlego redobrado.

POLÍTICA MONETÁRIA E CREDITÍCIA

Conforme já salientado, a política monetária e creditícia foi marcada por um processo de flexibilização gradual, de modo a evitar uma recuperação explosiva da demanda agregada. As alíquotas referentes às várias modalidades de compulsório foram diminuídas; em alguns casos, eliminadas, a exemplo daquelas sobre operações ativas. Além disso, medidas sucessivas foram implementadas no sentido de facilitar o crédito ao consumidor, englobando as atividades de *leasing*, *factoring* e consórcios.

Outro parâmetro de importância central, a taxa de juros, apresentou forte redução ao longo do período. A taxa de juros de títulos públicos federais (SELIC), que baliza todas as demais taxas da economia, decresceu de 2,8% para 1,8 % ao mês, em termos efetivos, o que contribuiu não apenas para melhorar as condições de crédito e estimular a atividade econômica, mas também para reduzir o custo da dívida pública.

Gráfico 7
Taxa Básica de Juros dos Títulos Públicos Federais
Variação % Mensal



Fonte: Banco Central do Brasil.

Apesar do declínio persistente das taxas de juros básicas ao longo do ano, as taxas de juros das operações ativas mostraram redução menos acentuada. Esse fato deveu-se, entre outras coisas, à cautela do mercado privado de crédito em virtude do ciclo de inadimplência vivido em 1995. Ainda assim, houve redução importante no custo dos empréstimos (a taxa efetiva mensal em empréstimos para capital de giro declinou de 9,1% em maio de 1995, para 4,5% em outubro de 1996).

Quanto à oferta pública de crédito, cabe salientar a modificação ocorrida na metodologia de cálculo da Taxa de Juros de Longo Prazo — TJLP, que baliza os financiamentos concedidos pelo BNDES. Em virtude dessa modificação, a TJLP declinou de 14,97 % ao ano para 11 %, a partir de dezembro, contribuindo para diminuir o custo dos empréstimos do BNDES para investimentos.

Além de monitorar o processo de flexibilização das restrições monetárias e creditícias, a administração da política monetária buscou reforçar as bases para o controle dos agregados monetários, tendo

havido estrito cumprimento das metas estabelecidas nas quatro Programações Monetárias Trimestrais aprovadas pelo Conselho Monetário Nacional — CMN e submetidas ao Senado Federal.

Note-se a respeito que, de modo geral, as taxas de expansão dos agregados monetários apresentaram forte tendência decrescente ao longo do ano. A variação percentual em 12 meses da base monetária, que estava em torno de 20% desde novembro de 1995, caiu acentuadamente a partir de junho, até atingir 8,6 % em outubro, alcançando variação negativa de 3,1% ao final do ano.

Ainda mais importante que o gerenciamento da liquidez e da flexibilização das restrições creditícias, foi a reformulação dos mecanismos de atuação da autoridade monetária, conferindo maior transparência ao sistema e colocando o Brasil, sob esse aspecto, lado a lado com os países mais desenvolvidos.

Uma das mais importantes alterações foi a criação do Comitê de Política Monetária — COPOM, que executa as principais diretrizes da política monetária definidas pelo CMN. Ao criar-se um órgão colegiado com essas atribuições, pretendeu-se ampliar o âmbito das discussões sobre a política monetária, como também emprestar maior transparência à decisão sobre a fixação das taxas de juros.

No mesmo sentido, com a reformulação dos instrumentos relativos ao redesconto e a criação da Taxa Básica do Banco Central — TBC e da Taxa de Assistência do Banco Central — TBAN, passou a existir um mercado de reservas bancárias com mais liberdade, submetido a intervenções mais discretas da mesa de operações de mercado aberto do Banco Central, ao mesmo tempo em que se revitalizou a assistência de liquidez, importante instrumento de política monetária.

Em relação às condições de financiamento da economia, o Governo criou novos instrumentos, com o objetivo de fortalecer o mercado de capitais e aumentar as alternativas de captação das empresas, contribuindo para o aumento da poupança interna e geração de financiamento de longo prazo para os investimentos.

Um exemplo são os Fundos de Empresas Emergentes, regulamentados em 1996. O objetivo desses fundos é investir em empresas médias de capital fechado, através da compra de valores mobiliários (ações, debêntures conversíveis em ações ou bônus de subscrição em ações) por elas emitidos, de modo a prepará-las para se tornarem companhias de capital aberto.

Outra importante inovação financeira foi o Fundo de Aposentadoria Programada Individual — FAPI. Trata-se de um fundo de investimentos que tem como objetivo principal constituir um plano de aposentadoria complementar, em benefício dos trabalhadores, especialmente de autônomos e de empregados de pequenas e médias empresas não atendidos por planos fechados de previdência complementar. O FAPI visa também beneficiar indivíduos já participantes de outros planos de previdência complementar, mas ainda assim interessados em uma suplementação maior de renda no período de aposentadoria. O projeto de lei regulamentando a matéria encontra-se atualmente em tramitação no Senado Federal, já tendo sido aprovado pela Câmara dos Deputados.

Cabe registrar ainda o projeto de lei que cria o Fundo Mútuo de Privatização (FMP-FGTS), enviado ao Congresso Nacional no final do ano. Trata-se de um fundo a ser constituído com parcela de recursos destacada das contas vinculadas do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço — FGTS, por opção expressa e individual de cada empregado. Os créditos do Fundo de Compensação de Variações Salariais —

FCVS detidos pelo FGTS serão utilizados como moeda de privatização (“moeda social”) nos leilões a serem realizados no âmbito do Programa Nacional de Desestatização e dos programas estaduais de privatização, mediante autorização do Conselho Nacional de Desestatização.

Com essa iniciativa, pretende-se, a uma só vez, atingir três objetivos: (i) oferecer uma opção a mais para o trabalhador aplicar seus recursos do FGTS — o trabalhador passa a ter chance de obter remuneração superior à da conta vinculada do FGTS; (ii) fortalecer e democratizar o programa de privatizações e o mercado de capitais; (iii) abater parte da dívida pública federal.

Esse conjunto de iniciativas deverá contribuir para gerar maior poupança interna e permitir aumento expressivo do nível de investimento na economia brasileira.

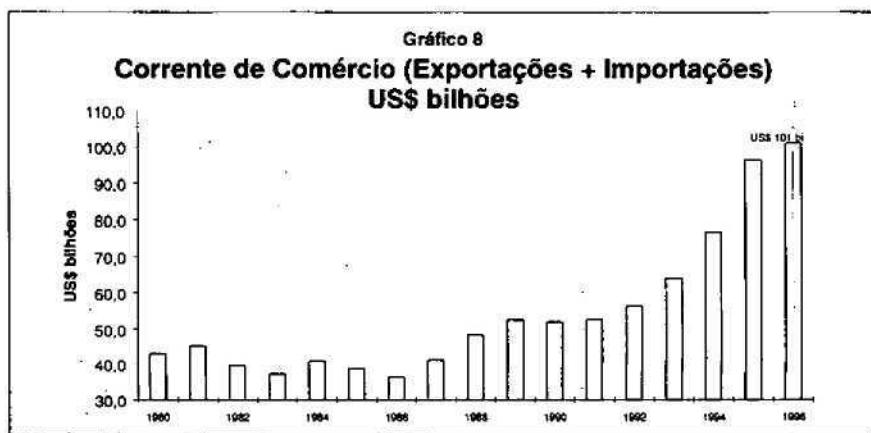
Não pode passar sem menção o fato de que 1996 marcou avanço significativo na reestruturação do sistema financeiro nacional, com a ocorrência de diversas fusões de instituições e a solução da crise de alguns grandes bancos, como o Nacional e o Econômico, sem traumas para o sistema. Para tanto, foram importantes as medidas tomadas pelo Governo ao final de 1995, notadamente a criação do Programa de Reestruturação do Sistema Financeiro — PROER e do Fundo Garantidor de Crédito — FGC.

Muito foi feito também em relação aos bancos estaduais, com a criação de mecanismos que permitem o equacionamento das dívidas dos estados para com seus bancos, induzindo-os a sanear ou privatizar essas instituições.

POLÍTICA CAMBIAL E DE COMÉRCIO EXTERIOR

A política governamental para o setor externo tem procurado consolidar a abertura comercial e a modernização da economia brasileira.

A abertura da economia é ilustrada pela expansão significativa da corrente de comércio (total das transações comerciais com o exterior), que atingiu cerca de US\$ 100 bilhões, conforme demonstrado no Gráfico 8.



Fonte: MICT e SRF

Ênfase tem sido conferida à integração comercial com os países do Mercosul e, a partir deste, com os demais países do continente sul-americano. Esse processo apresentou avanços notáveis, com a assinatura de dois acordos de livre comércio: o primeiro entre o Mercosul e o Chile, em junho, o segundo entre o Mercosul e a Bolívia, em dezembro. Além disso, evoluíram as negociações com os demais países do Pacto Andino, com vistas à formação de uma Área de Livre Comércio Sul-Americana.

Somado aos efeitos da redução permanente da inflação sobre o mercado consumidor interno, o processo de integração regional da economia brasileira tem sido fator importante para atração de volumes crescentes de investimento estrangeiro direto. Sintomaticamente, grandes grupos transnacionais já estruturaram seus processos produtivos tendo em vista o caráter integrado do mercado nessa região do globo.

Como decorrência do acelerado processo de modernização da estrutura produtiva do País, a balança comercial acumulou um déficit de US\$ 5,5 bilhões, com exportações de US\$ 47,7 bilhões (crescimento de 2,7%, em comparação a 1995), e importações de US\$ 53,3 bilhões (crescimento de 6,9%, em relação a 1995). Cabe destacar o aumento de 12,1% na importações de bens de capital, enquanto as importações de bens de consumo diminuíram 11,0%.

O aumento das importações de bens de capital representa fator positivo para a consolidação da política de abertura comercial. Isso porque reflete o empenho das empresas nacionais em busca de maior competitividade. Esse ganho de competitividade será fundamental para possibilitar, num segundo momento, maior dinamismo das exportações.

Importa observar, no entanto, que o Governo Federal já desencadeou, afora as iniciativas no âmbito do programa de privatizações e do "Brasil em Ação", todas voltadas à redução dos custos e aumento da eficiência da infra-estrutura, um conjunto articulado de ações com vistas a melhorar de imediato o desempenho das exportações. Dentre elas, cabe destacar: (i) aprovação da nova lei do ICMS, que desonera do imposto cerca de um terço da pauta de exportações do País, (ii) ampliação da possibilidade de compensar, sob a forma de crédito presumido do IPI, o PIS e Cofins pagos na compra de matérias-

primas, insumos e embalagens, (iii) início da licitação de "portos secos", com o propósito de descongestionar e baratear os trâmites aduaneiros, (iv) definição das bases do Seguro de Crédito às Exportações, mecanismo que deixara de operar efetivamente desde meados dos anos 80, e (v) fortalecimento e ampliação do alcance dos financiamentos às exportações pelo BNDES.

O déficit da balança comercial, somado aos fluxos de pagamentos a serviços de fatores, resultou em um déficit em conta corrente de US\$ 24,3 bilhões, 3,3 % do PIB, ante 2,5%, em 1995.

Vale observar, no entanto, que houve substancial melhora do perfil do financiamento do balanço de pagamentos. Os investimentos em *portfolio* atingiram um total de US\$ 6,1 bilhões, em comparação com US\$ 4,7 bilhões no ano anterior. No mesmo período, os investimentos diretos foram de US\$ 9,2 bilhões, contra US\$ 3,0 bilhões, em 1995, podendo-se esperar para 1997 um volume de investimentos diretos da ordem de US\$ 10 bilhões. Os dados do balanço de pagamentos até setembro mostram ainda que o fluxo de capitais de curto prazo caiu de US\$ 16,7 bilhões em 1995 para apenas US\$ 4,4 bilhões em 1996, enquanto os empréstimos de médio e longo prazos cresceram 36 %, atingindo US\$ 16,6 bilhões.

As captações de recursos no exterior têm sido feitas em melhores condições, refletindo percepção mais favorável do mercado financeiro internacional em relação ao Brasil. O prazo médio das operações passou de 6,2 anos, no quarto trimestre de 1995, para 7,7 anos, no quarto trimestre de 1996, ao mesmo tempo em que ocorreu redução do custo global de captação, de 11,0 %, no quarto trimestre de 1995, para 10,2 %, em novembro de 1996.

Adicionalmente, cabe destacar que em dezembro de 1996 o País contava com reservas internacionais robustas, no valor de US\$ 59,0 bilhões, conforme indica o Gráfico 9.



Nota: conceito caixa

Fonte: Banco Central do Brasil

Ressalte-se, finalmente, que o Governo tem mantido a política cambial de desvalorização gradual dentro do sistema de bandas.

POLÍTICA FISCAL

O resultado fiscal de 1996 aponta déficit operacional acumulado de cerca de 4 a 4,5 % do PIB, ligeiramente abaixo do nível observado em 1995. É de notar que embora se tenha avançado significativamente no sentido de um ajuste fiscal permanente, os resultados positivos ainda não se refletem nos números consolidados.

Dentre os fatores que explicam esses resultados, deve ser registrado o crescimento das despesas da Previdência e dos gastos de pessoal de um conjunto grande de estados e municípios. Esse cresci-

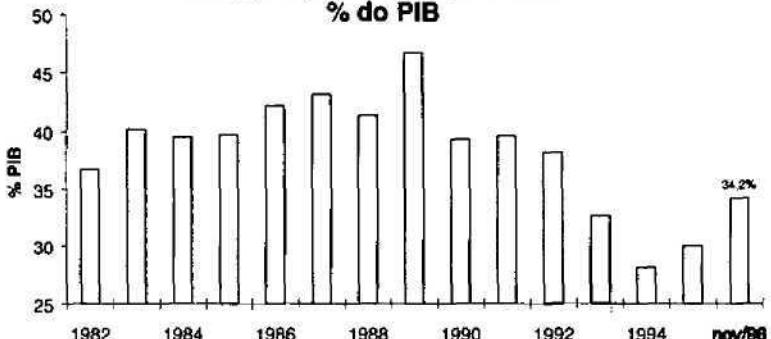
mento deveu-se, em boa medida, a aumentos salariais verificados em 1995, cujos efeitos só vieram a se materializar plenamente em 1996. Pelo lado da arrecadação, algumas mudanças introduzidas ao final de 1995 e suprimidas nas novas regras vigentes para 1997 (especialmente a que ampliava a possibilidade de as empresas recolherem o Imposto de Renda com base no lucro presumido) tiveram o efeito de postergar os ganhos esperados de receita.

Importa notar que o resultado do déficit explicitava também desequilíbrios que, na realidade, já se encontravam presentes antes mesmo da implantação do Real. Estados e municípios, por exemplo, deixaram de dispor do mecanismo de financiar-se por meio de atrasos no pagamento de servidores, empreiteiros e fornecedores. Além disso, o Governo Federal, para emprestar transparência às contas públicas, explicitou passivos antes não contabilizados nas estatísticas da dívida pública, a exemplo dos passivos do Banco do Brasil e da Rede Ferroviária Federal, estes absorvidos pela União antes de iniciada a privatização e aqueles cobertos mediante capitalização do Banco com títulos do Tesouro Nacional.

A explicitação de passivos preexistentes explica assim, em boa parte, a variação positiva da dívida pública em 1996, muito embora não tenha havido piora do desempenho fiscal do Governo Federal no ano.

O saldo da dívida líquida do setor público deverá alcançar 35% do PIB em 1996, sendo cerca de 17 % de responsabilidade do Governo federal, 12 % dos Governos estaduais e municipais e 6% das empresas estatais, conforme mostra o Gráfico 10.

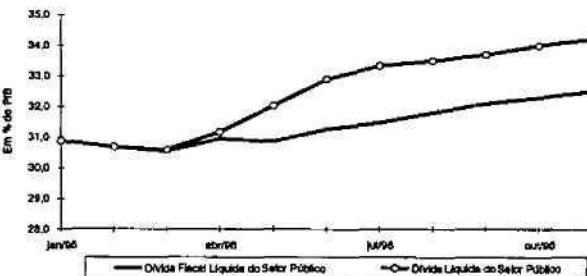
Gráfico 10
Dívida Líquida do Setor Público
% do PIB



Fonte: Banco Central do Brasil

O Gráfico 11 mostra os mesmos dados anteriores da dívida líquida do setor público, deduzidos porém os ajustes patrimoniais, que no mês de novembro representavam algo em torno de 1,9 % do PIB. Esses ajustes referem-se ao incremento verificado recentemente na dívida líquida do setor público, diretamente relacionado à incorporação de dívidas contraídas no passado, as quais o Governo vem

Gráfico 11
Evolução da Dívida Líquida e da Dívida Fiscal Líquida
do Setor Público
Em % do PIB - 1996



Fonte: Banco Central do Brasil

normalizando. Feitas essas deduções obtém-se a *dívida fiscal líquida*, conceito que espelha melhor o comportamento fiscal do Governo em 1996.

Com relação às receitas tributárias, o Governo tem implementado medidas de aperfeiçoamento do sistema tributário com vistas a eliminar distorções na alocação de recursos, melhorar as condições de cobrança da dívida ativa e de defesa da União e tornar mais eficiente a gestão de seu patrimônio. Em 1996 aprovou-se a nova lei do ICMS que elimina desestímulos ao investimento e exportações, a legislação do Imposto de Renda da Pessoa Jurídica foi aperfeiçoada e introduziu-se uma inovação importante no que respeita à tributação das micro e pequenas empresas: o SIMPLES. Essa inovação visa principalmente criar condições para o desenvolvimento da capacidade empresarial dessas empresas, simplificando de forma importante o cumprimento de suas obrigações tributárias.

No que concerne às despesas orçamentárias, o item gastos com pessoal e encargos do Governo Federal apresentou queda real, quando comparado a 1995. Esses gastos, entretanto, ainda representam cerca de 58 % da receita líquida, isto é exclusivo as transferências, com o agravante de que vem aumentando a participação dos inativos no total.

Diante desse quadro, a reforma administrativa é de fundamental importância, principalmente no que se refere a estados e municípios. Antes da estabilização, o ajuste da folha salarial do setor público era feito pela corrosão inflacionária e pelo atraso na concessão de reajustes. No contexto atual de inflação baixa, a eficiência desse mecanismo foi drasticamente reduzida, explicitando o excesso de gastos com pessoal. Assim, adotou-se um conjunto de medidas infra-constitucionais para fazer face ao problema, suprimindo-se privilégios injustificados. Além disso, implantou-se o Programa de Demissões

Voluntárias do Governo Federal — PDV, com o objetivo de diminuir o efetivo do funcionalismo público federal, além de se avançar no processo de extinção de órgãos e empresas.

Outra fonte de desequilíbrio das contas públicas foram os gastos com a Previdência Social. A situação da Previdência durante o período de inflação elevada assemelhava-se à dos bancos, na medida em que conseguia receitas inflacionárias significativas com a aplicação financeira das disponibilidades de caixa. Era esperado, portanto, um impacto negativo da estabilização sobre as contas da Previdência.

O equilíbrio intertemporal do sistema previdenciário tem sido uma preocupação constante do Governo. Para minorar as perspectivas de desequilíbrio foram adotadas as medidas, como a modificação de regras de concessão dos benefícios de aposentadorias especiais e a vedação da utilização do tempo de atividade não-contributivo do trabalhador rural para fins de carência, contagem recíproca e averbação do tempo de serviço.

Também foram tomadas providências de impacto mais imediato, como a revisão dos critérios de concessão de benefícios que dependem de licença médica e a agilização da cobrança da dívida ativa, além de uma melhoria geral nos mecanismos de controle. Importa notar, entretanto, que mesmo sendo possível a curto prazo restabelecer o equilíbrio nas contas da Previdência, ainda assim será necessário aprovar uma reforma profunda do sistema de seguridade social, matéria atualmente em discussão no Congresso Nacional, de modo a enfrentar as mudanças demográficas e na estrutura do mercado de trabalho.

Considerando os efeitos graduais desse conjunto de medidas na área fiscal, pode-se concluir que haverá declínio mais acentuado do

déficit nos próximos anos. Para tanto, terá importância também a continuidade do processo de renegociação das dívidas estaduais, condicionado a programas de ajuste fiscal e privatização de empresas estaduais.

A perspectiva de redução do déficit público é sustentada pela proposta orçamentária federal (inclusive Previdência) para 1997. A proposta embute expectativa de superávit primário de 0,8% do PIB, um crescimento expressivo em relação ao resultado registrado em 1996. A continuação da queda da taxa de juros permitirá redução da carga de juros reais para o setor público consolidado, de cerca de 4,5% do PIB em 1996 (5,1% em 1995) para cerca de 3,5% a 4% do PIB em 1997. Trata-se, dessa maneira, de criar condições macroeconómicas mais favoráveis a taxas de crescimento do produto e do emprego elevadas e sustentadas.

Nesse esforço importante de ajustamento fiscal, espera-se, em 1997, aumento de 12% em relação à receita da Previdência prevista para 1996, como resultado tanto de alterações na legislação de contribuições de empregados, empregadores e trabalhadores autônomos (as quais deverão atingir 45,2 bilhões de reais, contra 40,6 bilhões, em 1996), como do aumento da atividade econômica e do esforço de combate à evasão. Contudo, prevê-se que os benefícios deverão aumentar 11,9%, totalizando 46,3 bilhões de reais, contra um dispêndio, em 1996, calculado no conceito de fluxo de caixa, de 41,8 bilhões.

Com relação às empresas estatais federais, o Programa de Dispêndios Globais —PDG para 1997 estabelece tetos para os gastos, buscando a geração de poupança adicional para os investimentos, bem como resultados globais compatíveis com as metas de equilíbrio fiscal do setor público. Medidas já adotadas determinam a revisão da estrutura organizacional e a redução dos pagamentos de horas extras,

além da alienação de ativos não-operacionais das estatais federais não-financeiras, permitindo melhora estimada de 0,25% do PIB no resultado primário das estatais.

É importante ressaltar que o esforço em favor do equilíbrio fiscal não pode ficar restrito ao Governo Federal, sendo fundamental o comprometimento das demais esferas do Poder Executivo. A busca de maior equilíbrio fiscal nos estados passou a contar com o estímulo proporcionado pelo refinanciamento de suas dívidas junto ao Governo Federal — inclusive da dívida mobiliária. Nesse processo, a redução dos encargos financeiros vem acompanhada de compromissos efetivos — já que as receitas estaduais funcionam como garantia — com o ajuste dos gastos públicos e com a privatização de empresas estaduais.

Não se pode falar em medidas para alcançar o equilíbrio das contas públicas sem considerar o processo de privatização e concessão de serviços públicos. Ao longo de 1996, avançou-se significativamente nesse processo, seja pela venda de empresas estatais e concessão de serviços públicos à iniciativa privada, seja pela definição de marcos regulatórios para viabilizar as futuras privatizações nas áreas de energia elétrica e telecomunicações.

O resultado fiscal da privatização diminui o ativo imobilizado do Governo e deve ser usado preferencialmente para abater o passivo, reduzindo o estoque da dívida e diminuindo as pressões sobre o déficit público. Além do ganho fiscal, o processo de privatização promove aumento da eficiência, a partir da modernização produtiva e gerencial, rompe gargalos na área de infra-estrutura e muda o perfil do gasto público, que pode então se concentrar em áreas fundamentais como a saúde e a educação.

Por fim, cabe ressaltar que o conjunto de medidas de ajuste fiscal adotadas pelo Governo Federal, cujos efeitos serão sentidos nos anos a seguir, não substituem as alterações constitucionais submetidas ao Congresso Nacional, especialmente nos campos da Administração Pública e da Previdência Social. A profundidade e abrangência dessas reformas constitucionais definirão o potencial de crescimento da economia brasileira nos próximos anos, preservado o equilíbrio macroeconômico que tanto nos custou alcançar.

II. INVESTIMENTOS PARA O DESENVOLVIMENTO

BRASIL EM AÇÃO

O processo de construção do desenvolvimento sustentável e socialmente benéfico evolui para a fase de consolidação dos avanços obtidos e de preparação para progressos ainda maiores.

Essa oportunidade já está tomando forma, haja vista o volume de investimentos produtivos já iniciados ou a se iniciar brevemente. É hora de redobrar os esforços nesse sentido. Logo, é necessário assegurar a realização de investimentos que, por sua natureza, por reduzirem custos de produção e de comercialização, por completarem elos de nossa infra-estrutura, por melhorarem, enfim, as condições sistêmicas de nossa economia, são básicos para viabilizar uma multiplicidade de outros investimentos que irão sustentar a dinâmica do nosso crescimento econômico futuro.

A realização desses investimentos implica explorar, ao máximo, a parceria do setor público com o setor privado e as possibilidades deste de investir na área de infra-estrutura, em consonância com o processo de concessão de serviços públicos.

A partir dessas premissas, foram selecionados 42 projetos, nas áreas de infra-estrutura e social, que constituem o Brasil em Ação.

Esses projetos têm a característica de guardar entre si estreita relação de complementaridade do ponto de vista da ocupação dos espaços brasileiros. No caso dos projetos de infra-estrutura, é importante que se constituam e se fortaleçam redes integradas de transporte, energia e telecomunicações para viabilizar, em toda sua potencialidade, investimentos do setor privado. A complementaridade é necessária também no caso dos programas sociais, para que as políticas resultem em efetiva melhoria das condições de vida da população brasileira, hoje não só um objetivo essencial do ponto de vista da coesão social e do fortalecimento do regime democrático, mas também um requisito necessário à sustentação do desenvolvimento econômico.

As mudanças decorrentes da globalização e da aceleração do avanço tecnológico condenam as estratégias de desenvolvimento apoiadas na oferta de mão-de-obra barata e desqualificada. Atualmente os investimentos tendem a migrar para onde existam condições sociais compatíveis com padrões elevados de qualidade na produção, notadamente no que toca aos níveis de instrução da mão-de-obra, mas, também, às suas condições de vida de modo mais amplo. Assim, os países empenhados em ter participação relevante nos fluxos de investimento, comércio e tecnologia estão obrigados a melhorar de modo permanente as condições de educação, saúde, saneamento e habitação de sua população.

Daí que, além de individualmente importantes e complementares em suas áreas, os projetos sociais e de infra-estrutura estão estreitamente associados entre si. Formam um único conjunto voltado para a dupla tarefa de inserir de modo competitivo o País na economia mundial e de progredir no esforço de superar os atrasos sociais, processos que se alimentam mutuamente.

A seleção dos projetos obedeceu a uma finalidade operacional específica: submetê-los a um esquema especial de gerenciamento, de modo a redobrar a segurança do Governo, da sociedade e dos investidores quanto à sua efetiva realização. Nesse sentido, o Programa segue três princípios básicos:

- cada empreendimento está ajustado a seus objetivos, metas e diretrizes de implantação, com especificação dos indicadores de desempenho referentes à qualidade, aos custos e aos prazos, bem como dos cronogramas físico e financeiro;
- o gerenciamento de cada empreendimento é atribuído a um executivo da entidade responsável por sua implantação, que atua em dedicação exclusiva e conta com os recursos humanos, físicos e financeiros necessários;
- o processo de implantação dos investimentos dispõe de um fluxo de informações sobre o andamento dos trabalhos e eventuais entraves à sua execução, com objetivo de subsidiar os gestores. Essas informações são processadas e disseminadas, em tempo real, pelo Ministério do Planejamento e Orçamento, para agilizar a tomada de decisão, envolvendo o Presidente da República, os Ministros de Estado, os Secretários-Executivos dos respectivos ministérios, os presidentes de órgãos a que estão afetos os projetos e os gerentes de empreendimentos.

Dessa maneira, quer-se alcançar quatro objetivos conexos: orientar o processo orçamentário no biênio 1997-1998 com vistas a assegurar recursos para as prioridades definidas; permitir a solução pronta e objetiva de eventuais dificuldades na execução de cada projeto; informar de modo preciso investidores cujas decisões dependam do andamento dos projetos, de tal modo a maximizar os seus

efeitos multiplicadores no próprio decorrer de sua execução; e mobilizar número crescente de agentes públicos e privados para que se crie ambiente ainda mais favorável ao investimento no Brasil.

Vale notar que, em conformidade com o empenho em favor da construção de um regime fiscal estruturalmente equilibrado, a formulação do programa exigiu realismo da parte do Governo Federal na definição de metas. Exigirá, além disso, esforço importante no controle dos gastos correntes, bem como um esforço inédito de articulação dos investimentos públicos e privados.

A distribuição da origem dos recursos do Brasil em Ação para o biênio 1997-98 prevê investimentos do Governo Federal da ordem de 10,3 bilhões de reais, financiamentos externos de 3,7 bilhões de reais, investimentos privados de 12,8 bilhões de reais, investimentos dos Governos estaduais e municipais de cerca de 3 bilhões de reais e outros investimentos de 24,6 bilhões de reais oriundos de empresas estatais, do Fundo de Amparo ao Trabalhador — FAT e do Fundo de Garantia por Tempo de Serviço — FGTS, totalizando investimento de 54,4 bilhões de reais a ser aplicado no biênio 1997-98, sendo 24,7 bilhões de reais destinados à infra-estrutura econômica e 29,7 bilhões de reais à área social.

III. DESENVOLVIMENTO SOCIAL

PROGRAMA COMUNIDADE SOLIDÁRIA

O Programa Comunidade Solidária prosseguiu suas atividades, construindo a estratégia governamental de combate à fome e à pobreza, mediante a coordenação das ações do Governo Federal e a formação de parceria com os estados, o Distrito Federal, os municípios e a sociedade, observando os princípios de descentralização e solidariedade.

As ações concentraram-se num conjunto de programas que constituem a Agenda Básica de Trabalho e em outras parcerias formadas por projetos e atividades do setor público, incluindo o desenvolvimento de projetos com a participação da iniciativa privada, conferindo prioridade: (i) à redução da mortalidade na infância; (ii) ao apoio ao desenvolvimento da educação infantil e do ensino fundamental; (iii) à geração de ocupação e renda; (iv) à promoção da qualificação profissional; (v) à melhoria das condições de alimentação dos escolares e das famílias pobres; (vi) à melhoria das condições de moradia e de saneamento básico; e (vii) ao fortalecimento da agricultura familiar.

O Programa de Redução da Mortalidade na Infância — PRMI, mobilizou 44.396 agentes comunitários de saúde, número a ser ampliado para 50.000, em 1997, e foi responsável:

- pelo acompanhamento domiciliar de cerca de 6,7 milhões de famílias, devendo atingir 7,5 milhões em 1997;
- pelo atendimento de 1,2 milhão de pessoas — crianças desnutridas de 6 a 23 meses, um irmão desta criança de 24 a 59 meses e as gestantes em risco nutricional — em 802 municípios através do Programa de Combate à Desnutrição Materno-Infantil. Em 1997, a cobertura deverá atingir 1,6 milhão de pessoas em todos os municípios abrangidos pelo Comunidade Solidária e pelo PRMI; e
- pelo abastecimento de água potável a cerca de 50 mil famílias e esgotamento sanitário a 11 mil famílias, com recursos da Fundação Nacional de Saúde. A meta, para 1997, é ampliar esses números para 120 mil novas ligações de água e 25 mil ligações de esgoto.

Mercê do êxito das ações governamentais e de atividades desenvolvidas pela sociedade civil, estima-se que a taxa de mortalidade infantil tenha baixado de cerca de 50 óbitos, no início da década, para 40 óbitos em cada mil nascidos vivos.

O apoio ao desenvolvimento da educação infantil e do ensino fundamental prosseguiu com a distribuição de mais de um milhão de cestas-saúde do escolar — a ser ampliada em 1997 para 1,4 milhão de crianças —, a distribuição de veículos para o transporte de alunos do 1º grau em 624 municípios — devendo beneficiar outros 380 municípios em 1997 — e a construção de pré-escolas.

Os programas de geração de ocupação e renda, desenvolvidos pelo Plano Nacional de Educação Profissional — PLANFOR, do Ministério do Trabalho, foram responsáveis pela qualificação e requalificação profissional de mais de 1,1 milhão de trabalhadores, devendo alcançar 1,8 milhão em 1997.

No âmbito do Programa de Geração de Emprego e Renda — PROGER, o financiamento e a promoção de ações que geram emprego e renda, mediante concessão de linhas especiais de crédito a setores com pouco ou nenhum acesso ao sistema financeiro — como pequenas e microempresas, cooperativas e formas associativas de produção e iniciativas de produção próprias da economia informal, permitiram gerar cerca de 228 mil empregos até outubro, mediante a aplicação de um bilhão de reais, estando previsto para 1997 acréscimo de 20 % no número de empregos gerados. Além disso, foram contratados no âmbito do Programa de Fortalecimento da Agricultura Familiar — PRONAF e do Programa Especial de Crédito para a Reforma Agrária — PROCERA, com recursos do FAT, 50 mil operações de crédito, totalizando cerca de 241 milhões de reais, as quais serão expandidas em 1997 para 60 mil operações, envolvendo recursos da ordem de 290 milhões de reais.

A melhoria das condições de alimentação dos escolares¹ e das famílias pobres foi garantida pelo atendimento de 33,2 milhões de crianças do 1º grau de todas as escolas públicas e da rede filantrópica, durante 157 dias letivos, em média, e pela distribuição de 7,5 milhões de cestas de alimentos às famílias carentes de 1.094 municípios, comunidades indígenas e acampamentos de sem-terra. A meta em 1997 será atender à totalidade dos alunos do 1º grau da rede pública e filantrópica, durante todo o período letivo, e distribuir 18 milhões de cestas de alimentos.

Os programas de melhoria habitacional e das condições de saneamento básico, desenvolvidos no âmbito do Ministério do Planejamento e Orçamento (Habitar-Brasil e Programa de Ação Social em Saneamento), beneficiaram 500 mil famílias, com ligações de água potável e esgotamento sanitário, e cerca de 43 mil famílias com a construção e melhoria de habitações. Em 1997, serão realizadas 292 mil novas ligações de abastecimento de água, 253 mil de esgotos e 48 mil melhorias de ligações de água potável. A Caixa Econômica Federal, mediante a aplicação de recursos do FGTS, financiou a cobertura de serviços de saneamento para 1,47 milhão de famílias e a construção e melhoria de 225 mil habitações populares.

O PRONAF selecionou 383 municípios para receberem os benefícios de ações integradas e contratou cerca de 600 mil operações de crédito, tendo comprometido 608 milhões de reais de um total de um bilhão de reais disponíveis. Em 1997 deverão ser 1.000 os municípios abrangidos pelo programa, mediante 1,6 milhão de operações no valor estimado de 2,6 bilhões de reais.

Por meio da parceria com a sociedade civil e o emprego de recursos financeiros da iniciativa privada, o Comunidade Solidária: (i) implantou o Programa Universidade Solidária, que objetiva colocar os estudantes universitários em contato com as comunidades carentes de pequenos municípios, levando informações e orientações sobre saúde, educação e organização comunitária, envolvendo 1.000 alunos, 99 professores, 58 universidades e 98 municípios do Vale do Jequitinhonha e da Região Nordeste. Em 1997, o Programa deverá abranger 74 municípios das Regiões Norte e Nordeste, com o concurso de 770 alunos e 77 professores; (ii) desenvolveu o Programa de Capacitação Profissional, destinado ao treinamento de jovens carentes das regiões metropolitanas para o mercado de trabalho; (iii) doou 220 mil equipamentos para 40 mil agentes comunitários de saúde e

54 veículos para uso no Programa de Redução da Mortalidade Infantil; e (iv) planejou as bases do Programa Alfabetização Solidária, que objetiva reduzir os índices de analfabetismo entre os jovens de 15 a 17 anos residentes nas regiões mais carentes do País, ao custo mensal de 34 reais por aluno, a ser dividido entre empresas privadas e o Governo Federal, através do Ministério da Educação e do Desporto.

Outras conquistas importantes do Programa Comunidade Solidária incluem a expansão de 302 para 1.111 do número de municípios que recebem a atenção especial do Programa e a isenção de contrapartida para os programas, projetos e atividades integrantes do Comunidade Solidária desenvolvidos por esses municípios.

Em 1997 será fundamental ampliar, progressivamente, a parceria com a sociedade em geral e com a iniciativa privada, de modo a obter sinergia entre as ações que visam reduzir a exclusão social. Assim, o fomento à participação voluntária dos cidadãos será estimulado setorialmente e nos estados e municípios. Ademais, deverão ser feitos ajustes no número de municípios que recebem atenção especial do Programa, buscando incorporar as municipalidades que surgiram do desmembramento daquelas que já participam do Comunidade Solidária.

TRABALHO

A integração da economia brasileira ao processo de globalização competitiva e a conquista da estabilidade econômica foram os fatos econômicos mais importantes da primeira metade dos anos 90 no Brasil. Estes dois fatos estão influenciando o funcionamento do mercado de trabalho do País e mudando as relações capital-trabalho.

Nesse novo contexto, as questões relacionadas ao emprego, ao mercado de trabalho e às relações entre empregadores e trabalhadores assumem contornos complexos, que constituem grande desafio para o Governo Federal e para a sociedade como um todo. O Ministério do Trabalho adquire assim papel distinto daquele que o tem caracterizado ao longo dos anos. Com efeito, na perspectiva da construção de uma nova dimensão para a ação do Estado no contexto político, econômico e social, ele passa a coordenar as ações governamentais que têm como objetivo aumentar a eficiência e a equidade no mercado de trabalho.

São três as áreas prioritárias de atuação para o Ministério do Trabalho: modernização das relações de trabalho, fomento ao trabalho e apoio ao trabalhador.

Quanto à modernização das relações de trabalho, merece destaque a nova regulamentação referente à mediação dos conflitos de natureza trabalhista, mediante a implementação do Decreto nº 1.572/95 e da Portaria MTb nº 81/95.

Outro ponto importante nessa área foi o encaminhamento ao Congresso Nacional de projeto de lei que amplia as possibilidades de contratação por tempo determinado e parcial, mediante o aumento da abrangência do contrato por tempo determinado, estendendo-o para todas as atividades da empresa, uma vez que o artigo 443 da CLT limita atualmente esse tipo de contrato às atividades transitórias. Objetiva-se assim flexibilizar os contratos e reduzir custos sem abrir mão dos direitos sociais dos grupos a serem beneficiados pelas novas formas de contratação.

Para aperfeiçoar o exercício da mediação e da negociação foi realizado o treinamento de 500 agentes multiplicadores entre tra-

lhadores, empresários e servidores públicos, com o objetivo de preparar recursos humanos. Um exemplo da importância desse esforço pode ser medido pelo número de mesas redondas realizadas, 9.322, das quais resultaram 3.025 acordos, por intermédio das Delegacias Regionais do Trabalho. Na maioria das vezes, trabalhadores e empregadores chegaram à composição (5.594 acordos), sem que houvesse a intervenção do Poder Público. Há uma estimativa, para este ano, de crescimento dessas rotinas da ordem de 30%.

No que se refere à área de fomento ao trabalho, foram consolidados os programas lançados no início do atual Governo, os quais conformam hoje uma política pública integrada e descentralizada de trabalho, educação profissional e geração de emprego e renda.

O Plano Nacional de Educação Profissional — PLANFOR, foi implementado, de forma descentralizada, em parceria com as unidades da federação e em articulação com a rede de educação profissional do País. Foram treinados mais de 1,1 milhão de trabalhadores em cursos de qualificação e requalificação profissional, em diferentes áreas e especialidades, com prioridade àqueles de baixa escolaridade, do mercado formal e informal, desempregados, subempregados, empresários e empregados de micro e pequenos empreendimentos, justamente as camadas mais vulneráveis aos processos de reestruturação e modernização produtiva. Foram aplicados 278 milhões de reais, oriundos do Fundo de Amparo ao Trabalhador — FAT, sendo a meta, para 1997, duplicar o número de trabalhadores treinados, chegando a cerca de 1,8 milhão de matrículas. A amplitude dessa atividade pode ser avaliada quando se considera a oferta de cursos por parte de todo o Sistema Brasileiro de Qualificação Profissional, responsável pelo treinamento de aproximadamente 5 milhões de trabalhadores.

O Programa de Geração de Emprego e Renda — PROGER, lançado em 1995, contratou 612 milhões de reais, tendo sido colocado à disposição dos agentes financeiros que operam o Programa (Banco do Brasil, Banco do Nordeste do Brasil e, mais recentemente, Caixa Econômica Federal) o valor conveniado de cerca de 2,25 bilhões de reais. Estima-se como resultado a manutenção e geração de cerca de 270 mil empregos diretos, urbanos e rurais, por intermédio de 210 mil operações de crédito. Este ano deverão ser aperfeiçoados o seu arranjo institucional e a capacitação dos parceiros que atuam no programa.

Também para gerar empregos, o Governo contou com o repasse ao Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social — BNDES de recursos da ordem de 2,1 bilhões de reais, correspondentes a 40 % da arrecadação do PIS e do PASEP, os quais foram destinados à aplicação em projetos de desenvolvimento econômico. Os recursos deverão ser ampliados, em 1997, para 2,4 bilhões de reais, conforme proposta orçamentária do FAT.

Estima-se que a implementação do Programa de Expansão do Emprego e Melhoria da Qualidade de Vida do Trabalhador — PROEMPREGO venha a gerar 1,5 milhão de empregos diretos, indiretos e devidos ao efeito renda. O objetivo do Programa é financiar investimentos de maior porte, mediante um fundo de 6 bilhões de reais, gerido pelo BNDES (R\$ 3,5 bilhões do FAT e R\$ 2,5 bilhões do BNDES), aos quais se somarão 3 bilhões de reais, como contrapartida dos tomadores. Foram contratados, nessa modalidade, cerca de 2 bilhões de reais. A estimativa de contratações para o ano de 1997 é de 1,5 bilhão de reais.

A destinação de recursos do FAT, da ordem de 45,3 milhões de reais, com o objetivo de financiar as ações do Programa do Seguro-Desemprego oferecidas ao trabalhador — concessão do seguro-de-

semprego, intermediação de mão-de-obra e cursos de reciclagem profissional — possibilitou o atendimento de mais de um milhão de trabalhadores, a captação de 286 mil vagas e a colocação de 114 mil trabalhadores no mercado de trabalho.

Visando a construção de um efetivo Sistema Público de Emprego, não só na esfera do Poder Público, mas em parceria com a iniciativa privada e entidades representativas dos trabalhadores e empregadores, estarão funcionando no ano de 1997 projetos-piloto nos Estados do Amazonas, Santa Catarina, Ceará e Distrito Federal, onde vários dos procedimentos relativos às áreas de atendimento ao trabalhador serão desenvolvidos de forma integrada entre os agentes envolvidos, tais como: Caixa Econômica Federal, CODEFAT, Ministério do Trabalho e as secretarias estaduais do Trabalho. Com vistas à manutenção do Programa, bem como ao seu aperfeiçoamento, está previsto investimento da ordem de 67,9 milhões de reais oriundos do FAT, visando o atendimento de 1,5 milhão de trabalhadores.

No âmbito das ações de apoio ao trabalhador, de modo a assegurar-lhe os direitos trabalhistas e as condições de segurança e saúde, deve ser mencionado o combate permanente a qualquer forma degradante de trabalho, com destaque especial para o trabalho escravo e infantil. Para a melhoria da fiscalização móvel, foram instituídas 6 coordenações regionais, permitindo que mais de 200 estabelecimentos, alvo de denúncias de prática de trabalho forçado, escravo ou infantil, fossem fiscalizados, tendo sido lavrados em torno de 1.500 autos de infração e alcançados cerca de 68 mil trabalhadores. Aproximadamente 200 trabalhadores foram libertados da condição de escravos.

No mesmo âmbito, teve início a experiência-piloto do Programa de Ações Integradas — PAI, no Mato Grosso do Sul, apoiada em

parceria entre vários órgãos governamentais, federais e estaduais, e não-governamentais, com vistas à retirada de crianças das carvoarias. Teve início também a implantação do PAI na região sisaleira da Bahia e nas regiões canavieiras dos Estados de Pernambuco, Alagoas e Rio de Janeiro. Para o ano de 1997, pretende-se dar continuidade à implantação do PAI nos estados mencionados, bem como desenvolver diagnósticos mais detalhados, em conjunto com o Programa Internacional para Erradicação do Trabalho Infantil — IPEC/OIT, em outras regiões e atividades críticas, como no caso da tecelagem no Rio Grande do Norte e da extração de sal no Ceará.

A Campanha Nacional de Fiscalização do Registro de Empregados e do Recolhimento do FGTS, com vistas a elevar os níveis de arrecadação mensal da contribuição ao Fundo, ampliou a arrecadação média mensal para cerca de 900 milhões de reais, mediante a realização de aproximadamente 450 mil inspeções. Beneficiaram-se assim 19 milhões de trabalhadores. A meta para 1997 é manter a arrecadação média mensal do FGTS superior ao patamar de 900 milhões de reais, fiscalizando cerca de 500 mil empresas.

Dentro do Programa de Melhoria das Condições e dos Ambientes de Trabalho, parte da Campanha Nacional de Combate aos Acidentes de Trabalho — CANCAT, foram realizadas ações, com o objetivo de se alcançar significativa redução dos índices de acidentes e doenças gerados pelo trabalho. As ações intensificaram-se a partir do segundo semestre: de outubro até o final do ano, foram fiscalizadas 21.000 empresas, alcançando 2.201.296 trabalhadores.

O Programa do Seguro-Desemprego beneficiou cerca de 4,7 milhões de trabalhadores, com gastos totais de cerca de 3,6 bilhões de reais, oriundos do FAT. O aumento dos gastos deveu-se basicamente à ampliação do número de parcelas para o pagamento do

benefício em algumas regiões metropolitanas, promovida pelo CODEFAT. Estima-se que 4,3 milhões de trabalhadores sejam beneficiados em 1997, com gastos de aproximadamente 3,4 bilhões de reais.

O Programa do Abono Salarial PIS/PASEP despendeu cerca de 671 milhões de reais, beneficiando aproximadamente 6,7 milhões de trabalhadores que percebem até dois salários-mínimos mensais, prevenindo o atendimento de 7 milhões de trabalhadores em 1997, com a alocação de 840 milhões de reais.

O Programa de Alimentação do Trabalhador — PAT, que atendeu a cerca de 9,5 milhões de trabalhadores em 1996, deve beneficiar cerca de 10 milhões de trabalhadores em 1997.

Por fim, cabe mencionar um dos mais importantes projetos de ampliação de parcerias: a Rede Nacional do Trabalhador, um canal exclusivo com sinal de TV aberto e integrado à Rede Nacional de Televisões Educativas e Culturais, com mais de 300 estações retransmissoras em todas as regiões do País e cujo funcionamento está previsto para junho de 1997.

PREVIDÊNCIA E ASSISTÊNCIA SOCIAL

As mais de três dezenas de alterações em legislação ordinária que reduziram distorções relativas a aposentadorias especiais, dirimiram questionamentos, simplificaram e racionalizaram procedimentos quanto às contribuições previdenciárias e tornaram mais justo o custeio, bem como o sucesso das medidas gerenciais em curso no Ministério da Previdência e Assistência Social, expresso nos números da arrecadação e na maior qualidade da concessão, não afastam a necessidade da aprovação da proposta de Emenda Constitucional relativa à Previdência Social.

Em vista da mudança da pirâmide demográfica brasileira, com o envelhecimento e o aumento da expectativa de vida da população, o equilíbrio de longo prazo somente será alcançado ajustando-se as regras da concessão à introdução da idade mínima para a aposentadoria. A proposta de Emenda Constitucional, mudando dispositivos relativos à Previdência Social, encaminhada ao Congresso Nacional em 1995, foi aprovada, com modificações, pela Câmara dos Deputados. Espera-se que o Senado Federal, em 1997, aprofunde a discussão, aperfeiçoando o projeto original.

O piso de benefícios previdenciários, recebido por mais de 70% dos beneficiários, prosseguiu na trajetória de recuperação do seu valor real, com a decisão, em maio, de um reajuste de 15%. Tomando-se julho de 1994 como referência, para uma variação de 39% no IGP-DI e de 49% no INPC, o piso cresceu 77%. O valor médio do benefício, por sua vez, aumentou 39% desde janeiro de 1995 até dezembro último. Em moeda corrente, isto significou um salto de 115 para 197 reais no período. A despesa total com benefícios somou, em preços correntes, 41,8 bilhões de reais, representando incremento real de 16% em relação ao ano anterior.

Além desta recuperação dos valores reais, o crescimento dos gastos decorre da expansão do número de beneficiários. Foram concedidos 2.200.000 novos benefícios, volume 11 % superior ao verificado em 1995. Paralelamente, em função de óbitos e mudanças na condição dos beneficiários, por decurso de prazo em benefícios temporários, bem como de fraudes e irregularidades detectadas, foram cancelados ou suspensos 1.570.000 benefícios, número 17% superior ao verificado em 1995. Considerando-se os benefícios concedidos, cancelados e reativados, houve um acréscimo líquido de 800.000 novos benefícios, elevando o estoque total desses a 16.500.000.

Somente foi possível atender a estes dispêndios, sem que se concretizassem as previsões iniciais de um déficit de 2,5 a 3 bilhões de reais, porque se conseguiu arrecadar 40,6 bilhões de reais, 11% (em termos reais) a mais que o ano anterior, mesmo depois de se registrar em 1995 um avanço real de quase 26% em relação a 1994. Estes resultados, aliados à solução dos débitos previdenciários de empresas estatais em processo de privatização e ao fluxo de recursos em vista do parcelamento de dívidas confessadas pelos contribuintes, não foram suficientes para o equilíbrio nas contas da Previdência Social.

Em 1997 pretende-se manter o valor real dos benefícios previdenciários, estimando-se uma despesa anual de 46,3 bilhões de reais, com acréscimo nominal de 12,8%. Deverão ser concedidos 2.400.000 novos benefícios, com previsão de 1.770.000 cancelamentos e suspensões e 170.000 reativações, resultando num acréscimo líquido de 800.000 novos benefícios, o que elevará esse estoque, ao final de 1997, a 17.300.000.

Para fazer face a esses dispêndios, estima-se uma arrecadação bancária líquida de cerca de 45,2 bilhões de reais. A projeção do fluxo de caixa aponta equilíbrio entre receitas e despesas até o reajuste dos benefícios previdenciários em junho. Entretanto, tal situação somente se manterá se o Congresso Nacional vier a tomar medidas que reduzam o grande fluxo de concessões de benefícios, com a introdução da idade mínima para a aposentadoria.

Foram decisivos para o crescimento da arrecadação, além de novos instrumentos informatizados, o aprimoramento da ação fiscal e do processo de cobrança administrativa, com o acompanhamento dos maiores devedores e a preocupação em reduzir o tempo de tramitação dos débitos, e o trabalho da Procuradoria. No gerencia-

mento da ação fiscal empregou-se a seleção automática de prováveis sonegadores mediante o cruzamento dos dados da Relação Anual de Informações Sociais — RAIS com os dados das contribuições previdenciárias das empresas. Encontra-se em curso a implantação da avaliação mensal sistemática do desempenho dos setores de arrecadação, fiscalização e cobrança de contribuições previdenciárias. Aliado a isso, está em andamento um programa de reestruturação das Gerências Regionais de Arrecadação e Fiscalização — GRAF, envolvendo, numa primeira fase, o treinamento de servidores em novas técnicas de gerenciamento. O Cadastro Nacional de Informações Sociais — CNIS está sendo implementado gradativamente na Previdência Social, tornando disponíveis vários de seus módulos. O CNIS permitirá a recuperação, articulação e qualificação das informações referentes a todos os trabalhadores, estocadas nos diversos cadastros em diferentes ministérios. Implantado na rede informatizada do MPAS, o CNIS possibilita consultas *on line* sobre empregadores e empregados, em mais de 250 milhões de vínculos empregatícios, e vem sendo utilizado intensamente pelo Instituto Nacional do Seguro Social — INSS na concessão de benefícios, detecção de fraudes e fiscalização. Estima-se que em cinco anos o CNIS venha a permitir aos trabalhadores em condições de aposentadoria a obtenção do benefício simplesmente com o documento de identificação, liberando-os da apresentação da papelada comprobatória das contribuições previdenciárias e do tempo de serviço atualmente exigida.

O grande volume de concessões de benefícios não impediu que melhorassem a presteza e a qualidade dos serviços oferecidos aos segurados. Foram assinados 122 convênios com empresas, beneficiando 645 mil segurados, desafogando os postos do seguro social. Ao mesmo tempo ampliou-se o atendimento aos segurados pelas centrais 191. As ligações superaram 3,2 milhões e verificaram-se 20 mil consultas por hora marcada. Foi implantada a concessão *on-line*

em mais de 100 postos do Seguro Social. O INSS também implantou, em 13 estados, o projeto *Kit Segurado*, para atendimento por intermédio dos Correios, com um total de mais de 220 mil benefícios requeridos sob este sistema. Além disso, foi completada a informatização de 952 postos, de um total de 1.105 que serão integralmente atingidos em 1997.

Pretende-se dar continuidade ao processo de melhoria do atendimento aos segurados. Para isso, será ampliado o programa Prisma-Empresa, que consiste na celebração de convênios com empresas para atendimento aos segurados dentro de sua sede, desafogando o atendimento nos postos. O número de postos do Seguro Social que oferecem o serviço de hora marcada e de concessão *on line* também serão ampliados.

Uma das experiências mais bem-sucedidas, envolvendo a utilização de indicadores de desempenho, vem ocorrendo na área do Seguro Social. Um dos indicadores — o Tempo Médio de Concessão — TMC — vem caindo consideravelmente desde a sua instituição. De 35 dias em janeiro, o TMC das Gerências Regionais do Seguro Social baixou para 25 dias ao final do ano.

Na área de Previdência Complementar, foi iniciado o desenvolvimento de sistema informatizado para análise de informações atuariais dos planos de benefícios das Entidades Fechadas de Previdência Privada (EFPP). Também foi elaborada minuta de projeto de lei, com propostas de alteração da Lei nº 6.435/77, que está em discussão com segmentos sociais interessados e que tem por objetivo propiciar adequado crescimento da previdência complementar no País. Pretende-se em 1997 instituir essas normas infra-constitucionais e intensificar o processo de informatização, de forma a aprimorar a ação de

fiscalização e o monitoramento da evolução dos planos de benefícios mantidos pelas EFPP.

O processo de descentralização da assistência social prosseguiu com a criação de Conselhos Estaduais de Assistência Social em todos os estados e em 2.047 municípios. A ampliação do universo de atendimento da extinta Legião Brasileira de Assistência — LBA e a maior eficácia do sistema atual na aplicação de recursos consolidam a nova filosofia de assistência social. No antigo sistema, para cada R\$ 1,00 gasto nas creches e asilos, R\$ 0,56 eram gastos com a administração; hoje, no sistema descentralizado, os gastos administrativos se reduziram a cerca de R\$ 0,03 para cada R\$ 1,00 investido.

Na atividade de manutenção de creches, que tem por objetivo atender crianças de 0 a 6 anos e está sendo implementada em parceria com os estados, o Distrito Federal, os municípios e organizações de assistência social, foram atendidas 1,5 milhão de crianças por mês, com o desembolso de recursos da ordem de 210 milhões de reais, estando previsto, este ano, o incremento para 1,8 milhão de crianças e um dispêndio de 250 milhões de reais. As atividades dirigidas às pessoas idosas e aos deficientes, em asilos ou centros de apoio, alcançaram mensalmente mais de 400.000 pessoas e consumiram cerca de 80 milhões de reais. Esses recursos, em 1997, serão ampliados para 100 milhões de reais. Desenvolvidas também em parceria, as ações de assistência integral à criança e ao adolescente de 7 a 17 anos despenderam recursos no montante de 110 milhões de reais. Em 1997, prevê-se o atendimento a mais de 270 mil pessoas, com a aplicação de 100 milhões de reais. Os projetos de geração de renda, que compreendem o estímulo e o apoio às ações voltadas à ocupação produtiva, envolveram recursos de 87 milhões de reais, estando alocados 50 milhões de reais para 1997.

Foram pagos pelo Fundo Nacional de Assistência Social — FNAS, com o concurso do INSS, a mais de 350.000 pessoas idosas ou portadoras de deficiência, 178 milhões de reais relativos aos benefícios de prestação continuada previstos na Lei Orgânica da Assistência Social — LOAS os quais serão ampliados em 1997 para 400 milhões de reais. Os benefícios de caráter assistencial que já existiam antes da regulamentação da LOAS, concedidos aos maiores de 70 anos ou aos inválidos que não exercem atividade remunerada e que comprovem não possuir meios de prover a sua própria subsistência ou de tê-la provida por sua família, contemplaram mensalmente cerca de 1.200.000 pessoas, com o desembolso anual de mais de 1,8 bilhão de reais. Em 1997 deverão ser assistidas 1.100.000 pessoas, com o dispêndio de 1,7 bilhão de reais.

SAÚDE

O conjunto de medidas de racionalização e de controle, no âmbito do Sistema Único de Saúde — SUS, mostrou resultados satisfatórios. As rotineiras denúncias de fraudes e irregularidades desapareceram e o Sistema Nacional de Auditoria — SNA foi reordenado e reestruturado, uniformizando-se as técnicas e procedimentos de auditoria e capacitando-se 1.014 técnicos dos três níveis de Governo para realização de auditorias técnica, científica e contábil. De janeiro a outubro, 462.000 Autorizações de Internação Hospitalar foram automaticamente rejeitadas, pela introdução de críticas nos sistemas de informações hospitalares. Por iniciativa do Ministério da Saúde, está em curso trabalho conjunto dos auditores federais do SNA com os peritos do Ministério Público Federal, visando aprimorar, ainda mais, essas ações de controle.

A implementação da descentralização do SUS requer a definição de fontes estáveis e suficientes de recursos. Nessa direção, o Governo Federal intensificou a gestão colegiada do Sistema com os estados e municípios e definiu, na Norma Operacional Básica — NOB-96, editada em novembro, o aumento da transferência regular e automática do Fundo Nacional de Saúde para os respectivos fundos estaduais e municipais, obedecendo a tetos financeiros fixados para cada estado e para cada município. Reduziu-se assim a transferência por remuneração de serviços produzidos (o chamado “pagamento por produção”), ao tempo em que estados e municípios passaram a ter de comprovar a dotação orçamentária do ano corrente e o dispêndio realizado no ano anterior, correspondentes à contrapartida de recursos financeiros próprios dos tesouros estadual e municipal, de acordo com a legislação em vigor.

O processo de organização e gestão do SUS teve também, como ponto de destaque maior, a definição da NOB-96, editada após intenso processo de discussão com diferentes segmentos da sociedade, órgãos e instituições do setor saúde, em todas as esferas de Governo. Em sua essência, a NOB-96 tem por finalidade promover e consolidar o pleno exercício, pelo Poder Público Municipal, da função de gestor da atenção à saúde de seus municípios, com a respectiva redefinição das responsabilidades dos estados, do Distrito Federal e da União. Busca-se, dessa forma, avançar na descentralização e na municipalização do SUS, tornando possível, a curto prazo, ser efetivamente assumida, pela maioria dos municípios, a responsabilidade pela Gestão Plena da Atenção Básica e, em muitos casos, a do próprio Sistema Municipal de Saúde, ou seja, quando o município assume a total responsabilidade pela atenção à saúde de sua população.

Paralelamente à definição da NOB-96, 81 novos municípios foram habilitados à mais alta condição de gestão prevista na NOB-93,

a chamada Gestão Semiplena, perfazendo um total de 137 municípios nessa condição, o que beneficia cerca de 15,8% da população e representa 23% dos recursos da assistência. Nas outras condições de gestão, 618 municípios foram habilitados à Gestão Parcial e 2.323 à Gestão Incipiente, perfazendo 3.078 municípios (61,85% do total de municípios brasileiros) habilitados em alguma das formas de gestão descentralizada vigentes. A meta para 1997 é habilitar em torno de 2.700 municípios brasileiros na condição de Gestão Plena da Atenção Básica e cerca de 700 municípios na condição de Gestão Plena do Sistema.

A efetivação do vínculo entre o cidadão e o SUS será materializada mediante a criação e implantação, em parceria com estados e municípios, do Cartão SUS Municipal, com numeração nacional, facilitando a referência intermunicipal e possibilitando o atendimento de urgência por qualquer serviço de saúde, estatal ou privado, em todo o País.

Foi lançado o Projeto de Reforço à Reorganização do SUS — REFORSUS, idealizado como importante medida de apoio à melhoria da capacidade e eficiência do SUS, mediante a recuperação física e tecnológica da rede de serviços, o desenvolvimento institucional do setor e a promoção de inovações na administração pública. Financiado conjuntamente pelo Banco Mundial — BIRD e pelo Banco Interamericano de Desenvolvimento — BID, e contando com recursos da ordem de US\$650 milhões, esse projeto começará a ser executado no início de 1997.

A meta de implantar e normalizar o atendimento de emergência em áreas metropolitanas possibilitou a implantação de 4 sistemas de resgate e a concessão do Índice de Valorização Hospitalar de Emergência a 31 hospitais.

No tocante ao controle público da produção de sangue e hemoderivados, investiu-se na construção e reforma de 38 unidades hemonterápicas e na aquisição de equipamentos para 28 unidades. A partir de novembro começou a ser implantado o Disque-Sangue em todas as unidades da Federação, com o objetivo de incentivar a doação voluntária de sangue.

Nas áreas beneficiadas pelo Programa de Agentes Comunitários de Saúde — PACS, a redução do coeficiente de mortalidade infantil foi, em média, de 40 %, o que estimulou a implementação do Projeto de Redução da Mortalidade na Infância — PRMI, iniciativa componente do Programa Comunidade Solidária e que atribui prioridade ao combate às carências nutricionais, ao controle de doenças transmissíveis, à melhoria das condições de saneamento básico e à atenção integral à saúde da mulher e da criança nos 913 municípios brasileiros de maior risco para a mortalidade infantil. O objetivo é reduzir à metade, até 1999, o coeficiente de mortalidade infantil registrado no início da década, que foi de cerca de 50 óbitos por 1.000 nascidos vivos.

Para a assistência ao grupo materno-infantil, 350 milhões de reais foram destinados à prestação de serviços ambulatoriais e hospitalares, incluindo ações do pré-natal, parto e assistência ao recém-nascido, planejamento familiar e prevenção de câncer cérvico-uterino, por meio da rede do SUS. Foi lançado o Projeto Maternidade-Segura, que visa reduzir os índices de morbimortalidade materna e infantil. Atualmente, 134 mulheres morrem em cada 100 mil nascidos vivos, devido a complicações decorrentes da gravidez, parto ou pós-parto. O projeto busca mobilizar profissionais dedicados à saúde da mulher, especialmente saúde reprodutiva, para que adotem um conjunto mínimo de critérios e procedimentos técnicos, de tal modo a atingir os seguintes objetivos: atenção à mulher ao longo de todo o seu ciclo de

vida, com ênfase na adolescência e no climatério; prevenção, diagnóstico e pronto atendimento dos casos de câncer cérvico-uterino e de mama; maternidade segura; redução do número de gestações precoces ou indesejáveis; e planejamento familiar, com envolvimento da população masculina e dos jovens.

Em novembro foi lançado o Programa Nacional de Controle do Câncer do Colo Uterino — Programa Viva Mulher, que objetiva diminuir a morbimortalidade dessa doença, que registrou 20.110 casos novos e 5.400 óbitos. O programa é constituído por cinco projetos-piloto instalados em Belém, Brasília, Curitiba, Recife e Rio de Janeiro, e utiliza a rede do SUS.

Com o Programa de Suplementação Alimentar “Leite é Saúde”, destinado ao combate à desnutrição infantil e à complementação alimentar de gestantes de alto risco nutricional, já foram beneficiadas cerca de 3 milhões de pessoas, em 77 % dos municípios da área de risco. Foram implantados 6 Centros Regionais de Lactação e aplicadas 1,5 milhão de doses de vitamina A em crianças residentes em áreas de risco no Nordeste e no Vale do Jequitinhonha. A iodoação do sal para consumo humano e animal foi mantida.

Como uma das estratégias para contribuir para o aprimoramento e consolidação do SUS, a partir da reorientação da atenção básica de saúde, o Governo Federal trabalha primordialmente com dois programas específicos: o PACS e o Programa de Saúde da Família — PSF. O PACS já selecionou 44.396 agentes, sendo que 9.283 trabalham nos municípios da área de atuação do PRMI, e o PSF já implantou 737 equipes, 414 delas dentro da área de risco do PRMI. A fim de garantir informação regular para acompanhamento e avaliação das atividades desses Programas, o Ministério da Saúde elaborou sistemas de informação do PSF e idêntico sistema para o PACS.

O Sistema de Vigilância Alimentar e Nutricional — SISVAN já está implantado em 1.050 municípios. Ressalte-se que em janeiro de 1995 apenas 89 municípios brasileiros contavam com esse Sistema.

Foram credenciados 30 hospitais como “Hospitais Amigos da Criança”, atestando o padrão adequado, nesses estabelecimentos, de rotinas hospitalares relativas à amamentação e à educação e apoio a gestantes e puérperas.

As duas campanhas de multivacinação cumpriram, respectivamente, 96% e 98% das metas estabelecidas. Nenhum caso de poliomielite foi registrado no País desde 1989 e o sarampo e o tétano neonatal estão em vias de ser eliminados. Com efeito, há 5 anos notificaram-se 42.532 casos novos de sarampo, ao passo que, em 1996, registraram-se apenas 24 casos confirmados, sendo 3 importados. A difteria e a coqueluche têm sido eficientemente controladas pela vacinação oferecida regularmente à população, em postos de saúde das áreas urbanas e rurais. Iniciou-se a vigilância epidemiológica da rubéola, inclusive congênita, com oferta concomitante da vacina tríplice viral (contra rubéola, caxumba e sarampo) a qual, gradativamente, passa a integrar o Programa Nacional de Imunizações. Para 1997, o programa ampliará a oferta de imunizantes ainda não incluídos na rotina dos serviços de saúde — como é o caso das vacinas contra a hepatite B e a tríplice viral —, bem assim de imunobiológicos para grupos especiais — como os imunodeprimidos — mediante a implantação de novos centros de referência, em parceria com estados e municípios.

Foi elaborado o Plano Diretor de Erradicação do *Aedes aegypti*, vetor da febre amarela e do dengue, estratégia liderada pelo Brasil e que já recebeu o devido apoio internacional para ser executada

continentalmente, a partir de março de 1997. Em uma das principais ações do plano, já se alcançou a média de 85% dos municípios brasileiros monitorados trimestralmente para verificação dos índices de infestação. Em 1997, a ação de monitoramento absorverá um contingente de 65.000 agentes, que visitarão 20 milhões de residências e estabelecimentos nos dois mil municípios infestados.

O compromisso do nosso País com a eliminação da hanseníase, enquanto problema de Saúde Pública, até o ano 2000, vem sendo cumprido. Em julho de 1996 a taxa de prevalência dessa enfermidade já era de 8,82/10.000, contra 10,5/10.000 ao final de 1994, e mais de 60 % dos casos novos descobertos estão sendo diagnosticados precocemente, o que otimiza o alcance das metas programadas.

A epidemia da AIDS continua recebendo atenção diferenciada, devido à preocupante incidência acumulativa dessa doença. Já são 288 os hospitais credenciados pelo SUS para atendimento a vítimas da AIDS, além de 19 hospitais-dia, 33 serviços especializados de atendimento ambulatorial e 11 equipes de assistência domiciliar terapêutica.

O Governo Federal desenvolveu o Plano Emergencial de Controle da Tuberculose, conferindo prioridade, com a execução de ações estratégicas, a 250 municípios que concentram 75% das ocorrências da doença. Vale lembrar que a Organização Mundial de Saúde declarou estar a tuberculose "em estado de urgência mundial", em face da gravidade do quadro da doença. No Brasil ocorrem anualmente 100.000 novos casos da doença e 6.000 óbitos.

Merce destaque o acréscimo de 41% na produção de medicamentos pela Fundação Oswaldo Cruz — FIOCRUZ, tendo sido

produzidos 400 milhões de comprimidos, 7 milhões de cápsulas, 1,2 milhão de bisnagas, além de 30 milhões de doses de vacinas.

No campo da Vigilância Sanitária, várias ações relevantes foram efetuadas, destacando-se: (i) inspeção em 282 indústrias farmacêuticas, 3 indústrias farmoquímicas, 350 unidades hemoterápicas, 2 fábricas de hemoderivados e 3 indústrias de bolsas de sangue existentes no País; (ii) elaboração de 8 normas técnicas para desinfetantes domissanitários, de norma para utilização do benzeno e 37 normas para utilização de agrotóxicos e outros poluentes; (iii) publicação da revisão da farmacopéia brasileira e o recadastramento de 28.608 medicamentos brasileiros; e (iv) elaboração de um Sistema Nacional de Registro de Reações Adversas, que fornecerá informações importantes para desencadeamento, pela vigilância sanitária, de ações nesse importante campo de atenção à saúde. Será efetivada, em 1997, a reestruturação da Secretaria de Vigilância Sanitária como agência autônoma, com a descentralização de suas ações para estados e municípios e sua qualificação para o cumprimento da missão de proteção à saúde das pessoas.

Dentro da perspectiva de incorporação dos programas tradicionais à lógica global de organização do SUS, foram trabalhados os programas de Assistência Psiquiátrica e de Saúde Bucal. Em relação ao primeiro, promoveu-se a ampliação e reforma de centros e núcleos de atenção psicossocial e a implementação da assistência psicossocial, o que permitiu a redução das internações psiquiátricas. Em relação ao segundo, foi feito levantamento epidemiológico da saúde bucal no País, para análise e redefinição dos procedimentos odontológicos do SUS.

Espera-se ainda sejam aprovadas a proposta governamental de regulamentação dos sistemas complementares privados de assistência

à saúde e o anteprojeto de lei, que trata do ressarcimento ao SUS dos serviços prestados aos beneficiários de seguros ou planos privados de assistência à saúde.

EDUCAÇÃO

Empenhado no fortalecimento do ensino fundamental através da valorização da escola e da carreira do magistério, da descentralização das ações e da redistribuição das responsabilidades entre as três esferas de Governo, e atuando no sentido de oferecer serviços educacionais de qualidade, o Ministério da Educação e do Desporto implementou várias ações de impacto que já produzem seus efeitos.

Por meio do Programa de Educação a Distância, intensificou-se o uso dos meios de comunicação no processo educacional. Através do Programa TV Escola, foram treinados docentes que trabalham com educação infantil, habilitados professores leigos que atuam de 5^a a 8^a série, produzidos 112 programas de ensino fundamental e médio e adquiridos outros 626. Foram credenciadas grande parte das 52 mil escolas enquadradas dentro do Programa. Dentre essas, aproximadamente 40 mil já adquiriram os *kits* tecnológicos e 30 mil já o instalaram efetivamente. Uma vez atendidas todas as escolas, serão beneficiados 20 milhões de alunos e 1 milhão de professores.

A programação da TV Escola foi ao ar durante 205 dias com 2.460 horas veiculadas, acrescidas de reprises, no período das férias, num total de 3.300 horas. Em 1997, a programação será expandida para 3.400 horas durante o decorrer dos 180 dias letivos, com a produção de 200 programas.

Para orientar os docentes nas suas tarefas pedagógicas, foram produzidas 5,6 milhões de publicações didáticas, dentre as quais 305 mil cartazes e 1,2 milhão de exemplares da revista TV Escola, com seus respectivos cadernos. Em 1997, o material didático distribuído deverá alcançar 8 milhões de unidades.

O trabalho de motivação para uso da televisão como meio pedagógico, acompanhado do devido treinamento e elaboração de planos regionais específicos, prosseguirá em 1997, institucionalizando em definitivo o Programa de Educação a Distância.

Por meio do Programa Repasse de Recursos Diretamente para a Escola, concebido para eliminar a intermediação e os entraves burocráticos, foram assinados convênios com as 27 unidades da Federação, atendendo a 154 mil escolas e beneficiando 31 milhões de alunos.

Visando a garantir os recursos necessários para a melhoria da qualidade do ensino fundamental, assegurar eqüidade na oferta, através de um gasto mínimo de 300 reais por aluno, e promover a melhoria salarial do magistério, foi aprovada a Emenda Constitucional nº 14, que instituiu o Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental e de Valorização do Magistério. O Fundo visa garantir que 60% dos recursos constitucionalmente vinculados à educação (art. 212 da Constituição Federal) sejam efetivamente alocados no ensino fundamental por parte de estados e municípios. A distribuição dos recursos do Fundo obedecerá ao número de matrículas das respectivas redes públicas de ensino fundamental, estando assegurada a complementação da União, nos casos em que se fizer necessário, para que se atinja o gasto mínimo de 300 reais por aluno. Vale ressaltar, por fim, que 60% dos recursos do Fundo deverão ser destinados à melhoria das condições salariais dos professores, como

forma de resgatar a dignidade desse profissional e melhorar a qualidade do ensino fundamental público no país.

No âmbito do Projeto de Educação Básica para o Nordeste, financiado com recursos do Banco Mundial, para atendimento à população em idade escolar matriculada nas escolas da rede pública daquela região, foram treinados 74 mil docentes e 12 mil técnicos e diretores de escolas para o melhor exercício de suas atribuições. Os alunos do ensino fundamental do Nordeste foram os grandes beneficiados pela atuação mais eficiente dos profissionais do ensino e pela utilização de materiais adequados ao processo de aprendizagem. Em 1997 serão adquiridos 2 mil equipamentos para facilitar a tarefa educacional, treinados 58 mil professores e distribuídos 107 mil conjuntos de material didático-pedagógicos. Pretende-se ainda construir 379 escolas e reformar ou ampliar 2.500 salas de aula na região.

Elaborados com a finalidade de assegurar o mínimo de uniformidade no sistema educacional, os novos parâmetros curriculares de 1^a a 4^a série servirão de instrumento para a transformação da prática pedagógica em sala de aula, para avaliação de desempenho, para definição de programas de formação inicial e continuada e para o desenvolvimento de uma política adequada para o livro didático, já iniciada com a avaliação de 466 títulos de livros. Novos parâmetros curriculares das séries de 5^a a 8^a serão implementados em 1997, de forma a atender às necessidades regionais e aos interesses dos alunos. Temas como Ética, Saúde, Orientação Sexual e Meio Ambiente, dentre outros, deverão compor os currículos, e as matérias curriculares tradicionais serão reestruturadas de forma a se tornarem mais atraentes, objetivas e condizentes com a nossa realidade.

O Sistema de Avaliação da Educação Básica — SAEB avaliou 2.500 escolas públicas e privadas de ensino fundamental e médio,

abrangendo 90 mil alunos, 7 mil professores e 2.700 diretores de escolas. Os resultados obtidos deverão subsidiar a programação da TV Escola, o processo de controle de qualidade do livro didático, a renovação curricular, a reforma do ensino médio e o projeto de formação de professores.

No ensino médio a preocupação voltou-se primordialmente para a estruturação e regulamentação dos cursos técnicos profissionalizantes. O setor produtivo foi convocado a participar das decisões das escolas e a oferta dos cursos foi flexibilizada de acordo com o perfil da demanda profissional, o meio em que está inserida a escola e o interesse do aluno. Escolas Agrotécnicas, localizadas em diferentes pontos do País, estão implantando os novos currículos em caráter experimental. No ensino médio e profissionalizante os novos parâmetros serão estendidos, gradativamente a partir de 1997, a todas as modalidades profissionais, flexibilizadas as ofertas e ajustadas, em seu conteúdo, à realidade política, social e econômica do País.

Conjugando a melhoria de métodos de trabalho educacional com o oferecimento de condições adequadas para aprendizagem, o Governo Federal beneficiou 30 milhões de alunos com a distribuição gratuita de livros didáticos e 23,2 milhões com a utilização de bibliotecas instaladas. O Programa do Livro Didático deverá atender em 1997 às necessidades de 21,5 milhões de alunos, mediante a aquisição e distribuição de 68 milhões de livros didáticos. A instalação e atualização de bibliotecas de escola ocorrerá em 30 mil unidades de ensino fundamental com matrícula superior a 100 alunos. Serão distribuídos 11 milhões de livros, em benefício de 19 milhões de alunos.

Também as condições de saúde foram observadas em 743 mil alunos da rede pública, que receberam tratamento dentário e de saúde

em geral, de caráter profilático. Esse Programa de Saúde do Escolar será estendido a 1,5 milhão de alunos em 1997.

Por entender que a má alimentação, não raro resultando em desnutrição, é uma das causas responsáveis pelo baixo desempenho das crianças, principalmente nas Regiões Norte, Nordeste e nos bolsões de pobreza da Região Sudeste, o Governo Federal fortaleceu o Programa de Alimentação Escolar, em benefício de 33 milhões de alunos da rede pública que receberam refeições completas nos 157 dias letivos de 1996.

A implantação de hortas escolares também está sendo estimulada com dois objetivos específicos: do reforço dos componentes vegetais da merenda escolar, com o acréscimo nutritivo dos elementos naturais, do estímulo ao conhecimento do plantio e de seus benefícios. Esse processo é promovido e realizado em conjunto com os professores das matérias curriculares.

O Programa do Transporte Escolar contemplará em 1997 mais 380 municípios com a aquisição de veículos para transporte dos alunos que residem em locais mais distantes ou nos bolsões de pobreza. Tal medida facilitará o acesso da população menos favorecida à escola.

Com o objetivo de modernizar a escola brasileira de forma a torná-la atual, condizente com uma sociedade que se torna cada vez mais complexa e exigente, em 1997 serão desenvolvidos 150 programas de informática, adquiridos e distribuídos equipamentos para 7.000 estabelecimentos de ensino público, num total de 100 mil computadores.

Para aumentar ainda mais a eficácia da política educacional que vem sendo executada, é imprescindível ampliar a quantidade e melhorar a qualidade das informações disponíveis sobre a população em idade escolar e suas condições de aprendizagem. A modernização do sistema de informações constitui assim uma prioridade para 1997, de tal modo que a política de melhoria da qualidade e expansão da oferta de educação pública possa valer-se cada vez mais de uma base estatística consistente, requisito importante para consolidar o primado das decisões técnicas na área.

No ensino superior, através do Programa do Crédito Educativo, foram aditados 104 mil novos contratos para concessão de bolsas de estudo a alunos que, por carência financeira, não teriam como financiar seus estudos. As ações voltaram-se, ainda, para a avaliação da qualidade dos cursos superiores oferecidos pelas instituições de ensino. Foram avaliados 627 cursos pelo Exame Nacional de Cursos de Graduação, realizado em novembro, do qual participaram cerca de 56 mil alunos concluintes dos cursos de Engenharia Civil, de Administração de Empresas e de Direito. Em 1997 o Exame será estendido aos cursos de Engenharia Química, de Medicina Veterinária e de Odontologia, devendo abranger cerca de 97 mil graduandos de 870 cursos das instituições de ensino superior. Pelo desempenho dos alunos, o Ministério terá elementos adicionais para julgar novos pedidos de reconhecimento e autorização para funcionamento de cursos de graduação.

Também foram avaliadas a qualidade, produtividade e potencialidade de 1.207 cursos de pós-graduação, permitindo, como consequência, que os investimentos sejam realizados com base no mérito de cada um deles. A meta para 1997 é avaliar 1.721 cursos. Ainda na pós-graduação foram apoiados institucionalmente 879 cursos e concedidas 24.112 bolsas de estudo, sendo 19.724 para mestrado e

doutorado, 444 para pós-doutorado e 3.944 de especialização e treinamento. Além destas, foram ainda concedidas 1.027 mil bolsas de dedicação acadêmica e 135 para professores visitantes estrangeiros. Em 1997 serão concedidas 26.518 bolsas de estudo, sendo 20.812 nos níveis de doutorado e de mestrado, 456 de pós-doutorado, 890 de dedicação acadêmica, 4.210 de especialização e treinamento e 150 a professores visitantes estrangeiros.

CULTURA

A cultura tem-se afirmado como fator indispensável na definição de um novo modelo de cidadania, participativa e integradora do multifacetado perfil do povo brasileiro. Nessa perspectiva, vale ressaltar desde logo que, pela primeira vez, todos os estados brasileiros receberam investimentos culturais com recursos da União.

A ação do Governo Federal na área cultural continua a pautar-se pelo princípio de que não lhe cabe o papel de principal produtor, mas o de responsável pela definição das grandes linhas políticas, em conjunto com a sociedade, os artistas e os produtores, e o de articulador do apoio a segmentos e iniciativas relevantes que não se ajustam de imediato à lógica do mercado.

Quatro modificações legislativas tiveram grande repercussão no meio cultural: (i) regulamentou-se a conversão da dívida externa para a aplicação em projetos audiovisuais brasileiros de produtoras independentes; (ii) aumentou-se o percentual de abatimento do imposto de renda das pessoas jurídicas de 1 para 3 % nos casos de investimentos nesses projetos, através do aperfeiçoamento da Lei nº 8.685/93; (iii) incrementou-se a captação de recursos para o Fundo Nacional da Cultura, referentes às loterias e sorteios sob a forma de

prognósticos; e (iv) aperfeiçoou-se a Lei nº 8.685/93 e instalou-se a Comissão de Cinema. No contexto internacional, o Grupo Mercado Comum aprovou em sua XI Reunião o Protocolo de Integração Cultural do Mercosul, como protocolo adicional ao Tratado de Assunção, consolidando o quadro institucional da integração cultural regional.

Os principais mecanismos de estímulo a projetos culturais do Programa Nacional de Apoio à Cultura — PRONAC ampliaram significativamente sua atuação. A demanda pelos recursos do Fundo Nacional de Cultura, que concede, a fundo perdido, 80 % dos valores de projetos de entidades sem fins lucrativos, foi duplicada, com ênfase na preservação do patrimônio cultural. O Fundo também se diversificou, reforçando a sua participação em outras áreas culturais. Para 1997, a difusão cultural deverá ser estimulada, tanto nacional como regionalmente, prevalecendo o apoio ao patrimônio, bibliotecas, bandas de música, orquestras, museus e teatros. O Programa de Bolsas de Estudo para artistas de renome deverá complementar o Programa de Jovens Talentos, num processo de apoio crescente à comunidade artística nacional. Junto com a Fundação Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior — Capes, foi instituído o Programa de Aperfeiçoamento em Artes — APARTES, resultando na criação de 50 bolsas de estudos no exterior para jovens talentos brasileiros. Recebendo reflexos positivos do aumento do percentual de desconto do imposto de renda autorizado pela lei de incentivo à cultura, ocorrido em 1995, e da simplificação de sua regulamentação, o mecenato também teve um incremento no volume de recursos disponíveis, com predominância para a produção audiovisual e o patrimônio.

O Governo desenvolveu diversas iniciativas voltadas à divulgação da lei de incentivo à cultura, tendo sido realizados: 7 Fóruns

Empresariais nas principais capitais do País, reunindo lideranças empresariais com potencial para patrocinar projetos culturais; a inserção na Internet de um banco de projetos, com aproximadamente 2.800 projetos já aprovados pela Comissão Nacional de Incentivo à Cultura; um Seminário Internacional sobre o Financiamento da Cultura, em Brasília, com a participação dos Estados Unidos, Grã-Bretanha, França e Portugal; e 5 Cursos de Gestão Cultural em diferentes regiões brasileiras. A Fundação João Pinheiro foi contratada para a realização da pesquisa Diagnóstico dos Investimentos na Cultura no Brasil e o PIB Cultural Brasileiro, visando aprofundar o conhecimento da relação entre economia e cultura, de forma a apoiar a formulação de políticas culturais.

A preservação da memória cultural do País concentrou mais da metade dos recursos orçamentários da área da cultura. A iniciativa privada veio somar-se às dotações orçamentárias, permitindo que importantes ações fossem executadas na área do patrimônio, com reflexos positivos na geração de empregos e na formação de mão-de-obra especializada nos ofícios de restauração e conservação. Foi aprovado um programa de revitalização dos centros históricos, que prevê a aplicação em 1997 de recursos externos e de contrapartida no valor de US\$ 100 milhões em 15 estados brasileiros. Dezoito projetos, com alto impacto social e em condições de sustentabilidade, beneficiarão cidades históricas em Minas Gerais, Alagoas e Sergipe, sítios, como a zona portuária de Belém, e boa parte das palafitas de Manaus, melhorando as condições de vida das populações desses centros e favorecendo o turismo e as atividades econômicas locais.

Essas ações de preservação contemplaram várias formas de patrimônio e tiveram ampla abrangência geográfica, haja vista: o tombamento dos conjuntos da Pampulha e do Ipiranga; as restaurações de monumentos religiosos no Pará, Bahia, Sergipe, Goiás e

Minas Gerais; de teatros históricos em Recife, São Paulo e Pirenópolis, em Goiás; do Jardim Botânico do Rio de Janeiro; do Museu do Homem Americano, no sítio arqueológico da Serra da Capivara, no Piauí; e do conjunto arquitetônico de Antônio Prado, representativo da colonização italiana, no Rio Grande do Sul. Para o ano de 1997, pretende-se dobrar o número de unidades preservadas no campo do patrimônio arquitetônico, arqueológico e natural, bem como triplicar o número de peças de acervo conservadas.

No campo da cultura afro-brasileira, destaca-se a realização de diversos eventos que tiveram o objetivo de valorizar a imagem dessa parcela da população nos meios de comunicação e na sociedade em geral. Por ocasião do Dia Nacional da Consciência Negra, foram promovidas atividades nas cidades de Porto Alegre, Vitória, São Paulo, São Luís, Salvador e Recife. Em Brasília, no período de 18 a 23 de novembro, aconteceu a Semana da Consciência Negra, com debates sobre a discriminação racial, mostras de artes, *shows* de música e poesia. Prosseguem o mapeamento, a demarcação e a titulação das terras dos remanescentes de quilombos, resgatando o compromisso do Governo Federal com a cidadania dos afro-descendentes. Foi reconhecido o direito de posse de terras no Maranhão, no Pará e na Bahia. Em 1997 estão previstas a continuidade e a ampliação destes trabalhos, bem como a regulamentação do artigo 68 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias, referente ao reconhecimento da propriedade definitiva das terras ocupadas pelos remanescentes dos quilombos.

A memória musical brasileira foi prestigiada com a celebração do Ano Carlos Gomes, a recuperação de partituras deterioradas do compositor e a co-produção do curta-metragem de ficção Antônio Carlos Gomes, bem como com a realização do Concerto da Independência, transmitido ao vivo pela Rádio MEC e TVE.

O Ministério da Cultura distribuiu 1.042 instrumentos para bandas musicais do País e realizou cursos, mostras, encontros e oficinas, nas áreas de artes visuais, música, folclore, teatro, dança, ópera e circo, e efetivou lançamentos editoriais. O Projeto Teatro Brasileiro apoiou a montagem de peças teatrais com financiamentos a custo reduzido, através da Caixa Econômica Federal. Em 1997 será iniciada a implantação do Museu Nacional de Brasília, com projeto arquitetônico do arquiteto Oscar Niemeyer.

As mais variadas manifestações puderam circular e ser apreciadas por todas as camadas sociais, através do território nacional, como o prestigiado grupo de *ballet* Stagium, que se apresentou em assentamentos de trabalhadores rurais no Pará, Bahia e São Paulo, e o Bumba-Meu-Boi do Maranhão, que empolgou a platéia do Teatro Nacional, em Brasília.

Uma rede nacional, utilizando as modernas tecnologias da informática, está sendo implantada para tornar disponíveis informações sobre nossa vida cultural, ampliando a visibilidade do trabalho de nossos artistas e instituições culturais. Já se encontram na Internet várias informações de cunho cultural. Ampliou-se também a ressonância internacional da cultura brasileira no exterior. Iniciaram-se as ações preparatórias das comemorações dos 500 anos de Descobrimento do Brasil, e intensificou-se o intercâmbio cultural com o Mercosul e com os países ibéricos e de expressão portuguesa. O Circuito Turístico Internacional das Missões Jesuíticas dos Guaranis, com a participação de quatro países, foi incluído entre os roteiros internacionais incentivados pela UNESCO, ao lado das Rotas da Seda, do Mundo Maia e dos Escravos, sendo até agora o único da América do Sul em operação. A criação do Selo Mercosul Cultural, propiciando a livre circulação de bens culturais entre os países membros do tratado

de Assunção, destaca-se como medida importante para a maior integração dessas nações.

Um evento de grande impacto foi o Brazilian Northeast Festival, ocorrido em Nova York, no mês de junho. Contribuindo para a divulgação da cultura e dos costumes nordestinos, o Festival mostrou, numa das maiores vitrines do mundo, os grandes atrativos da região, estimulando o turismo cultural estrangeiro — atualmente ainda pouco expressivo — no Nordeste do Brasil. Foi criado o Grupo de Trabalho Interministerial, através de protocolo assinado pelos ministros da Cultura e da Indústria, do Comércio e do Turismo, para desenvolver e propor uma política e um Programa Nacional de Turismo Cultural, com o objetivo de valorizar a potencialidade turística do nosso patrimônio cultural, material e imaterial.

O Ministério da Cultura também atuou com decisão no incentivo à leitura, considerada como elemento primordial da construção da cidadania. No campo normativo, a definição de uma política nacional do livro avançou bastante com o aprofundamento da discussão do anteprojeto da Lei do Livro, uma das principais realizações da Câmara Setorial do Livro, instalada em 1º de março.

Foi atualizado o levantamento sobre as bibliotecas públicas do País, identificando-se as principais carências e as prioridades do programa Uma Biblioteca em Cada Município. Como resultado, 52 municípios ganharam novas bibliotecas públicas, a maioria delas nas Regiões Norte e Nordeste. A campanha Paixão de Ler, em seu segundo ano, distribuiu nove mil bônus-livro para professores da rede de 1º grau, beneficiando as periferias de nove grandes cidades. A previsão para este ano é distribuir 93 mil desses bônus. Outro avanço foi a formação de mais 5.230 agentes multiplicadores pelo PROLER, que capacita professores e integrantes das comunidades para divulgar

incentivo à leitura nos seus locais de trabalho e de moradia. Os serviços da Biblioteca Nacional foram oferecidos nacionalmente, através da Rede Bibliodata, como resultado da parceria com o Conselho de Reitores das Universidades Brasileiras e representantes de Instituições de Ensino Superior.

Ganhou dinamismo o processo de consolidação do cinema nacional como indústria. Aumentou significativamente o número de produções e várias delas obtiveram sucesso de público e crítica, inclusive em nível internacional. A indicação de *O Quatrilho* para a premiação com o Oscar de melhor filme estrangeiro é o símbolo dessa reafirmação. Atualmente a captação de recursos da iniciativa privada é superior às verbas destinadas ao setor na época da extinta Embrafilme, prevendo-se para 1997 a duplicação desses recursos, cerca de 80 milhões de reais. Prosegue o apoio da Funarte à melhoria da qualidade técnica da produção, destacando-se os projetos de finalização e co-produção de filmes de curta e longa-metragem. Dentro do movimento de redinamização do cinema nacional, foram concretizadas co-produções e finalizações de 26 curtas-metragens e de 2 longas-metragens.

Novas iniciativas visam aumentar a divulgação do cinema brasileiro, como o lançamento de revistas, novos festivais no Nordeste e a restauração de filmes do acervo da Cinemateca Brasileira. Prevê-se a montagem de uma mostra de filmes legendados em inglês, francês e espanhol, para circular no exterior, o apoio à participação de filmes brasileiros em 10 festivais internacionais e a montagem de uma mostra com 50 filmes, para exibição itinerante no País.

ESPORTES

O desporto é parte importante do esforço governamental de valorizar a cidadania. Essa é a principal missão atribuída ao Instituto Nacional de Desenvolvimento do Desporto — INDESP.

Nessa perspectiva, o Governo Federal deu continuidade ao Programa Esporte Solidário, cujo o objetivo é assegurar o desenvolvimento de projetos de esporte para crianças e adolescentes em regiões de reconhecida carência assistencial. Integrando a prática desportiva ao reforço escolar e ao reforço alimentar, o programa tem mobilizado as entidades públicas de diversos estados, como Goiás, Maranhão, Piauí, Bahia, entre outros, além de municípios.

Na modalidade do esporte de rendimento, voltado para os atletas na faixa etária de 9 a 17 anos, foram ampliadas as ações de parceria, especialmente com o Comitê Olímpico Brasileiro e seus filiados e com as Secretarias Estaduais de Esporte. Promoveram-se eventos nacionais, como os Jogos dos Povos Indígenas, em Goiás, e a participação mais ativa do Brasil em eventos internacionais, a exemplo dos Jogos do Cone Sul, em Lima, Peru.

Na área do esporte profissional, a atuação prendeu-se à concessão de bolsas de estudo, à assistência jurídica social e trabalhista e a cursos de treinamentos para técnicos. As ações desenvolvidas fazem parte da proposta Associação de Garantia aos Atletas Profissionais e aos em Formação — AGAP, voltada ao apoio de atletas profissionais, ex-atletas e atletas em formação, por meio de articulação do INDESP com as Federações das Associações de Assistência aos Atletas Profissionais.

É na política nacional do idoso, no entanto, que o INDESP tem sido mais inovador, estimulando programas de lazer, esporte e atividades físicas que proporcionam a melhoria da qualidade de vida ao idoso, incentivando sua participação na sociedade.

A prioridade para 1997, sem prejuízo da continuidade dos demais programas, será a de fortalecer as ações nos Programas Esporte Solidário, atingindo 70 mil crianças, e Esporte para Terceira Idade e Jogos da Juventude, levando o esporte a comunidades carentes.

DESENVOLVIMENTO URBANO, HABITAÇÃO E SA- NEAMENTO

A intensificação das ações do Governo Federal no setor de habitação pode ser medida pelo incremento do montante de recursos contratados, de 890 milhões de reais, em 1995, para 2,2 bilhões de reais em 1996; pelo aumento do número de famílias atendidas, de 77 mil para 278 mil; e pela elevação da quantidade de empregos gerados, de 76 mil para 259 mil.

Destacaram-se, em particular, os programas prioritários Pró-Moradia e Habitar-Brasil, cujas fontes de recursos, são respectivamente, o FGTS e o Orçamento Geral da União — OGU. Esses programas sofreram alterações, de modo a permitir aos Poderes Públicos Estadual e Municipal alcançar efetivamente o público visado: famílias com renda mensal de até 3 salários-mínimos, vivendo em condições inadequadas de habitabilidade por questões de segurança ou salubridade. As operações do Pró-Moradia atingiram o montante de 249 milhões de reais, atendendo a 105 mil famílias, enquanto as

do Habitar-Brasil alcançaram o total de 210 milhões de reais, beneficiando 43 mil famílias.

Ainda na área habitacional, o Governo Federal atuou no atendimento direto à demanda, por meio do programa Carta de Crédito. Nesse caso, as linhas de crédito permitem que as famílias, individual ou associativamente, optem pela melhor solução para seus problemas de moradia: aquisição de lote, construção, melhoria, ampliação ou aquisição.

Esse programa, além de promover a cidadania, contribui para o aumento da eficiência na produção habitacional, em termos de qualidade e preço. Isso, porque outorga, por intermédio da carta de crédito, importante instrumento de barganha ao consumidor, fomentando a competitividade no setor habitacional. O Programa Carta de Crédito, que opera com recursos do FGTS, beneficiou cerca de 95 mil famílias, realizando operações no total de 1,4 bilhão de reais.

Para permitir o equilíbrio do mercado, fortemente estimulado pelo lado da demanda em virtude do lançamento do Programa Carta de Crédito, aprovou-se, em outubro, o Programa de Apoio à Produção de Habitações, destinado a pessoas jurídicas voltadas à produção habitacional. Diferentemente de programas anteriores destinados ao financiamento do setor da construção civil, este financiará somente os empreendimentos que apresentem demanda previamente caracterizada, a fim de evitar problemas de comercialização de unidades habitacionais, verificados no passado.

Em 1997, as ações da Política Nacional de Habitação estarão voltadas a:

-
- garantir formas alternativas de acesso à moradia (acessão, *leasing*, locação social);
 - implementar uma política de subsídios para a habitação, de caráter pessoal, temporário e intransferível;
 - regular, simplificar e adequar a legislação de uso, parcelamento e ocupação do solo;
 - reduzir custos administrativos e notariais vinculados à regularização fundiária e à aquisição de unidades habitacionais; e
 - ampliar o nível da produção habitacional destinada à população de menor renda, com utilização, inclusive, de materiais e métodos alternativos.

Encontra-se em negociação com o Banco Interamericano de Desenvolvimento — BID um financiamento de 4 anos para o HABITAR-Brasil, no valor total de US\$ 334 milhões, dos quais 40% serão contrapartida de recursos do OGU e dos estados e municípios, beneficiando 58 mil famílias e gerando cerca de 32 mil empregos.

Na área de saneamento, com vistas à universalização dos serviços, efetuaram-se 1.324 contratos, dos quais 381 foram financiados com recursos do FGTS (Pró-Saneamento e Conclusão de Empreendimentos — Pró-Conclusão), 939 com recursos do Orçamento da União (Programa de Ação Social em Saneamento — PASS) e 4 com recursos do Banco Mundial (Programa de Qualidade das Águas — PQA). Aliadas a essas contratações, foram realizadas aplicações em contratos de obras do PROSEGÉ e PMSS, assinados em período anterior.

No conjunto, os recursos contratados pelo Governo Federal na área de saneamento totalizaram 1,0 bilhão de reais, permitindo o

atendimento a 1,8 milhão de famílias, contra 363 mil em 1995, e a geração de 278 mil novos empregos, contra 53 mil em 1995.

Por sua articulação com os Programas Comunidade Solidária e Redução da Mortalidade na Infância, merece destaque específico a implantação do Programa de Ação Social em Saneamento — PASS, destinado às camadas mais pobres da população. As obras do PASS, já iniciadas, permitirão o atendimento de cerca de 500 mil famílias, com abastecimento de água, esgotamento sanitário e serviços de coleta e destinação final de lixo. A contratação de financiamento junto ao BID, para o período de 1997 a 1999, no valor total de US\$ 500 milhões, sendo 35 % correspondente à contrapartida de recursos do OGU e 15 % dos estados e municípios, permitirá fortalecer significativamente o Programa.

O Programa de Ação Social em Saneamento — PROSEGE cumpriu sua última etapa, com 218 projetos em fase de conclusão, em todo Brasil. Sua execução, ao final, terá beneficiado uma população de 3,1 milhões de habitantes e gerado aproximadamente 89 mil empregos, num total de investimentos, de cerca de 455 milhões de reais.

Três novos programas constam da proposta orçamentária para este ano: o Programa Nacional de Conservação de Água; o Programa de Assistência Técnica aos Estados para Licenciamento Ambiental e o Programa de Capacitação em Elaboração e Análise de Projetos.

Com vistas ao aumento da cobertura dos serviços, estão previstos investimentos da ordem de 1,8 bilhão de reais, a serem aplicados nos diversos programas: 1,4 bilhão de reais no Pró-Saneamento, 275 milhões de reais no PASS, 78 milhões de reais no PMSS e 1,5 milhão de reais no PQA. Esses investimentos, com as respectivas contrapar-

tidas dos estados e municípios, permitirão o atendimento a 2,7 milhões de famílias e a geração de 450 mil empregos. A meta do Governo Federal é estender, até 1998, a oferta de serviços de abastecimento de água e esgotamento sanitário a 100 % e 80 % da população, respectivamente.

As ações de saneamento básico realizadas pelo Ministério da Saúde concentraram-se nos municípios do Projeto de Redução da Mortalidade na Infância — PRMI, onde a implantação de sistemas públicos de abastecimento de água e de esgotamento sanitário beneficiaram diretamente mais de 215 mil famílias (971.446 pessoas) e indiretamente cerca de 840 mil famílias (3,8 milhões de pessoas), em 37 % dos municípios selecionados.

Foram feitas em 5 municípios na área endêmica de malária obras de drenagem e manejo ambiental na área endêmica de malária, para eliminação dos criadouros. Em 38 municípios que registraram casos confirmados de dengue, foram implantados sistemas de coleta, transporte e tratamento final dos resíduos sólidos. Em 118 localidades com registro de formas graves da doença de Chagas, o Ministério da Saúde efetuou melhorias de habitação visando à eliminação do vetor. Na área indígena, 182 localidades foram beneficiadas com ações de saneamento.

O apoio e a cooperação técnica para fortalecimento da gestão municipal em saneamento foram concretizados mediante a implantação de 85 oficinas municipais de saneamento, enquanto 421 municípios foram capacitados para esse fim pelo Ministério da Saúde.

Dando continuidade à implementação da Política Nacional de Saneamento, no tocante aos aspectos institucionais e normativos, o Governo Federal estará empenhado em 1997: (i) no apoio a estados

e municípios e prestadores de serviços, com vistas à transformação dos modelos de gestão; (ii) na definição de novos marcos regulatórios; e (iii) na definição do projeto de lei de Diretrizes para a Concessão dos Serviços de Saneamento.

Para reduzir as demais carências de infra-estrutura urbana, o Governo Federal implementou o Programa de Infra-Estrutura Urbana — PRO-INFRA, cujo objetivo é a melhoria das condições da infra-estrutura urbana em áreas de risco insalubres em benefício especialmente da população de baixa renda. No âmbito desse Programa, foram contratados 255 projetos no valor de 133 milhões de reais, além da contrapartida de estados e municípios.

REFORMA AGRÁRIA

Foi superada, pelo segundo ano consecutivo, a meta estabelecida pelo Governo Federal para o Programa de Reforma Agrária, com o assentamento de 62.044 famílias. Também merece destaque o fornecimento de crédito de implantação (de alimentação para 42.141 famílias, de fomento para 49.245 famílias, de habitação para 12.961 famílias e de produção para 39.900 famílias), bem como a emissão de 13.112 documentos de titulação de terras.

No aspecto legal, as alterações no Imposto Territorial Rural encaminhadas ao Congresso Nacional, punindo as propriedades improdutivas, foram um grande passo para acelerar a reforma agrária, tanto mais por virem acompanhadas de simplificações nos procedimentos pertinentes à desapropriação de terras.

O crescimento expressivo do número de famílias assentadas demonstra o empenho do Governo Federal em favor da Reforma

Agrária. Para avançar ainda mais, no entanto, é importante promover algumas mudanças no Programa, sobretudo para aumentar a viabilidade econômica dos assentamentos e introduzir transformações qualitativas nos projetos atuais e futuros.

Nesse sentido, no âmbito da política fundiária, prioridade básica deverá ser conferida, em 1997, à obtenção de terras cuja qualidade permita viabilidade econômica aos assentamentos e que se localizem em regiões onde os três níveis de Governo venham realizando investimentos públicos relevantes em infra-estrutura de energia, transporte e comunicações ou tenham estabelecido prioridade para tanto. Dessa forma, será possível reduzir os custos de implantação de famílias e, ao mesmo tempo, conferir maior viabilidade econômica ao investimento público.

Ademais, as prioridades para 1997 incluem, além do assentamento de 80 mil famílias, o fornecimento de crédito de implantação e de produção para 217 mil e 109 mil famílias, respectivamente, e expedição de 43.500 documentos de titulação. Considerando-se ainda a existência de cerca de 300 mil famílias assentadas em projetos de reforma agrária e colonização, em diversas fases de execução, é necessária uma política de assentamentos que contemple o desenvolvimento socioeconômico dessas famílias, criando condições para a sua auto-sustentação e efetiva incorporação ao processo produtivo competitivo, mediante acesso aos serviços sociais básicos, e à implantação de infra-estrutura de energia, transporte e comunicação e fornecimento de crédito e assistência técnica.

Nesse esforço, serão indispensáveis as parcerias que já vêm sendo feitas com órgãos federais com atribuições nas áreas de pesquisa agropecuária, educação, saúde, eletrificação rural, habitação, saneamento e fornecimento de crédito. Nessa mesma linha, deve

fortalecer-se, ainda mais, o indispensável apoio ao processo de reforma agrária por parte de estados e municípios, tanto na obtenção de terras e implantação de atividades produtivas nos assentamentos, como na execução de programas descentralizados de saúde e educação e na implantação e manutenção de infra-estrutura produtiva e social.

A assistência técnica aos assentados será melhorada e ampliada, com a implementação do Programa de Qualidade e Produtividade nos Assentamentos de Reforma Agrária — Projeto LUMIAR, que busca oferecer serviço descentralizado de apoio às cerca de 300 mil famílias assentadas em projetos de colonização e reforma agrária. Esse Programa irá beneficiar-se do levantamento das condições de vida e produção dessas 300 mil famílias, cujos resultados constarão do I Censo Nacional de Reforma Agrária, iniciado em novembro.

IV. INFRA-ESTRUTURA

TRANSPORTES

A diretriz básica adotada para o setor de transportes é a descentralização, consubstanciada no novo Sistema Nacional de Viação, na delegação de rodovias e portos aos estados, nas concessões da operação de rodovias e ferrovias à iniciativa privada e na busca de novos modelos de financiamento e de parcerias com o setor privado para novos investimentos nas malhas rodoviária e ferroviária, nos portos marítimos e fluviais, bem como na revitalização de áreas não-operacionais.

Esta é a estratégia para a superação dos problemas de degradação das estruturas físicas e perda de eficiência operacional da área de transportes, tendo em vista a reconhecida redução da capacidade de investimentos do setor público.

A consecução desta diretriz passa por modelos alternativos via estadualizações, privatizações ou concessões. Esse processo exige, por sua vez, a adequação da estrutura administrativa dos órgãos normativos às suas novas funções com atenção prioritária para as questões de cunho social e relativas à segurança nacional e ao meio ambiente, na perspectiva do desenvolvimento integrado e sustentável.

São destaques, na área institucional, as diversas iniciativas adotadas para adequar o arcabouço legislativo aos objetivos da política de transportes:

- o Projeto de Lei nº 1.176/95, que trata do novo Sistema Nacional de Viação;
- a promulgação da Lei nº 9.277/96, que autoriza a União a delegar aos estados e aos municípios a administração e exploração de rodovias e portos federais, já tendo sido assinados convênios de Delegação de Rodovias com os Estados do Rio Grande do Sul e do Paraná, no total de 4.620 km;
- o Projeto de Lei nº 1.125/95, já aprovado pelo Congresso Nacional, que regulamenta a navegação de cabotagem e aprova a criação do Registro Especial Brasileiro, equalizando as condições operacionais da Marinha Mercante brasileira aquelas praticadas internacionalmente.

Como decorrência do novo Sistema Nacional de Viação, serão negociados contratos de empréstimos junto ao BIRD e ao BID para o Projeto de Restauração e Descentralização de Rodovias Federais, com custo total estimado em US\$ 1,25 bilhão, prevendo-se a recuperação de 14.000 km de rodovias federais e a consequente estadualização de 13.000 km.

O Programa de Concessão de Rodovias Federais — PROCROFE teve praticamente concluída a sua primeira etapa, já operando neste regime a Ponte Rio-Niterói, a Via Dutra (Rio de Janeiro-São Paulo), a Rodovia Rio de Janeiro-Juiz de Fora (BR-040) e a Rodovia Rio de Janeiro-Teresópolis-Além Paraíba (BR-116). Estes quatro primeiros trechos totalizam cerca de 750 km e têm investimentos previstos da ordem de 1,2 bilhão de reais por parte da iniciativa privada.

O PROCROFE contempla trechos de rodovias federais com tráfego de veículos em volume suficiente para, mediante cobrança de pedágio, gerar recursos para sua recuperação e manutenção. Já estão identificados cerca de novos 6.000 km de rodovias passíveis de concessão e estima-se potencial idêntico em outros 10.000 km, numa visão de longo prazo (1997/2000).

Recursos externos somados à contrapartida dos Governos Federal e Estaduais vêm atendendo à ampliação da malha rodoviária visando sua adaptação a novas demandas, como é o caso da duplicação da Rodovia Fernão Dias (São Paulo-Belo Horizonte (BR-381). Estão em pleno andamento os serviços para a conclusão em 1997 dos 270 km relativos à 1^a etapa da obra e em negociação novo financiamento junto ao BID e ao EXIMBANK do Japão para a execução dos demais 292 km.

Da mesma forma, foi assinado em junho financiamento com o BID e encontra-se em fase final de negociação um contrato de empréstimo junto ao EXIMBANK do Japão visando à duplicação de 530 km das Rodovias BR-116/376/101, entre São Paulo, Curitiba e Florianópolis, também denominada Rodovia do Mercosul. O financiamento prevê a elaboração de estudos de viabilidade para prosseguimento das obras de duplicação da via de Florianópolis até Porto Alegre.

Na mesma situação, encontra-se a obra de pavimentação e a execução de obras de arte especiais ao longo da BR-174, no trecho Manaus-Marco BV-8, fronteira com a Venezuela, com financiamento externo por parte da Corporación Andina de Fomento — CAF. Essa rodovia permitirá a integração do Brasil com os países andinos e acesso ao Caribe. As obras encontram-se em andamento, com conclusão prevista para meados de 1998.

Os serviços de recuperação da BR-364/163, eixo estratégico de escoamento de grãos do extremo oeste do País, integrante do Corredor Noroeste, num total de 560 km, foram iniciados, com aproximadamente 20 % das obras já concluídas.

Encontra-se em construção a Ponte Internacional entre São Borja (Brasil) e Santo Tomé (Argentina), com 1.400 m, como alternativa do Corredor do Mercosul, e em processo de licitação o Complexo Operacional Rodoviário sobre o rio Paraná, compreendendo a restauração e exploração da atual Ponte da Amizade e a construção e operação de uma segunda ponte, com cerca de 600 m, entre Foz do Iguaçu e Porto Presidente Franco, importando em investimentos privados de US\$ 25 milhões. Estes dois empreendimentos estão sendo viabilizados com a participação da iniciativa privada num processo de concessão para futura operação.

Foi lançado o Programa de Socorro a Acidentados nas Rodovias Federais — SALVE que, juntamente com o Programa de Redução de Acidentes nas Estradas — PARE, vem promovendo atividades permanentes de cunho educativo, mediante ações conjuntas de diferentes esferas do Governo e setores da sociedade civil, buscando reduzir os elevados índices de acidentes nas estradas, bem como o atendimento pré-hospitalar adequado aos acidentados nas rodovias, complementando as melhorias nas vias e as ações repressivas e fiscalizadoras.

Os leilões de privatização das principais malhas da Rede Ferroviária Federal S.A. — RFFSA foram concluídos, já tendo sido outorgadas à iniciativa privada as concessões das Malhas Oeste, Centro-Leste, Sudeste, Tereza Cristina e Sul, que representam 78 % da malha física da RFFSA e 97 % da sua atual produção de transporte, estando bem adiantado o processo da privatização da Malha Nordeste, a ser concluído em 1997, compreendendo 4.654 km de ferrovias.

Os sistemas de trens metropolitanos da Companhia Brasileira de Trens Urbanos — CBTU, de São Paulo e do Rio de Janeiro, já foram transferidos aos respectivos estados, estando em execução os projetos financiados pelo Banco Mundial — BIRD que contemplam as ações remanescentes de melhoria das condições operacionais daqueles trens, à conta da União, a serem concluídas em 1997. Processos semelhantes foram iniciados para a transferência dos sistemas de Belo Horizonte, Recife e Fortaleza. Com o incremento da integração do transporte local, os ganhos serão obtidos na segurança da operação e no aumento da capacidade de transporte.

Em dezembro foi assinado contrato entre a Empresa Brasileira de Planejamento de Transportes — GEIPOT e o Governo alemão, através da KFW, no valor de 8 milhões de reais, a fundo perdido, para estudo de viabilidade das diversas modalidades de transporte de cargas e passageiros no Corredor Rio de Janeiro-São Paulo-Campinas, incluindo a implantação do trem-bala no eixo citado.

A expansão da rede ferroviária nacional tem importante componente a cargo da iniciativa privada, de que são exemplos a Ferroeste, na ligação Guarapuava-Cascavel-Guaíra-Dourados — já executados 248 km entre Guarapuava e Cascavel, e a Ferronorte, numa primeira etapa interligando Santa Fé do Sul (SP), Aparecida do Taboado (MS) e Alto Araguaia (MT) e Cuiabá (MT), aqui incluída a Ponte Rodoviária sobre o rio Paraná, em Rubinéia (SP).

A modernização do sistema portuário, mediante sua transferência à iniciativa privada, vem tendo seqüência à luz da Lei nº 8.630/93, através da instalação de Conselhos de Autoridade Portuária — CAP, da constituição dos Órgãos de Gestão de Mão-de-Obra — OGMO, da qualificação de Operadores Portuários e da celebração de Contratos de Adesão para exploração de terminais privativos.

O Programa de Privatização dos Serviços Portuários firmou mais de 40 contratos de arrendamento no valor aproximado de 600 milhões de reais e estão em andamento cerca de 20 processos de licitação, representando cerca de 350 milhões de reais de inversões privadas.

Os estudos para concessão dos portos de Porto Velho, Cabedelo, Itajaí e Laguna, no âmbito do Programa de Concessão para Exploração de Portos, foram concluídos e os editais estão prontos para serem lançados. A seqüência contempla Manaus, Recife e Estrela (RS).

A União ainda investirá em infra-estrutura nos portos de Santos, Sepetiba, Suape e Pecém (CE), qualificados como estratégicos para o desenvolvimento nacional.

Ressalta-se, ainda, os esforços para agilização dos projetos do Corredor Centro-Norte envolvendo as hidrovias dos Araguaia e Tocantins e a ferrovia Norte-Sul, e do Corredor Noroeste, formado pela Rodovia BR-364 e a hidrovia do Madeira. Em 1997 serão contempladas a hidrovia do São Francisco, no Corredor Nordeste, e a hidrovia do Tietê-Paraná, com a conclusão das obras da Eclusa de Jupiá, a qual acrescenta 700 km de vias navegáveis.

Apresentaram resultados positivos os programas de Revitalização de Áreas Portuárias — REVAP e o de Áreas Ferroviárias — REFAV, realizados em parcerias com entidades públicas e privadas, e que têm por objetivo a utilização dos espaços ociosos para atividades comerciais, culturais e de lazer. No Paraná, o Shopping Station Mall já está operando e, no Rio de Janeiro, parte do píer da Praça Mauá já foi licitada e outras mais estão em fase de licitação e estudos.

O processo de estadualização da ENASA para o Estado do Pará será consolidado e a liquidação do LLOYD será concluída.

ENERGIA

Energia Elétrica

Os acréscimos de capacidade de produção e transmissão nos sistemas elétricos permitiram o atendimento do mercado consumidor em condições adequadas de confiabilidade, apesar do elevado crescimento do consumo de energia elétrica, decorrência direta do reaquecimento econômico proporcionado pelo sucesso do Plano Real.

O mercado das concessionárias de energia elétrica apresentou crescimento de 6 %, superando em 2 % as previsões feitas para o ano. A classe de consumo de maior incremento anual foi a residencial, atingindo 8,6 %, a classe comercial teve a segunda maior taxa de aumento, com 7,7 % no ano, enquanto a classe industrial teve a menor evolução, mesmo assim registrando o nível de 4,3 %. No plano regional, o maior crescimento de mercado foi registrado na Região Centro-Oeste, com 7,5 %, seguindo-se a Região Norte, com 7,1 %, a Região Nordeste, com 7 %, a Região Sudeste, com 5,6 % e a Região Sul, com 5,3 %.

A garantia de suprimento envolveu a execução de ações voltadas para o equacionamento de obras paralisadas ou não-iniciadas, bem como para o programa de licitação de novos empreendimentos, de conformidade com as prescrições legais que regulamentam o artigo 175 da Constituição Federal.

O acréscimo de potência ao parque gerador atingiu o montante aproximado de 2.758 MW, correspondendo a um índice recorde de investimento nos últimos 5 anos. Tal fato se reveste de grande significado não só para o próprio setor elétrico como, sobretudo, para o desenvolvimento do País, considerando as restrições de recursos para investimentos e as naturais dificuldades de um período de transição do modelo estatal para o privado.

Para o expressivo resultado desse exercício concorreram ações diversificadas, em múltiplas frentes, desde a repontenciação e recapacitação do parque gerador, medidas que assegurarão ganhos de 771 MW, decorrentes de um melhor aproveitamento da potência de usinas existentes, inclusive a maximização do recebimento da energia de Itaipu (300 MW), o acréscimo de conjuntos geradores em usinas existentes (1.487 MW — fase de motorização) e a entrada em pré-operação de nova unidade de geração termelétrica no sul do País (350 MW).

Por outro lado, o quadro de afluências desfavoráveis nas principais bacias hidrográficas das Regiões Sudeste e Nordeste exigiu ações especiais na coordenação da operação dos sistemas elétricos para assegurar o atendimento do mercado de energia sem elevação do risco de déficit. Dentre essas ações, merecem destaque especial: (i) antecipação do horário de verão para a 1^a semana de outubro; (ii) intensificação da coordenação de manutenções de unidades geradoras, que tornou disponíveis cerca de 1.400 MW adicionais nos meses de setembro e outubro; (iii) viabilização do retorno à operação da Usina de Angra 1 (600 MW), ocorrida em agosto; e (iv) desenvolvimento, pelas empresas, de medidas junto aos consumidores, para gerenciamento de demanda, com ganhos de 300 MW para o sistema.

Dentre os empreendimentos com obras retomadas e em franco andamento, totalizando 3.880 MW de potência, destacam-se as Usinas hidrelétricas de Corumbá (GO) (383 MW, com operação programada para abril de 1997); Miranda (MG) (390 MW, em dezembro de 1997); Serra da Mesa (GO) (1.293 MW, em abril de 1998); Canoas I e II (155 MW, em dezembro de 1998); Igarapava (MG) (210 MW, em março de 1999); Itá (SC) (1.450 MW, em junho de 2000). Adicione-se ainda Salto Caxias (1.240 MW), com licitação de parceria em andamento, e Porto Primavera (1.814 MW), incluída no processo de reestruturação do setor elétrico paulista.

Ainda dentro desse elenco, referência especial deve ser feita à Usina Termonuclear de Angra II. Com obras retomadas no 1º trimestre, esse empreendimento, cuja execução vinha se arrastando há cerca de duas décadas, desafiando sucessivos Governos, encontra-se em fase de montagem eletromecânica, com operação prevista para junho de 1999, quando adicionará 1.300 MW de potência ao sistema interligado Sul-Sudeste-Centro-Oeste.

Das licitações já lançadas no programa de novos empreendimentos, foram outorgadas as concessões referentes aos aproveitamentos de Emboque (MG) (18 MW; US\$ 15 milhões) e Cubatão (SC) (45 MW; US\$ 63 milhões) e encontram-se em andamento os processos relativos a UHE Rosal (RS) (55 MW; US\$ 70 milhões), UHE Porto Estrela (MG) (112 MW; US\$ 110 milhões), Gatos I (BA) (33 MW; US\$ 24 milhões) e Campos Novos (SC) (880 MW; US\$ 850 milhões), havendo previsão de lançamento, em 1997, dos editais de licitação de mais 20 aproveitamentos, totalizando 3.373 MW de potência.

Em continuidade ao processo de ampliação da oferta de energia, o Programa Nacional de Conservação de Energia Elétrica — PROCEL

investiu 50 milhões de reais em ações para o combate ao desperdício, obtendo-se uma economia de 1,7 milhão de MWh, o equivalente a uma usina hidrelétrica de 350 MW. Para 1997 estão previstos investimentos de 70 milhões de reais em ações de combate ao desperdício, com perspectivas de economia de cerca de 900 milhões de reais em investimentos em geração.

Dentro de novo enfoque para a questão energética brasileira, no que respeita ao atendimento às pequenas localidades e comunidades isoladas, o Governo Federal vem implementando, através de parcerias com Governos estaduais e municipais, bem como junto a empresas estatais e privadas com atuação local, o Programa de Desenvolvimento Energético de Estados e Municípios — PRODEEM, que tem como objetivos principais equacionar as demandas sociais básicas das comunidades carentes que habitam localidades ainda não supridas por energia elétrica e promover a elevação da renda e a geração de empregos no meio rural, mediante a instalação de microssistemas energéticos de produção e uso locais, a partir de fontes renováveis e descentralizadas.

Outra ação destinada a aumentar a oferta de energia são os projetos de integração continental, destacando-se os acordos já negociados ou em fase adiantada de negociação com Argentina, Bolívia, Paraguai, Uruguai e Venezuela, visando à integração dos sistemas elétricos ou à aquisição de energia.

Para escoamento da energia gerada até os principais centros de consumo, o sistema elétrico recebeu o reforço de novas linhas de transmissão e de subestações, em diversas regiões, perfazendo a malha nacional, no final do exercício, total superior a 60.000 km de circuitos em níveis de tensão iguais ou superiores a 230 kV.

O estabelecimento do novo quadro regulatório e institucional teve avanços significativos, na direção da especificação do modelo mais adequado ao sistema. No panorama visualizado, as funções de regulação e fiscalização assumirão importância cada vez maior, à medida que cresce o número de agentes envolvidos e se tornam mais complexas as relações técnicas e comerciais do setor. Tiveram grande progresso os trabalhos de regulamentação setorial, especialmente em relação a temas e prioridades ditados pelo processo de transição, os quais, progressivamente, vêm configurando o novo marco regulatório do setor.

Foi promulgada a Lei nº 9.427/96 que institui a Agência Nacional de Energia Elétrica — ANEEL e disciplina o regime de concessões de serviços de energia elétrica. Em sua formulação foram adotados como diretrizes básicas e objetivos a serem alcançados:

- fortalecimento e a modernização da ação reguladora e fiscalizadora do Estado;
- segurança para o investidor e para o consumidor pelo estabelecimento de regras transparentes e estáveis, que permitam previsibilidade para todos os agentes;
- viabilização dos investimentos privados necessários à expansão do setor de energia elétrica; e
- autonomia na execução da política tarifária, baseada em regras de mercado e contratos duradouros, em articulação com a política macroeconômica do Governo.

Destaca-se, ainda, a edição do Decreto nº 2.003/96, que regulamenta a produção de energia elétrica por Produtor Independente e por Autoprodutor, constituindo esse diploma um marco na atração do capital privado.

A seqüência desta regulamentação abordará, até meados de 1997, o livre acesso aos sistemas de transmissão e distribuição, existentes e futuros, cujas redes básicas foram definidas através da Portaria DNAEE nº 244/96, viabilizando definitivamente o ingresso de novos agentes e contribuindo para concretizar a transformação do papel do Estado, de investidor para fomentador neste segmento, com o redirecionamento de suas ações em linhas de prioridades sociais reconhecidas.

Como decorrência do Decreto nº 1.717/95, que estabeleceu normas para concessão de serviços públicos de energia elétrica, e dando cumprimento às disposições ali estabelecidas, foram analisadas e aprovadas as propostas de prorrogação de concessões apresentadas, tendo sido habilitadas 46 distribuidoras de energia elétrica, 11 empresas responsáveis por sistemas de transmissão (rede básica), 29 empresas titulares de concessões de 285 usinas geradoras e cerca de 4.700 concessões de distribuição.

Com a assinatura, em julho, do contrato entre a Eletrobrás e o consórcio liderado pela Coopers & Lybrand, para assessoramento ao Governo nos processos de reestruturação do setor elétrico e complementação do seu novo modelo, tais processos experimentaram importante salto qualitativo, ao incorporar a experiência internacional na organização do mercado de energia elétrica e na definição do novo arranjo institucional.

O desenho da nova arquitetura, envolvendo a definição dos principais elementos da reestruturação setorial (mercado de suprimento, ente de transmissão e configuração industrial, entre outros), possibilitará a privatização das empresas federais de geração de energia elétrica e, principalmente, tornará viável a atração de capital privado em larga escala, condição indispensável para o desenvolvi-

mento econômico do País. A conclusão desses trabalhos é prevista para maio de 1997, quando serão definidos os instrumentos normativos necessários à complementação da regulamentação e à reorganização institucional.

Paralelamente ao processo de desregulação e do novo modelo institucional do setor elétrico, o processo de privatização, iniciado em 1995 com a venda da Escelsa, registrou importantes avanços com a venda da Light (juntas essas duas empresas representam 11% do mercado brasileiro de distribuição), quando se apurou cerca de 2,2 bilhões de reais.

Prosseguem os trabalhos, no âmbito do Ministério de Minas e Energia e do BNDES, com vistas à transferência do controle acionário das subsidiárias da Eletrobrás, bem como desenvolvem-se os processos de licitação objetivando a alienação dos sistemas isolados da Região Norte.

No que se refere à energia nuclear, a Eletrobrás e o BNDES iniciaram os trabalhos visando a transferência de ativos e passivos vinculados ao sistema termonuclear, de Furnas para a Nucleu, de maneira a possibilitar a privatização daquela supridora regional, em face das disposições do artigo 21, inciso XXIII, da Constituição Federal, que confere à União a competência privativa para exploração dos serviços e instalações nucleares.

Dentre as obras prioritárias para o período 1996-1998, merecem destaque a Interligação do Sistema Elétrico do Norte-Nordeste com o do Sul-Sudeste-Centro-Oeste, a conclusão da UHE Xingó e de seu sistema de transmissão associado, a linha de transmissão da UHE Tucuruí para atender ao mercado da região oeste do Pará e a produção

de gás natural da bacia do Solimões para geração termelétrica em toda a Amazônia Legal.

Petróleo

Foram significativos os resultados alcançados nos segmentos de petróleo e gás natural, cujas reservas nacionais ampliaram-se em 12 %, atingindo 12,3 bilhões de barris de óleo equivalente. Destaca-se a descoberta do campo gigante de Roncador, na bacia de Campos, com reserva potencial estimada de 1,3 bilhão de barris de óleo equivalente.

A produção interna de óleo cru atingiu a média de 809 mil barris por dia, 13 % superior à média anterior de 716 mil barris por dia, tendo sido atingido o recorde de produção de 909 mil barris por dia em novembro. Registrou-se o crescimento da produção na bacia de Campos, em especial a plataforma P-25 no campo de Albacora, que entrou em operação em setembro, e o aumento da eficiência operacional de campos situados no Rio Grande do Norte, Ceará e Amazonas. Os investimentos realizados em exploração e produção foram da ordem de 1,5 bilhão de reais, dentro do total de 2,8 bilhões de reais investidos pela Petrobrás. Na produção de gás natural também foram obtidos resultados expressivos, com uma média de 25,2 milhões de metros cúbicos por dia, representando a elevação de 15 % em relação ao ano anterior.

Em 1997 a produção nacional de petróleo deverá alcançar a média diária de 916 mil barris, expectativa motivada, principalmente, pela operação dos novos poços na plataforma P-25, que contribuirão com cerca de 90 mil barris diários. Também espera-se atingir o recorde de produção de 1 milhão de barris por dia.

No parque de refino foram realizados investimentos da ordem de 580 milhões de reais, que permitirão a conclusão em 1997 das seguintes unidades: unidade de destilação na RLAM (BA), modernizando e duplicando sua capacidade de processamento para 270 mil barris por dia; unidade de tratamento de correntes na RPBC (SP), melhorando a qualidade desses produtos e adequando-os às exigências da legislação ambiental; e unidade de coqueamento retardado na REPLAN (SP), contribuindo para o ajuste do perfil da produção à estrutura da demanda. A REMAN (AM) foi modernizada e sua capacidade de produção ampliada para 16 mil barris por dia, estando programados ainda novos investimentos no valor de 34 milhões de reais, com expansão do processamento para 45 mil barris por dia, visando à sua adequação ao óleo do campo de Urucu e o melhor equacionamento do abastecimento de derivados na Amazônia Legal. Entraram em operação na REVAP (SP), na REPLAN (SP) e na REDUC (RJ) três unidades de produção do aditivo MTBE, integralmente destinado à exportação.

A demanda de derivados de petróleo alcançou a média de 1.550 mil barris por dia, apresentando crescimento de cerca de 6 %, atendido pelo aumento na produção das refinarias nacionais. O consumo de gás natural, considerando inclusive o da própria Petrobrás, atingiu a média de 20,9 milhões de metros cúbicos diários, dos quais 9,4 milhões foram comercializados, 7 milhões foram consumidos pela própria Petrobrás na produção de fertilizantes, na geração de energia elétrica nas plataformas e no processamento das UPGN's, e 4,5 milhões foram reinjetados para a produção de óleo cru.

Além da ampliação da oferta de derivados de petróleo, o Ministério de Minas e Energia vem conferindo destaque e prioridade ao Programa Nacional de Racionalização de Uso de Derivados de Petróleo e Gás Natural — CONPET, que reúne órgãos governamentais

encarregados de seu planejamento, execução e acompanhamento e entidades privadas, cabendo à Petrobrás exercer as funções de secretaria executiva. Dentre as ações do CONPET ressaltam: o Projeto Economizar e o Projeto Siga Bem, voltados para o uso racional de óleo diesel, o Projeto de Etiquetagem de Fogões (redução de consumo de GLP e gás natural) e Projeto Conpet na Escola (novos hábitos de consumo).

No transporte de petróleo, foram incorporados 1.881 km à malha dutoviária, através do início de operação dos dutos Paraná-Santa Catarina e Recôncavo-Sul da Bahia, além do gasoduto Rio-Belo Horizonte (trecho Juiz de Fora-Belo Horizonte), que já permite a transferência de 540 mil metros cúbicos por dia de gás natural. Entrou em pré-operação o duto Paulínia-Brasília, que leva óleo diesel da REPLAN até a base com investimentos de 380 milhões de reais. Esse duto irá substituir o transporte rodoviário e ferroviário de combustíveis, proporcionando, nos primeiros vinte anos de operação, economia estimada em 6 bilhões de reais, além dos benefícios na preservação ambiental. Em 1997 esse poliduto movimentará também gasolina, querosene de aviação, gás de cozinha e álcool.

Em 1997 estarão sendo investidos 37 milhões de reais na implantação do gasoduto Pilar-Cabo, com 190 km de extensão, unindo o "Nordestão" ao sistema integrado dos Estados de Alagoas, Sergipe e Bahia, bem como 78 milhões de reais no gasoduto Guamaré (RN), Fortaleza/Pecém (CE), numa extensão de 377 km, completando-se a rede de gás natural no Nordeste. Essa interligação dos atuais sistemas de gás da região (1.300 km de Salvador a Fortaleza) reforçará, no caso de Pernambuco, o suprimento dessa fonte de energia, possibilitando a alavancagem de novos investimentos no Distrito Industrial de Cabo e a consolidação do Complexo Portuário de Suape, além de viabilizar a implantação da Companhia Siderúrgica do Ceará,

para a produção de chapas de aço no Porto de Pecém, cujo fornecimento de gás já foi objeto de Protocolo de Intenções celebrado entre a Petrobrás e o Governo do Estado do Ceará.

Foram incorporados à Frota Nacional de Petroleiros 4 navios, que permitiram o aumento da capacidade de transporte de petróleo, derivados e álcool em 157 mil toneladas de porte bruto (TPB), com o investimento de 320 milhões de reais, estando prevista a entrega de mais um navio com capacidade de 33 mil TPB em 1997, com o custo global de cerca de 60 milhões de reais.

Merecem destaque ainda os projetos que estão sendo desenvolvidos pela Petrobrás em parceria com a iniciativa privada: o Pólo Gás-Químico, do Rio de Janeiro, o Complexo Petroquímico, do Planalto Paulista, o Pologás-Sal, no Rio Grande do Norte, com o aproveitamento do gás natural na co-geração de energia elétrica, e o protocolo firmado com a Copesul, garantindo a oferta de matéria-prima ao Pólo Petroquímico de Triunfo (RS).

As atividades de regulamentação e fiscalização do setor de combustíveis estiveram concentradas em esforços dirigidos à sua descentralização. Foram celebrados convênios, através do Departamento Nacional de Combustíveis — DNC, com os Governos dos Estados de Pernambuco, Ceará, Espírito Santo e Amapá, objetivando o compartilhamento desse processo. Tais ações prosseguirão em 1997, inicialmente com a assinatura de convênios semelhantes com os Estados de São Paulo, Goiás e Rondônia.

O ano de 1996 foi decisivo para a implantação do Gasoduto Bolívia-Brasil, um dos empreendimentos mais importantes do Governo Federal. Foram divulgados os editais para a aquisição dos tubos de aço, válvulas, compressores, bem como firmados os contratos de compra e venda de gás entre a Petrobrás e as companhias estaduais de Santa Catarina, São Paulo, Rio Grande do Sul e Paraná. Os investimentos no gasoduto estão estimados em 1,8 bilhão de reais, a serem realizados em parceria com grupos privados nacionais e internacionais.

A construção desse empreendimento binacional deverá ser contratada em maio de 1997, estando o início de fornecimento do gás natural previsto para dezembro de 1998. O financiamento será provido por agências multilaterais, como o Banco Mundial, o BID, e a Corporación Andina de Fomento — CAF, além do BNDES.

Outro importante empreendimento em desenvolvimento é o projeto de escoamento do Gás Natural de Urucu, na região amazônica, que consiste em transferir o gás produzido nas áreas de Urucu e de Juruá até a localidade de Coari (AM), no Rio Solimões, transportá-lo em barcaças e distribuí-lo entre as localidades selecionadas na Amazônia brasileira, com o objetivo principal de atender a expansão e a modernização da geração de energia elétrica nos Estados do Amazonas, Pará, Rondônia, Acre e Amapá. O projeto possibilitará a redução dos custos de geração elétrica e constituir-se-á em vetor de desenvolvimento para a região ao induzir e viabilizar novos empreendimentos industriais, bem como proporcionar benefícios sociais e ambientais.

Dando prosseguimento aos processos de abertura do setor e reestruturação da indústria petrolífera, através da regulamentação da Emenda Constitucional nº 9/95, foi enviado ao Congresso Nacional o Projeto de Lei nº 2.142/96, que dispõe sobre as atividades econô-

micas relativas ao monopólio do petróleo e institui a Agência Nacional de Petróleo.

A Petrobrás vem intensificando a comercialização de petróleo e derivados e o desenvolvimento conjunto de projetos com países da América Latina. No âmbito do Mercosul, além do incremento na importação de petróleo da Argentina, foram firmados diversos compromissos empresariais com aquele país, como o acordo para suprimento de gás natural para geração de eletricidade em Uruguaiana-RS e a criação de empresa para processamento do gás natural proveniente da Província de Neuquén, na Argentina. Com relação às negociações com a Venezuela, o intercâmbio comercial tem sido intensificado, destacando-se os estudos para a construção de nova refinaria no Norte/Nordeste e a análise do mercado e da logística de suprimento da Regiões Norte e Nordeste, com vistas à distribuição de derivados de origem venezuelana.

COMUNICAÇÕES

As principais diretrizes para o setor de Comunicações contemplam o novo modelo institucional e a atualização da regulamentação para os serviços, com base em critérios concorrentiais para a outorga de concessões e permissões, bem como a formulação de amplo programa de investimentos na expansão e modernização dos serviços de telecomunicações e postais, a serem executados por empresas públicas e privadas.

No plano institucional, o início de 1997 será marcado pela discussão no Congresso Nacional do projeto da nova Lei Geral das Telecomunicações. Em função de sua importância para o desenvolvimento do País, espera-se que sua tramitação ocorra em prazo

bastante curto, de modo que sua votação e aprovação se dêem ainda no primeiro quadrimestre.

Com a nova lei, o Ministério das Comunicações terá condições de implantar o órgão regulador — tarefa que deverá ser realizada com o suporte de consultoria internacional, a ser obtida através do acordo de cooperação mantido com a União Internacional de Telecomunicações — UIT. Em paralelo, serão tomadas as medidas necessárias ao detalhamento do programa de privatização das empresas do Sistema Telebrás, à elaboração da regulamentação básica essencial ao início da competição, ao desenvolvimento do plano geral de outorgas e do plano de metas de universalização dos serviços, ambos documentos previstos no projeto da nova Lei Geral das Telecomunicações. Esses trabalhos já foram iniciados e terão andamento acelerado, estando previsto completar a privatização do Sistema ou torná-la irreversível, até o fim de 1998.

Visando atualizar a regulamentação dos processos de outorga de autorizações, concessões e permissões de serviços de comunicações, vêm sendo desenvolvidos esforços significativos pelo Ministério das Comunicações, destacando-se:

- a realização, após a aprovação da lei específica, dos processos de licitação para outorga de concessões para exploração do Serviço Móvel Celular Banda B. Os primeiros contratos de concessão têm sua assinatura prevista para o final do primeiro semestre, quando os investimentos privados deverão começar a colocar os sistemas em condições de ativação comercial;
- a promulgação da lei e regulamentação específica relativa à TV a Cabo, que viabilizam a não-exclusividade de concessão em uma mesma área de prestação do serviço, bem como a

justa competição entre os provedores em cada área, na fase que antecede a abertura do edital;

- o encaminhamento ao Congresso Nacional do projeto de lei regulamentando o Serviço de Radiodifusão Comunitária;
- o estabelecimento de procedimentos simplificados de licenciamento de estações de radiocomunicação constituídos apenas por estações portáteis itinerantes, no Serviço Limitado Privado de Telecomunicações;
- a aprovação de normas, ou sua atualização, para outorga e exploração dos serviços de Distribuição de Sinais Multiponto Multicanal — MMDS, de Distribuição de Sinais de Televisão e de Áudio por Assinatura Via Satélite e de Radiocomunicação Aeronáutica. Durante 1997 é prevista a continuação da revisão ou instituição de normas e diretrizes para o Serviço Avançado de Mensagem, o de Acesso Fixo sem Fio, o LMDS, o sistema PCS, entre outros. Igualmente será objeto de regulamentação específica no Brasil o Serviço Móvel Global de Comunicação Pessoal por Satélite — GMPCS, em interação de âmbito internacional;
- a implantação do programa de regularização da outorga de serviços de telecomunicações em base comercial, bem como a formulação de política de utilização de satélites de telecomunicações, estimulando a participação do setor privado na oferta e uso desses meios;
- a autorização das experiências: (i) para obtenção de informações sobre condições de propagação de sinais radioelétricos em frequências nas subfaixas atribuídas ao Serviço Móvel Celular; (ii) com sistemas de telecomunicações por satélites não-geoestacionários; (iii) com sistemas terrestres de radiocomunicações, para supervisão, gerenciamento e localização de veículos em perímetros urbanos;

-
- a publicação, para consulta pública, e conclusão de projetos de normas, diretrizes ou características técnicas básicas: (i) de pedido de posição orbital de satélites geoestacionários; (ii) de comunicações por satélites geoestacionários; (iii) de radiação de antenas de estações terrenas utilizadas nos enlaces de comunicações do Serviço Fixo por Satélite e nos enlaces de alimentação, rastreio, telemetria e controle do Serviço Fixo e Móvel por Satélite; (iv) de otimização do uso de espectro radioelétrico, motivando a ampla revisão das normas técnicas de atribuição e condições de uso de frequências nos diversos serviços, visando otimizar o aproveitamento desse recurso.

Em 1997, estendendo-se até 1998, o Ministério das Comunicações estará lançando editais para outorgas de concessões e permissões para a exploração de diversos serviços: 1.400 para o serviço de radiodifusão sonora e de sons e imagens; 1.000 para o serviço de radiochamada (*paging*); 500 para o serviço de *trunking*; 500 para o serviço de radiotáxi; 4 para ocupação de órbitas de satélites notificadas pelo Brasil; 2 para o serviço de radiocomunicação aeronáutica; 10 para o serviço móvel celular. Em 1997 serão implantados, pela iniciativa privada, os primeiros sistemas de satélite de baixa órbita não-estacionária.

As atividades de fiscalização nos serviços de telecomunicações e de radiodifusão concentraram-se, principalmente, no combate às estações clandestinas. Para melhor desempenhar suas funções de fiscalização — que serão transferidas ao novo órgão regulador — o Ministério das Comunicações estará contratando em 1997 moderno sistema de radiomonitoramento e implantando facilidades de acesso através da Internet, que melhorarão a comunicação das áreas-fim do Ministério com os prestadores de serviços e com os seus usuários.

Merece destaque, pela sua importância para os serviços postal e de telecomunicações, a reestruturação tarifária que vem sendo promovida pelo Governo Federal. Seu objetivo principal é o de propiciar a adequação do setor de comunicações a um novo cenário de competição de prestação de serviços que se desenvolve em âmbito mundial.

No Programa de Recuperação e Ampliação do Sistema de Telecomunicações e do Sistema Postal — PASTE, que objetiva estabelecer as diretrizes, metas, programas e projetos para recuperação e ampliação dos serviços de telecomunicações e dos serviços postais e implementar programas de investimentos da ordem de 37,5 bilhões de reais no período 1995 — 1999, destacam-se, na área de telecomunicações:

- a instalação pelo Sistema Telebrás de 3 milhões de novos terminais convencionais e celulares, prevendo-se 5,2 milhões de novos terminais em 1997, ampliando-se a planta para 23,2 milhões de terminais instalados e a quase-duplicação da planta de celulares, atingindo 3 milhões de acessos: um crescimento 97 % superior ao total de 1995, prevendo-se atingir em 1997 a marca de 5,6 milhões de acessos celulares. Em consequência, a densidade telefônica no País (número de terminais convencionais e celulares instalados por 100 habitantes) cresceu de 10,3, em 1995, para 12,4, e o número de localidades atendidas cresceu de 18.878, em 1995, para 20.894, estimando-se que em 1997 o serviço de telecomunicações alcançará 23.066 pontos do território nacional;
- o acesso das camadas mais pobres da população aos serviços de telecomunicações foi ampliado com a instalação de 126 mil telefones de uso público, totalizando 433 mil em todo o País, dentre os quais, cerca de 180 mil telefones a cartão com tecnologia indutiva (TP a cartão), concebida e desenvolvida

pelo Centro de Pesquisa e Desenvolvimento da Telebrás. Uma tecnologia brasileira que despertou o interesse de vários países e já vem sendo exportada para a China e Cuba. O número de telefones de uso público crescerá cerca de 17 %, atingindo 505 mil em 1997;

- o Sistema Telebrás atingiu a marca de 1,45 milhão de terminais comutados a 309 Centrais Trópico RA, tecnologia também desenvolvida pelo Centro de Pesquisa e Desenvolvimento da Telebrás, colocando o País no grupo de países que dominam a tecnologia digital;
- a Telebrás obteve ganhos representativos na qualidade dos serviços, como a redução da taxa de congestionamento de 9,6, em 1995, para 8,3. A digitalização do Sistema de Telecomunicações — que proporciona ampliação substancial da capacidade simultânea de tráfego e melhoria significativa de qualidade — vai saltar dos atuais 59 % para 72 %. O processo de digitalização do Sistema Móvel Celular começa em 1997;
- os investimentos na expansão e modernização da Rede Brasileira de Telecomunicações, historicamente situada em torno de 3 bilhões de reais por ano, foram de 6,7 bilhões de reais, outro recorde que deverá ser igualmente superado em 1997, quando os investimentos atingirão 7,9 bilhões de reais.

Na área econômico-financeira, o Sistema Telebrás registrou resultados jamais alcançados nos seus 24 anos de existência. O lucro líquido do Sistema Telebrás, até setembro, foi de cerca de 2 bilhões de reais, 246 % superior ao resultado de 1995. As ações da Telebrás respondem por 70 % do volume financeiro negociado no mercado à vista da Bolsa de Valores de São Paulo. Em volume financeiro negociado na Bolsa de Nova Iorque, a Telebrás figura entre as 20 maiores empresas do mundo e atingiu, no dia 25 de abril, o primeiro

lugar em volume financeiro e o segundo em número de ações negociadas, entre todas as empresas do mundo listadas na Bolsa de Nova Iorque. A Telebrás captou US\$ 320 milhões em Euroliras e US\$ 310 milhões em Eurodólares, operações pioneiras para empresas brasileiras.

A maior realização da história da Embratel foi registrada em 1996: a inauguração da infovia Florianópolis-Fortaleza, que integra a rede nacional de transmissão da Telebrás/Embratel. São 5.000 quilômetros de cabos de fibras ópticas submarinos e terrestres, que duplicam a capacidade de transmissão de voz, dados, textos e imagem, cobrindo todas as capitais ao longo da rota: Florianópolis, Curitiba, São Paulo, Rio de Janeiro, Vitória, Salvador, Aracaju, Maceió, João Pessoa, Recife, Natal e Fortaleza. O sistema ótico, que entrou em operação em dezembro, tem duas seções submarinas — Rio de Janeiro-São Mateus-Porto Seguro — e três terrestres — Florianópolis-Rio de Janeiro, São Mateus-Porto Seguro e Natal-Fortaleza, com capacidade para 30.240 conversações simultâneas com alta qualidade. No contexto internacional, a rota Florianópolis-Fortaleza ocupa posição estratégica, onde vão circular as transmissões com os países do Mercosul, através do cabo Unisur, e com o mundo, através dos cabos submarinos Américas I e Columbus II. A rede de cabos ópticos, que conta hoje com 37 mil quilômetros, estará, no final de 1997, com 60 mil quilômetros, incluindo o Brasil na rede mundial de teleinformática: as superestradas da informação ou infovias.

Outra conquista significativa do ano, que impulsiona os negócios e facilita o desempenho das empresas e a vida dos consumidores brasileiros, foi a entrada do Brasil na era dos serviços avançados de telefonia suportados por computador: foi ativada a Rede Inteligente, com abrangência nacional, inicialmente com o serviço 0800 avançado. A eficiência e a capacidade de atendimento dessa Rede vai

permitir que as tecnologias de telecomunicações mais avançadas cheguem a um número cada vez maior de usuários. As facilidades interativas, como a própria Internet, a TV por assinatura, o acompanhamento da conta bancária (*home banking*) e a aquisição de mercadorias e serviços a distância (*home shopping*) serão ampliadas com um só objetivo: melhorar a vida do cidadão brasileiro através do acesso aos serviços de teleinformática.

A implantação da Rede Nacional de Alta Velocidade — RENAV, uma rede de tecnologia avançada que possibilita os serviços chamados multimídia, ou seja, soluções que agregam voz, imagem e texto ou o telefone à TV e ao computador num complexo único. A RENAV facilita, também, aplicações na área social, como a telemedicina, que interliga postos de saúde e hospitais localizados em áreas remotas aos grandes centros médicos do Brasil e do mundo, e a teleducação, fundamental para aprimorar e expandir em todo o País os projetos de educação à distância.

O Sistema Telebrás e o Ministério da Ciência e Tecnologia — responsáveis pela implantação da Internet no Brasil — prevêem que até o final de 1997 mais de um milhão de pessoas estarão utilizando no Brasil as facilidades dessa rede mundial de computadores. As empresas do Sistema Telebrás vão continuar ampliando o uso de novas tecnologias que permitam melhor aproveitamento da infra-estrutura de telecomunicações para facilitar cada vez mais o uso da Internet.

Aspecto estratégico fundamental na atual dinâmica de evolução do setor de telecomunicações é o movimento no sentido da formação de grandes consórcios globais entre prestadoras de serviços internacionais de telecomunicações. O Memorando de Entendimento, assinado em junho de 1995, entre os ministérios das comunicações do

Brasil e de Portugal, iniciou o processo que dá condições à Telebrás de participar desse movimento. A Telebrás e a Portugal Telecom vão constituir uma empresa internacional chamada Aliança Atlântica. Projeto de lei que autoriza a Telebrás a participar do capital social da Aliança Atlântica está em tramitação no Congresso Nacional, já aprovado na Câmara dos Deputados. Em 1997 a Telebrás continuará trabalhando no sentido de criar, de imediato, acesso ao mercado da Comunidade Européia, o que abre perspectiva em outros consórcios.

O PASTE, no segmento de serviços postais, significou, em 1995 e 1996, a delimitação de novos horizontes para o serviço postal brasileiro e 1997 será o ano da consolidação de importantes projetos. Dentre as principais realizações, destacam-se:

- a automatização de 478 agências, distribuídas pelas 23 Diretorias Regionais da Empresa de Correios e Telégrafos — ECT, estimando-se atingir mais de 700 agências em 1997, representando 50 % da meta estabelecida no PASTE;
- o crescimento para 11.026 agências de Correios em todo o País, distribuídas em 4.812 localidades, e integrando 22 novos municípios;
- a inauguração, em abril, do Terminal de Carga Aérea Internacional da ECT no Rio de Janeiro, principal porta de entrada de objetos postais internacionais do País, com área de 17.000 m² e representando investimentos de 7 milhões de reais;
- a abertura dos processos de licitação para a aquisição de sistemas de triagem automática e para a nova plataforma computacional dos Correios; iniciando-se, em paralelo, o processo de atualização e expansão da atual plataforma UNISYS, objetivando a continuidade das atividades. Em 1997 deverão entrar em operação no Rio de Janeiro, São

Paulo, Salvador e Belo Horizonte os novos equipamentos de triagem automatizada de objetos. Prevê-se ainda a conclusão do processo de atualização dos sistemas existentes no Rio de Janeiro, São Paulo e Brasília;

- a conclusão, em 1997, dos Terminais de Carga Aérea de Guarulhos (SP), Afonso Pena (PR) e Confins (MG) e dos Centros de Operações Integradas e Agências Centrais de Ribeirão Preto e Campinas, no Estado de São Paulo;
- a informatização da ECT, destacando-se a entrada em operação, no 1º semestre de 1997, da Rede Corporativa dos Correios — CorreiosNet, com a instalação de 4.000 estações de trabalho e de 252 servidores;
- o início da implantação da rede virtual privativa de voz da ECT, interligando inicialmente PABX digitais das regionais de São Paulo, Rio Grande do Sul, Minas Gerais, Pernambuco e Bahia, além da Administração Central, em Brasília;
- a assinatura de acordo internacional entre a ECT e o serviço postal do Estados Unidos para encomendas *consignment* (agrupamento de encomendas com entrada direta como carga postal no País de destino, sendo a distribuição efetuada como objeto nacional);
- a revisão do contrato entre a ECT e o INSS, incorporando a captação do Requerimento de Benefício Assistencial e a expansão do *Kit Segurado* para a área urbana, facilitando o atendimento à significativa parcela da população.

/

V. GESTÃO PÚBLICA

COORDENAÇÃO GOVERNAMENTAL

A coordenação e supervisão de planos, programas e ações da Administração Pública Federal ficou marcada pela consolidação do papel das Câmaras do Conselho de Governo, articulando o desenvolvimento dos trabalhos que exigiram a participação integrada dos ministérios. Atualmente conta-se com 7 Câmaras: Infra-Estrutura, Políticas Regionais, Comércio Exterior, Política Social, Reforma do Estado, Recursos Naturais e Relações Exteriores e Defesa Nacional.

Resultados significativos nas áreas de política social, de infra-estrutura e de reforma do Estado, entre outras, foram alcançados pela forma de atuação das Câmaras. Este modelo foi estendido a outros setores e foi criada a Câmara de Relações Exteriores e Defesa Nacional, sendo que da atuação desta resultou o estabelecimento da Política de Defesa Nacional, de fundamental importância para o fortalecimento do regime democrático.

Foi implantado, ainda, o Grupo Executivo para a Redução de Acidentes de Trânsito — GERAT, subordinado à Câmara de Políticas de Infra-Estrutura, com o objetivo de articular as ações que visem contribuir para a redução substancial do número e da gravidade dos

acidentes que vitimam centenas de milhares de brasileiros nas vias urbanas e rodovias.

Os resultados do Grupo Executivo do Setor Pesqueiro mostraram a importância da articulação entre os ministérios. Exemplos disso são a extensão do crédito rural aos pescadores e indústria pesqueira e a equalização do preço do óleo diesel ao praticado no mercado internacional, crucial para dar competitividade ao setor, viabilizadas pela ação integrada dos Ministérios da Fazenda, Agricultura e Abastecimento e Meio Ambiente, Recursos Hídricos e Amazônia Legal.

MODERNIZAÇÃO ADMINISTRATIVA

O Ministério da Administração Federal e Reforma do Estado vem implementando ações que objetivam a reforma do aparelho do Estado e colaboram com a área econômica na contenção do déficit público.

No que tange ao Sistema Integrado de Administração de Serviços Gerais — SIASG, foram realizadas as seguintes ações: (i) implantação do Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores — SICAF, nas Regiões Sul, Norte e Nordeste; (ii) cadastramento de 26.500 empresas e 3.000 unidades cadastradoras; (iii) implantação da matriz de classificação de materiais e serviços; (iv) implantação *on line* do Sistema de Comunicação Interusuários para aproximadamente 8.000 agentes em toda a Federação; (v) especificação do modelo conceitual de um sistema de preços praticados e preços de mercado, como elemento auxiliar dos processos licitatórios, a ser implantado em âmbito nacional; e (vi) implantação do Sistema de Divulgação Eletrônica de Compras e Contratações — SIDEC, em fase inicial, em Brasília.

Com o objetivo de dar continuidade ao Sistema Integrado de Administração de Serviços Gerais — SIASG, estão previstas as seguintes ações: (i) cadastrar mais 30 mil fornecedores no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores — SICAF; (ii) integrar o sistema com instrumentos de fiscalização e controle de órgãos federais e estaduais; (iii) implantar o Sistema de Comunicação Interusuários para novos usuários do SIASG; (iv) implantar o catálogo de materiais e serviços com aproximadamente 100 mil itens e criar as agências de catalogação; (v) implantar, no Distrito Federal, como piloto, o Sistema de Registro de Preços; (vi) implantar o Sistema de Divulgação Eletrônica de Compras e Licitações, em âmbito nacional, tornando disponíveis para os fornecedores inscritos todas as licitações do Governo Federal, visando aumentar a competitividade e a diminuição dos preços dos contratos.

Foram concluídos os projetos de reformulação da sistemática de contratação e de reajuste de preços de serviços de limpeza e vigilância, a revisão do Decreto nº 92.100/85, que estabelece os critérios para contratação de obras e serviços de engenharia e a proposta de aprimoramento da Lei nº 8.666/93, sobre Licitações e Contratos, que será encaminhada ao Congresso Nacional.

Foram extintos 600 cargos em comissão e 426 funções de confiança, cuja ocupação geraria gasto de 25 milhões de reais anuais.

No âmbito do Programa de Valorização do Servidor Público, foi implantado, em diversos órgãos e entidades da Administração Pública Federal, por meio de parcerias com a comunidade, o Programa de Educação Básica, com o objetivo de alfabetizar e fornecer educação de 1º grau aos servidores. Foram treinados 8.057 servidores, nos cursos de educação continuada, pela Fundação Escola Nacional de Administração Pública e em parceria com fundações e outras

escolas, com previsão de ampliação para 14.000 em 1997. Foram realizados os cursos de formação para as carreiras de Oficiais de Chancelaria e Especialistas em Políticas Públicas e Gestão Governamental, destinados aos aprovados em concursos públicos, definida e implementada a nova política de concursos públicos para a administração federal e autorizadas as nomeações de 5.756 servidores aprovados em concursos anteriores e em concursos realizados no exercício.

As recentes medidas adotadas pelo Governo Federal removem vantagens injustificadas na área de recursos humanos, extinguem ou colocam em extinção 100.583 cargos e reorientam a destinação dos gastos com a folha de pagamento. Também nesse sentido, foi lançado o Programa de Desligamento Voluntário — PDV, com o qual o Governo Federal alcançou o desligamento de cerca de 9.500 servidores. Efetivou-se o corte de pagamentos indevidos de pessoal, identificados através de auditorias no Sistema Integrado de Administração de Pessoal — SIAPE.

Dando continuidade ao processo de valorização do servidor público, serão aperfeiçoadas em 1997 as normas de avaliação de desempenho dos servidores do Plano de Classificação de Cargos — PCC, bem como será implantado o Programa Qualidade e Produtividade na Administração Pública, nos órgãos do Poder Executivo Federal, e criado o Prêmio Nacional da Qualidade para a Administração Pública. O SIAPE vem sendo otimizado, através de novas rotinas que permitem maior controle dos eventos funcionais, de ajustes na lotação de órgãos, de atualização do cadastro de aposentados e pensionistas, do reordenamento dos cargos segundo os Planos de Classificação de Cargos, além da concepção de um novo Sistema Integrado de Gestão do Pessoal Civil da União — SISPEC, com tecnologia mais moderna e confiável.

A fim de se obter segurança na implementação do sistema de comunicação eletrônica do Governo Federal faz-se necessária a promulgação de uma legislação específica que trate do reconhecimento de meios eletrônicos para uso de assinatura digital e armazenamento de informações.

Relativamente à Rede do Governo, estão previstas as seguintes ações: (i) realizar os estudos para elaboração da Política de Segurança dos sistemas de informações governamentais; (ii) executar o programa de capacitação (gerencial e técnico) em 25 órgãos federais; (iii) adquirir equipamentos de segurança, gerenciamento e de infra-estrutura de comunicação eletrônica no Governo Federal; (iv) implantar aplicações-piloto de videoconferência, fluxo de trabalho, interligação eletrônica de dados — EDI e serviço integrado de agenda eletrônica; (v) atualizar as especificações da rede; e (vi) publicar as normas e documentos de uso.

O Conselho da Reforma do Estado deverá prosseguir desenvolvendo estudos e apresentar proposição sobre os seguintes temas: Reforma do Judiciário, Fundos de Pensão, Reforma Tributária, Órgãos Reguladores, Ética no Serviço Público e Desburocratização do Registro do Comércio.

RELAÇÕES EXTERIORES

O Governo Federal valeu-se das novas condições possibilitadas pela estabilização, pelo prosseguimento da abertura econômica e da privatização e pelas reformas estruturais para reforçar as parcerias com outros países e tornar mais operacionais as credenciais que o País conquistou com a consolidação da democracia, o fortalecimento da economia e a participação no Mercosul.

Com esse objetivo, o Presidente da República assumiu pessoalmente a condução da política externa por meio de uma ativa diplomacia presidencial, desenhada para mostrar o novo perfil brasileiro e para apresentar aos nossos parceiros as oportunidades de comércio, investimentos e cooperação que caracterizam o Brasil do Plano Real. Para isso, foram realizadas visitas presidenciais a 8 países: à Índia, de 24 a 27 de janeiro; ao México, de 18 a 20 de fevereiro, ao Japão, de 12 a 16 de março; à Argentina, de 8 a 10 de abril; à França, de 27 a 31 de maio; ao Paraguai, em 25 de junho; à Angola, de 24 a 25 de novembro; e à África do Sul, de 26 a 28 de novembro.

O Brasil esteve representado, ainda, em nível presidencial, na Reunião de Cúpula Constitutiva da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa, 10ª Reunião de Chefes de Estado e Governo do Grupo do Rio, 6ª Cúpula Ibero-Americana e Cúpula de Desenvolvimento Sustentável.

As visitas presidenciais serviram para atualizar e ampliar a agenda diplomática e gerar interesse mais acentuado pelo Brasil. Nos casos da França e do Japão, a diplomacia presidencial serviu para relançar relações que se encontravam paralisadas ou muito aquém do seu real potencial há já alguns anos, à espera de que novos fatores e políticas no Brasil pudessem revitalizar interesses mútuos. Nos casos da África do Sul e da Índia, serviu para ampliar as fronteiras da diplomacia em países onde o Brasil ainda não tinha presença de maior visibilidade. Em todos os eventos foram apresentados os avanços brasileiros e as oportunidades de investimentos no País para seletos grupos de empresários, políticos e a comunidade acadêmica.

O êxito da diplomacia presidencial comprova-se pelo crescente número de visitas do mais alto nível que o Brasil tem recebido, complementando o processo de reinserção internacional do País.

Além dos Presidentes do Suriname, Peru, Chile, Venezuela, República da Coréia e República da Tchecoslováquia, os Primeiros-Ministros de Portugal, Mali, Japão, Alemanha e República Popular da China visitaram nosso País. Em 1997 o Brasil deverá receber, entre outras visitas, as dos Presidentes da França e dos Estados Unidos, do Imperador do Japão e dos Primeiros-Ministros de Portugal e da Espanha.

No âmbito da integração regional, o Brasil ocupou, no segundo semestre, a Presidência *pro tempore* do Mercosul e dedicou-se à ampliação e ao aprofundamento da união aduaneira do Cone Sul. Foram assinados acordos de livre comércio com o Chile e a Bolívia e estão em andamento tratativas com o Grupo Andino para se chegar a acordo semelhante com aqueles países. Novos temas, como regime de concorrência e serviços, passaram a ser tratados pelas instâncias do Mercosul, em paralelo à consolidação dos compromissos já vigen-tes.

Ainda na área econômico-comercial, o Brasil teve uma participação ativa nas negociações da Área de Livre Comércio das Américas — ALCA, devendo em 1997 sediar, em Belo Horizonte, sua II^a reunião ministerial. Tem sido objetivo da diplomacia brasileira buscar a garantia de reciprocidades na área comercial e melhorar as condições para a realização de negócios entre os países americanos. Também são parte da estratégia brasileira negociações que assegurem ao Brasil a manutenção do equilíbrio econômico-comercial, tanto com a União Européia quanto com a América do Norte.

O Governo brasileiro colaborou para a consolidação da Organização Mundial do Comércio, tendo seguido uma política mais intensa de defesa contra práticas desleais de comércio para produtos brasileiros, como siderúrgicos, calçados e de suco de laranja, em

diversos mercados. Procurou, também, estreitar o diálogo e a cooperação com a Organização para a Cooperação e o Desenvolvimento Econômico — OCDE.

O Brasil teve presença, com delegações representativas da sociedade brasileira, nas grandes conferências mundiais Habitat II e Cúpula Mundial da Alimentação, além de ter participado das discussões sobre a Organização das Nações Unidas. Foi reafirmado o compromisso com o desarmamento e a não-proliferação, com os direitos humanos, com a proteção do meio ambiente, com o desenvolvimento sustentável, com a luta contra a pobreza, o terrorismo, o crime organizado e o narcotráfico.

Face ao crescente fenômeno da emigração brasileira, o Governo Federal aperfeiçoou o serviço consular, através de consulados itinerantes novos e da criação de Conselhos de Cidadãos para a proteção e garantia dos direitos dos nacionais brasileiros no exterior.

A atuação diplomática do Governo brasileiro procurou apoiar as políticas econômica e social do Brasil e obter a curto prazo melhor acesso aos mercados de interesse para o desenvolvimento nacional.

PLANEJAMENTO GOVERNAMENTAL

O Governo deu continuidade às ações de aperfeiçoamento e consolidação do Sistema Federal de Planejamento, reorientando os seus instrumentos e criando novos, com a finalidade de integrar progressivamente o planejamento aos procedimentos de gestão.

Está em curso a implementação do Sistema de acompanhamento do Plano Plurianual — SIAPPA, bem como a constituição de um

sistema de informações para o planejamento, primeiramente através da articulação dos atuais sistemas de informação gerencial existentes. O objetivo é agilizar e subsidiar melhor a tomada de decisão, de modo a aumentar a eficiência da ação governamental.

Na mesma perspectiva gerencial, procurou-se direcionar os investimentos públicos prioritariamente aos projetos considerados básicos para o desenvolvimento econômico e social, especialmente os do Brasil em Ação, programa que representa avanço significativo quanto a qualidade da gestão de projetos públicos.

Como forma de manter o déficit fiscal sob controle, o orçamento de 1996 sofreu ajuste acentuado, fazendo-se necessário o contingenciamento. O objetivo foi minimizar o problema criado pela redução substantiva do patamar inflacionário, não prevista na elaboração da peça orçamentária, além da necessidade de cancelamento das despesas condicionadas a receitas previstas em projetos de lei rejeitados ou aprovados fora de prazo para vigência no exercício, a exemplo da CPMF.

Quanto ao Projeto da Lei Orçamentária — PLO para o exercício de 1997, houve fixação dos limites relativos às despesas com manutenção de atividades continuadas, às despesas incomprimíveis e às despesas com expansão de atividades, com fortalecimento dos 42 projetos básicos de investimento congregados no Brasil em Ação. O PLO assenta-se sobre a premissa de obtenção de resultados primário e operacional compatíveis com a redução progressiva do déficit fiscal. Assim, o resultado primário projetado para 1997 é de 0,80 % do PIB. Quanto ao operacional, que engloba as despesas com os encargos da dívida, a projeção para 1997 é de déficit de 1,07 % do PIB.

Esses resultados devem-se a um conjunto de medidas, entre as quais: (i) contenção das despesas com pessoal; (ii) melhorias no sistema de administração das receitas tributárias e da Previdência Social, aliadas ao combate à sonegação; e (iii) efetivo controle sobre o aumento dos gastos em atividades de manutenção e custeio administrativo do Governo Federal.

Haverá, em 1997, continuidade no desenvolvimento de nova metodologia de elaboração e acompanhamento do orçamento. Para tanto está surgindo um novo mecanismo de gerenciamento: o Sistema Integrado de Dados do Orçamento — SIDOR III.

O SIDOR III, além de ser instrumento indispensável à melhoria do sistema orçamentário hoje existente, deverá possibilitar ao Governo Federal atingir os seguintes objetivos: (i) organizar o Sistema Orçamentário da União, de modo articulado ao Sistema de Planejamento Federal, com vistas a facilitar a integração dos programas e prioridades de Governo; (ii) reestruturar os processos de elaboração e execução do Orçamento da União, a fim de permitir a elevação do grau de gerenciamento, criando mecanismos e instrumentos de integração e articulação; (iii) ampliar a ação de articulação da Secretaria de Orçamento Federal — SOF, de modo a aprofundar o processo de integração com os órgãos setoriais.

No que diz respeito às empresas estatais, a previsão de receita de venda de bens e serviços — VBS e os dispêndios correntes fixaram-se, respectivamente, em 61,3 bilhões de reais e 51,8 bilhões de reais, apontando para um superávit operacional de 0,48 % e superávit primário de 0,58 % do PIB. Até outubro o resultado realizado, indicava um superávit operacional de 0,52 % e primário de 0,56 %. O Orçamento de Investimentos, por sua vez, após suplementação, foi fixado em 14,7 bilhões de reais, sendo 13,7 bilhões de reais

destinados ao setor produtivo e 1 bilhão de reais ao setor financeiro estatal. Para 1997 o Programa de Dispêndios das Estatais — PDG projeta um superávit primário de 0,57 % e um superávit operacional de 0,51 % do PIB. A previsão de receita das empresas para 1997 está estimada em 82,2 bilhões de reais, enquanto os investimentos do conjunto das empresas estatais federais será de 15,7 bilhões de reais, fixados conforme metas de resultado do setor público.

Para o controle do desempenho das empresas estatais, foi desenvolvido um Sistema de Informações das Estatais — SIEST, interligando todas as empresas, hoje em número de 100, e respectivos ministérios setoriais.

Com relação à política de pessoal das empresas estatais, elaboraram-se diretrizes e parâmetros para formulação da política salarial e definição de vantagens, benefícios e planos de carreira. Além disso, foram estabelecidos parâmetros relativos à participação dessas empresas como patrocinadoras de fundos de pensão. Como consequência, observaram-se avanços importantes nas negociações salariais, notadamente a desvinculação dos reajustes com relação à inflação passada, com o que se aprofundou o processo de desindexação da economia.

O ano foi marcado por grandes desafios quanto à produção e disseminação de dados socio-econômicos. A Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística — IBGE realizou duas pesquisas de fundamental importância para a formulação de políticas públicas. A Contagem Populacional e o Censo Agropecuário realizaram-se em 40 milhões de residências e mais de 600 mil estabelecimentos agropecuários em todo o Brasil. As metas para 1997 são as suas divulgações e a preparação do Censo 2000, além da condução da reforma institucional do órgão.

A Fundação Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada — IPEA empenhou-se na reorganização do sistema de informações para o planejamento, através de progressiva implantação de uma rede de dados descentralizada, a Rede de Pesquisa e Desenvolvimento de Políticas Públicas, que interliga as diversas instituições federais e estaduais de planejamento (a Rede entrará em operação em 1997). Dando prosseguimento ao programa de análise de políticas públicas, o IPEA realizou pesquisas, estudos e seminários nas áreas agrícola, industrial, emprego e salário, fiscal e outros. No âmbito do Programa Comunidade Solidária, o IPEA está implantando uma base de dados socio-econômicos e um sistema de acompanhamento da execução orçamentário-financeira.

Para dotar o Governo de meios de planejamento de longo prazo, a Secretaria de Assuntos Estratégicos, criou o projeto Cenários 2020, atualmente na fase de elaboração de cenários exploratórios sobre o futuro do País. Estes, após concluídos, serão submetidos à discussão ampla com a sociedade.

FINANCIAMENTO DO DESENVOLVIMENTO

O Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social — BNDES desembolsou o montante de 9,5 bilhões de reais para financiamento de investimentos, o que representou crescimento de cerca de 23 % em relação ao ano anterior. Desse montante, 48 % destinaram-se à indústria, 27 % à infra-estrutura, 17 % aos serviços e 8 % à agropecuária. Em 1997 os desembolsos serão ampliados para 11,7 bilhões de reais.

Conferiu-se prioridade a financiamentos de programas destinados a aumentar a competitividade de alguns setores, com destaque

para os programas de apoio aos setores têxtil, de couro e calçados e de autopeças.

Alterações efetuadas em diversas políticas operacionais permitirão intensificar os financiamentos às exportações brasileiras, em especial as de máquinas e equipamentos. Dentre estas modificações sobressaem: redução do custo do financiamento, pela diminuição da remuneração do BNDES; ampliação de 85 % para 100 % da cobertura oferecida de pré-embarque e pós-embarque; financiamento a exportações de serviços, sejam ou não associadas à exportação de bens; alongamento dos prazos de carência e pagamento de financiamento a obras especiais; e implantação de linhas de financiamento nas modalidades "*supplier's*" e "*buyer's credit*". Para a operação dessa última linha de financiamento, o BNDES firmou convênio com o Banco do Brasil e credenciou várias dezenas de bancos no exterior.

O Programa de Apoio à Exportação de Produtos Manufaturados — FINAMEX deverá mobilizar recursos da ordem de 1 bilhão de reais, triplicando o volume atualmente alocado.

Lançou-se um programa de apoio às pequenas e microempresas, com dotação inicial de 500 milhões de reais e passou-se a operar o Programa de Crédito Produtivo Popular. A carteira de projetos do Programa de Expansão do Emprego e Melhoria da Qualidade de Vida do Trabalhador — PROEMPREGO já ultrapassa 4 bilhões de reais. Estima-se que esse montante resulte na criação de cerca de 200 mil empregos diretos e 95 mil indiretos. Em 1997 prevê-se duplicação da aplicação de recursos nesse programa, atingindo-se 1,4 bilhão de reais.

O apoio ao desenvolvimento tecnológico é prioritário dentro do processo de incentivo à reestruturação industrial. As pequenas e médias empresas têm papel destacado nesse processo e o BNDES

estará empenhado em aperfeiçoar os mecanismos de apoio a esse segmento. Para a reestruturação industrial em seu conjunto, deverão ser desembolsados recursos da ordem de 6,2 bilhões de reais em 1997, representando crescimento de 50 %.

No âmbito do Programa de Apoio à Reestruturação e ao Ajuste Fiscal dos Estados, foram aprovadas operações de desembolso para 8 estados.

No âmbito do Programa Nacional de Desestatização — PND, destacam-se o encerramento da privatização no setor petroquímico, a definição do modelo e do cronograma de privatização da Companhia Vale do Rio Doce, concluindo-se assim as privatizações no setor industrial em geral, e a aceleração das privatizações na área de infra-estrutura, especialmente o setor elétrico, ferrovias e portos. A arrecadação do PND foi de 4,2 bilhões de reais. Com a inclusão das privatizações estaduais, o total atinge 5,4 bilhões. Para 1997 prevê-se arrecadar cerca de 10,5 bilhões com a privatização de ativos estatais, incluindo as privatizações estaduais.

Os financiamentos a projetos de privatização direcionaram-se ao saneamento básico e às rodovias federais cuja operação foi transferida ao setor privado.

Serão destaque em 1997 a venda das empresas geradoras da Eletrobrás, bem como a cooperação com os Governos estaduais, visando privatizar o setor de distribuição. Em apoio aos setores de infra-estrutura em processo de privatização, prevê-se a aplicação de 3 bilhões de reais.

Quatro áreas de atuação prioritária farão parte da agenda do BNDES em 1997: (i) a modernização e internacionalização da eco-

nomia brasileira, incluindo o fomento a pequenas e médias empresas; (ii) os financiamentos públicos e privados voltados à recuperação da infra-estrutura econômica; (iii) o PND e o apoio às desestatizações estaduais; (iv) a área social, com o acesso ao crédito para a população mais pobre e a sustentação do nível do emprego e renda, o desenvolvimento regional e a conservação do meio ambiente.

Quanto à situação do País junto aos bancos multilaterais de desenvolvimento e demais agências oficiais de financiamento externo houve melhoria na execução da carteira e dos projetos em andamento. O desembolso atingiu US\$ 1,1 bilhão do BIRD e US\$ 820 milhões do BID. Tais resultados contribuíram, em larga medida, para que as remessas líquidas de recursos do Brasil para esses dois organismos multilaterais aproximassesem-se de zero. Além disso, encerrou-se o processo de negociação do primeiro financiamento com a Corporación Andina de Fomento — CAF. Os US\$ 86 milhões obtidos serão destinados à conclusão da pavimentação da Rodovia Manaus-Caraí. Para 1997 é prevista a aprovação de financiamentos por organismos multilaterais em montante superior a US\$ 6,5 bilhões.

Junto a instituições bilaterais foram levantados recursos externos da ordem de US\$ 1,8 bilhão. Adicionalmente, e vinculados a projetos ambientais, foram contratados recursos, sob a forma de doação, no montante de US\$ 54,8 milhões.

A Comissão de Financiamentos Externos — COFIEC aprovou operações cujos investimentos correspondem a cerca de US\$12,5 bilhões, amparados em financiamentos externos estimados em US\$ 7,16 bilhões.

DESENVOLVIMENTO REGIONAL

Na área de desenvolvimento regional ocorreram iniciativas voltadas para a redefinição do aparato institucional e dos seus instrumentos. Com esse propósito realizaram-se estudos preliminares visando avaliação e reformulação de critérios e mecanismos aplicados aos Fundos de Investimentos da Amazônia — FINAM e do Nordeste — FINOR e Fundo de Recuperação do Estado do Espírito Santo — FUNRES. No mesmo âmbito, destacou-se ainda a Reformulação Institucional e Operacional da Zona Franca de Manaus, realizada em conjunto pela Secretaria de Políticas Regionais e a SUFRAMA.

Os fundos constitucionais de financiamento aplicaram recursos da ordem de 1,5 bilhão de reais, sendo: (i) 835 milhões no Fundo Constitucional de Financiamento da Região Nordeste — FNE, com expectativa de geração de 230 mil empregos diretos e indiretos; (ii) 242 milhões no Fundo Constitucional de Financiamento da Região Norte — FNO, com previsão de 124 mil novos empregos; e (iii) 242 milhões no Fundo Constitucional de Financiamento da Região Centro-Oeste — FCO, devendo ser gerados 135 mil empregos. Para 1997 estão programados recursos da ordem de 1,6 bilhão de reais, sendo 940 milhões de reais para o FNE, 313,5 milhões de reais para o FNO e igual montante para o FCO, devendo gerar 500 mil novos empregos.

Quanto ao financiamento de projetos e ações, deve ser destacada a aprovação pelo Conselho Deliberativo da Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste — SUDENE de projetos no valor global de 173,4 milhões de reais, e pelo Conselho Deliberativo da Superintendência de Desenvolvimento da Amazônia — SUDAM de projetos no valor de 202,7 milhões de reais. Em 1997 o FINAM, o FINOR e o FUNRES serão submetidos à revisão e aperfeiçoamento em seus mecanismos de opções e repasses, com o propósito de

imprimir maior racionalidade à aplicação de recursos originários de renúncia fiscal, estando prevista a disponibilidade de 1,3 bilhão de reais. Desse montante, 561 milhões de reais serão destinados ao FINOR, 702 milhões de reais ao FINAM e 23 milhões de reais ao FUNRES.

No âmbito da Superintendência da Zona Franca de Manaus — SUFRAMA, aprovaram-se projetos de investimentos no montante de 700 milhões de reais, com expectativa de geração de 11 mil novos empregos.

As aplicações do Banco do Nordeste do Brasil — BNB em operações de crédito cresceram 29,2 %, totalizando 6,3 bilhões de reais, representando uma participação média de 43 % no sistema financeiro regional. O BNB efetuou o lançamento no mercado externo de seu *Medium Term Notes Program*, no montante de US\$ 500 milhões, com uma primeira tranche de US\$ 150 milhões colocada junto a investidores da Ásia, Europa e América Latina.

Ganhou destaque o Programa de Geração de Emprego e Renda — PROGER-NE, no qual foram aplicados 254 milhões de reais de recursos do Fundo de Amparo ao Trabalhador — FAT e do FNE, que permitiram a criação de 83 mil empregos.

O BNB liberou recursos da ordem de 10 milhões de reais, no âmbito do Programa de Cooperação Nipo-Brasileira para o Desenvolvimento dos Cerrados — PRODECER III, destinados à incorporação racional de áreas de cerrado maranhense ao processo produtivo.

No âmbito do Programa de Desenvolvimento do Turismo no Nordeste — PRODETUR, foram assinados convênios com 10 estados e contratados subemprestímos com sete, contemplando projetos de

desenvolvimento institucional, saneamento, transportes, meio ambiente, preservação do patrimônio histórico e 5 aeroportos.

Para melhor atender aos micro e pequenos empresários, o BNB assinou convênio com o SEBRAE, constituindo Fundo de Aval para garantir, de forma suplementar, as operações de longo prazo realizadas com aquele segmento econômico.

Na área de capacitação gerencial de cooperativas e associações, o BNB, em colaboração com o Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento — PNUD, desenvolveu ações de capacitação em 206 entidades associativas, beneficiando 32.000 famílias do meio rural do Nordeste e empreendimentos associativos do setor urbano, envolvendo 30 entidades associativas, com cerca de 1.800 associados, além de 2.000 trabalhadores.

O Programa de Apoio ao Pequeno Produtor Rural — PAPP, administrado pela SUDENE, contemplou 2.753 projetos, sendo 1.824 de infra-estrutura, 794 relativos à produção e 135 na área social, tendo sido beneficiadas 155 mil famílias em 444 municípios, com a liberação de 55,5 milhões de reais, o equivalente a 87,1% do total de recursos previstos.

O Programa Agropecuário e Florestal de Rondônia — PLANAFLORO e o Projeto de Desenvolvimento Agroambiental de Mato Grosso — PRODEAGRO beneficiaram diretamente 84.000 famílias de produtores rurais, 2.400 famílias de seringueiros, 900 famílias de pescadores artesanais e 16.000 índios, tendo sido aplicados 46 milhões de reais com recursos do Banco Mundial e 9 milhões da União. Em 1997 será dada continuidade à ocupação econômica auto-sustentada dos Estados de Rondônia e Mato Grosso, incluindo a execução

da 2^a aproximação do Zoneamento Ecológico-Econômico, com a aplicação de 62 milhões de reais.

Ainda no tocante ao desenvolvimento sustentável, serão desenvolvidos pela SUDAM estudos e zoneamentos ecológico-econômicos de áreas fronteiriças e de influência dos principais eixos de integração e implantação da Rede para Conservação e Uso dos Recursos Genéticos Amazônicos — GENAMAZ e do Sistema de Informações de Recursos Genéticos da Amazônia — SIRGAMAZ.

Quanto ao Projeto Calha Norte, está prevista a reformulação da Lei de Faixa de Fronteira, buscando desburocratizar e agilizar o processo de concessão do Assentamento Prévio.

No tocante ao Programa de Auxílio Financeiro aos Municípios da Faixa de Fronteira — PAFMFF, estão destinados 5,5 milhões de reais no Orçamento de 1997, que permitirão atender 271 pequenas obras em 117 municípios da faixa de fronteira.

VI. CIÊNCIA E INOVAÇÃO

O atendimento às crescentes demandas da sociedade por inovação e conhecimento é um dos maiores desafios do novo modelo de desenvolvimento. Para isso, o Governo Federal tem procurado elevar o dispêndio nacional de ciência e tecnologia, por meio de estímulos a uma participação maior de recursos do setor produtivo, ao lado de uma redefinição das prioridades de pesquisa orientadas para a resolução dos problemas sociais e econômicos e um aperfeiçoamento dos mecanismos de apoio ao setor.

Dentro dessas novas diretrizes, foi criado o Conselho Nacional de Ciência e Tecnologia — CCT, através da Lei nº 9.257/96. As primeiras medidas adotadas foram a instalação de duas comissões: a de Prospectiva, Informação e Cooperação Internacional e a de Desenvolvimento Regional. Para 1997, a intenção é sincronizar a Política de Ciência e Tecnologia (C&T) com as demais políticas do Governo Federal, em especial com a política de educação.

Na busca de maior eficiência do sistema de inovação brasileiro, foram iniciados os trabalhos da Comissão de Indicadores de C&T e do Sistema de Acompanhamento e Avaliação. A próxima etapa será a de produzir uma publicação, abrangendo cerca de 80 indicadores de desempenho na área de C&T, nos moldes utilizados pela OCDE, e o

início da aplicação da metodologia de avaliação em programas do Ministério da Ciência e Tecnologia.

Aspecto importante para a modernização do Estado é o esforço que se iniciou, por intermédio do Ministério da Indústria, do Comércio e do Turismo, de modernização da regulamentação, impondo requisitos técnicos para produtos e serviços.

A aprovação da Lei nº 9729/96, da Propriedade Industrial, representou o cumprimento de mais uma etapa no processo de modernização da base produtiva e tornou imprescindível mudanças no Instituto Nacional da Propriedade Industrial — INPI, para garantir a apropriação dos direitos concedidos a seus legítimos detentores. Outros projetos de lei estão em tramitação no Congresso Nacional, no campo da propriedade intelectual, como o de cultivares e o de direitos sobre *software*, que evidenciam um esforço concreto de adequação da legislação às exigências decorrentes dos novos padrões tecnológico-produtivos.

O fortalecimento das atividades de metrologia e padronização tem sido uma preocupação constante do Instituto Nacional de Metrologia, Normalização e Qualidade Industrial — Inmetro, como forma de estimular a inovação e, sobretudo, assegurar a proteção ao consumidor. Exemplos são a fiscalização de produtos pré-medidos (embalados sem a presença do consumidor) e de instrumentos de medição utilizados nas transações comerciais, inibindo assim o aumento de preços disfarçado. Para atingir esse objetivo, o Inmetro verificou 4.000.000 de instrumentos de medir e 7.500.000 produtos pré-medidos, em todo o País. Para 1997 está prevista a verificação de 4.200.000 instrumentos de medir e de 8.000.000 de produtos pré-medidos e avaliação da qualidade de 20 produtos comercializados no mercado brasileiro, a fiscalização de 1.500 estabelecimentos com produtos de

certificação compulsória e a exibição de 20 programas de educação para o consumo na rede brasileira de televisão.

A ênfase no aprimoramento dos sistemas de credenciamento e certificação de conformidade permitiu que se alcançassem notáveis avanços nessas funções, consideradas essenciais para a melhoria da qualidade dos produtos oferecidos no mercado interno e para a superação das novas barreiras técnicas ao comércio internacional.

O Programa de Apoio à Capacitação Tecnológica da Indústria — PACTI conta principalmente com mecanismo de incentivos fiscais à inovação: o Programa de Desenvolvimento Tecnológico para a Indústria — PDTI e o Programa de Desenvolvimento Tecnológico para a Agropecuária — PDTA. Ambos totalizaram 421 milhões de reais em investimentos, dos quais 83,1 milhões de reais em renúncia fiscal. Para cada R\$ 1,00 de renúncia fiscal concedido pelo Governo Federal, as empresas investiram, em média, R\$ 3,80.

Mecanismo semelhante tem sido utilizado pela indústria de informática, que conta com mecanismos específicos de incentivos fiscais: Leis nº 8.248/91 e nº 8.387/91. Nessa modalidade foram aprovados 736 projetos, totalizando 250 empresas beneficiadas, tendo sido iniciado o processo de fiscalização junto às empresas beneficiárias. Foram investidos ao redor de 320 milhões de reais em pesquisa e desenvolvimento pela iniciativa privada, sendo 40 % desse valor em parceria com universidades e centros de pesquisa. Prevê-se para 1997 a aplicação de 360 milhões de reais por parte do setor produtivo.

Para apoiar a formação de pesquisadores junto às empresas, o Governo Federal, através do Programa de Capacitação de Recursos Humanos para o Desenvolvimento Tecnológico — RHAE, aprovou 104 projetos, num total de 2.105 bolsas concedidas.

Por meio do Projeto Inventiva, a defesa e o fomento à atividade do inventor brasileiro foram desenvolvidos dentro de uma concepção, de co-participação do setor privado e órgãos públicos. O esquema prevê o acesso imediato e interativo do inventor/inovador aos potenciais interessados, facilidades no registro junto ao INPI e várias alternativas de financiamento ou investimento.

O Programa Nacional de *Software* para Exportação — SOFTEX-2000 movimentou cerca de 200 milhões de reais, advindos de receita de *software* brasileiro comercializado no exterior. Ampliou-se de 16 para 20 o número de Núcleos de Desenvolvimento de *Software* para Exportação e instalaram-se escritórios de representação em São Paulo, Alemanha e China. O SOFTEX-2000 deixará de ser controlado pelo Governo Federal a partir de 1997 e passará a ser gerenciado por uma sociedade civil de iniciativa empresarial.

No campo do financiamento à inovação do setor produtivo, a Financiadora de Estudos e Projetos — FINEP vem procurando ampliar os recursos disponíveis. Para isso, acordou empréstimo com o BID, no valor de US\$ 320 milhões e passou a operacionalizar o convênio com o Fundo de Amparo ao Trabalhador — FAT, tendo aprovado 97 projetos nessa modalidade.

As operações de crédito reembolsáveis, contratadas nas linhas de Apoio ao Desenvolvimento Tecnológico à Empresa Nacional — ADTEN e de Apoio à Gestão da Qualidade — AGQ, envolveram 80 empresas, totalizando 330 milhões de reais. Outras operações com 119 pequenas empresas totalizaram 11,8 milhões de reais. Foram ainda liberados 70 milhões de reais em financiamentos não-reembolsáveis a programas operados através do Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico, destacando-se o Programa de Desenvolvimento das Engenharias — PRODENGE, voltado para a

modernização do ensino e pesquisa das engenharias, que apoiou 45 escolas de engenharia e 7 redes de instituições de pesquisa. O setor produtivo poderá contar em 1997 com 300 milhões e 90 milhões de reais, respectivamente, para operações reembolsáveis e não-reembolsáveis.

Na área espacial, merece destaque a elaboração pela Agência Espacial Brasileira — AEB do Programa Nacional de Atividades Espaciais — PNAE, para o período de 1996 a 2005, e a formalização, através do Decreto nº 1.953/96, do Sistema Nacional de Desenvolvimento das Atividades Espaciais — SINDAE, base para a coordenação das ações das entidades que participam do segmento espacial.

As atividades espaciais brasileiras deverão celebrar em 1997 a realização de alguns marcos históricos. Espera-se ainda no primeiro semestre o lançamento, a partir do Centro de Lançamentos de Alcântara — CLA, do primeiro veículo satelitizador nacional, o VLS-1. Este evento coroará um esforço de 16 anos e incluirá o Brasil no clube restrito de países que dominam tal tecnologia. Na sequência do lançamento, deverão ser definidos os requisitos para o início do projeto de desenvolvimento do VLS-2, veículo que deverá contar com um estágio a propelente líquido. O lançamento do VLS-1 marcará também a inauguração do CLA em operações orbitais e a colocação em órbita do satélite de coleta de dados SCD-2A, que funcionará de reserva para o SCD-2. Este deverá ser lançado, também em 1997, por um veículo estrangeiro.

O Projeto de Satélites Sino-Brasileiros de Recursos Terrestres — CBERS, em cooperação com a República Popular da China, que objetiva o desenvolvimento conjunto de dois satélites de observação de recursos terrestres, prevê a conclusão do primeiro deles em 1997.

Foi obtida, junto à União Internacional de Telecomunicações — UIT, a concessão para a exploração da faixa de frequências necessária ao programa de implantação de um sistema operacional de telecomunicações, o ECCO, baseado em constelação de satélites em órbita baixa equatorial, principal projeto brasileiro na área comercial de satélites.

Foi lançado o primeiro edital do Programa de Apoio a Núcleos de Excelência — PRONEX, com a garantia de 36,5 milhões de reais, para o qual foram apresentadas 451 propostas. Dessa demanda, 42 % foram pré-selecionadas. No âmbito deste programa, a Petróleo Brasileiro S.A. — PETROBRÁS deverá firmar em 1997 convênio para estabelecer um centro de excelência em exploração de águas profundas.

O Programa de Apoio ao Desenvolvimento Científico e Tecnológico — PADCT II foi concluído, tendo sido aplicados, ao longo dos cinco anos de vigência, US\$ 290 milhões, dos quais US\$ 140 milhões oriundos de empréstimo junto ao Banco Mundial.

Através de parcerias entre o Ministério da Ciência e Tecnologia e 20 estados brasileiros, o Programa de Monitoramento de Tempo, Clima e Recursos Hídricos — PMTCRH tem viabilizado a integração de C&T em atividades de monitoramento e previsões hidrometeorológicas regionais.

A Rede Nacional de Pesquisa — RNP, instrumento que articula em rede todo o setor de pesquisa do País com o mundo, ganhou novos investimentos: (i) 9 capitais estão conectadas a 2 MBPS; (ii) 2 saídas em alta velocidade para os Estados Unidos, com conexões em Brasília e Rio de Janeiro; (iii) 700 instituições não-comerciais conectadas, envolvendo mais de 17 mil servidores (*hosts*) e atingindo mais de 170 mil usuários ativos.

Para assegurar o aperfeiçoamento e expansão dos recursos humanos necessários à pesquisa, foram concedidas uma média mensal de 50.500 bolsas pelo Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico — CNPq e de 24.100 pela Fundação Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior — CAPES.

Na área de meio ambiente, foram aprovados projetos no âmbito do Programa-Piloto para a Proteção das Florestas Tropicais do Brasil — PP-G7, totalizando 20,4 milhões de reais. Para 1997 deverão ser aplicados 12 milhões de reais. No Programa do Trópico Úmido — PTU foram contratados 12 projetos de pesquisa, num total de 2,7 milhões de reais, em energias renováveis, sistema de informações energéticas e biodiversidade, estando previstos dispêndios adicionais de 3 milhões de reais em 1997.

As crescentes preocupações com a manipulação genética de seres vivos levaram à criação e instalação da Comissão Técnica Nacional de Biossegurança — CTNBio, responsável pela implementação da Lei nº 8.974/95, que trata da segurança das biotecnologias e do estabelecimento de normas para a manipulação e uso seguro de organismos geneticamente modificados no País.

Dentro do programa de implantação de sistema de monitoramento ambiental da floresta amazônica, foi concluído pelo Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais — INPE o levantamento das áreas desflorestadas na Amazônia Legal nos anos de 1992 a 1994.

O Centro de Previsão do Tempo e Estudos Climáticos — CPTEC consolidou seu sistema de previsão numérica do tempo, alcançando índices de acerto, para previsões com antecedência de até 6 dias, idênticos ao obtidos pelos melhores centros meteorológicos mundiais, tendo sido inaugurada a rede de telecomunicações para

disseminação das informações meteorológicas entre os órgãos públicos da meteorologia nacional.

No setor saúde, a Fundação Oswaldo Cruz — FIOCRUZ intensificou as ações de pesquisa nas áreas biológica, biomédica, ciências sociais e história da ciência em saúde, cujo resultado pode ser avaliado pelo volume de 800 publicações técnico-científicas. Nas áreas de produção de bens e insumos para a saúde e controle de qualidade em saúde, novas metodologias e padrões de referências foram desenvolvidos com a finalidade de produzir imunobiológicos e medicamentos para o Programa Nacional de Imunizações e a Central de Medicamentos e de proteger a população contra situações de risco associadas à produção e comercialização de alimentos, medicamentos, cosméticos, sangue e hemoderivados, dentre outros de uso corrente.

Visando criar mecanismos de regulação da incorporação de inovações na prestação de serviços, no âmbito do SUS e na medicina privada, o Ministério da Saúde implantou 2 laboratórios de certificação de qualidade em equipamentos médico-hospitalares, normalizou procedimentos por meio da formalização de 10 portarias e 125 normas técnicas e implantou 3 sistemas municipais de gerência e manutenção de equipamentos.

Em 1997 será dada ênfase à implementação do Projeto de Biossegurança para as áreas de pesquisa e de assistência em saúde, inserido no Programa Brasileiro de Capacitação Tecnológica em Doenças Infecciosas Emergentes e Reemergentes.

Entre os principais resultados obtidos na área de comunicações pelo Centro de Pesquisa e Desenvolvimento da Telebrás, destacam-se a ampliação do treinamento e implantação de novas versões do Sistema Automatizado de Gerência da Rede Externa e do Sistema de

Gerência de Equipamentos e a conclusão da primeira versão do Sistema de Supervisão e Gerência de Falhas de Equipamentos de Transmissão, as quais serão intensificadas este ano.

Na área de Tecnologias de Serviços, foram instalados os laboratórios de criação de serviços de rede inteligente e de áudio e vídeo para as empresas operadoras e foi dado continuidade ao desenvolvimento da plataforma do Telefone Público a Cartão Indutivo, com previsão de desenvolvimento de mecanismo para aceitação de diversos tipos de cartão.

Na Comutação Digital, merece destaque o significativo crescimento da planta TRÓPICO RA, passando para 1,45 milhão de terminais em 309 centrais. Esta tecnologia, totalmente desenvolvida no País, representa mais de um terço da planta digital brasileira de comutação. Além disso, foram realizados testes de campo do Concentrador de Linha de Assinante Distribuído, que propicia significativa redução de custos da rede externa e maior flexibilidade de atendimento aos clientes.

Na área nuclear ressalte-se o reexame da política nuclear brasileira e a ativação da coordenação dos institutos de pesquisa nuclear. Merece também destaque o início da montagem das unidades de reconversão e produção de pastilhas. Foi criado o Centro de Ciências Nucleares em Recife, visando ao atendimento de produtos nucleares às regiões Norte e Nordeste. Reativou-se a Comissão de Coordenação e Proteção ao Programa Nuclear Brasileiro — COPRON. Foram realizados estudos para construção de minas e fábricas de concentrado de urânio em Lagoa Real, bem como foram implementadas ações no sentido de viabilizar a construção de um protótipo de irradiador de alimentos.

Em 1997 será mantido o ritmo de desenvolvimento de novas ultracentrífugas e seus sistemas de controle, visando à obtenção de máquinas com maior rendimento e menor custo. Serão iniciadas ainda as ações no sentido de viabilizar a construção do Laboratório de Segurança Radiológica — LASER para tratamento e armazenamento de rejeitos de baixo e médio níveis de radiação. Na área de medicina nuclear, seguirão os investimentos para o aumento da produção de radioisótopos e radiofármacos para uso em radioterapia e radiodiagnóstico visando ao atendimento de 1.250.000 pacientes por ano. Continuará a ser implantado o complexo uranífero da Bahia e será ampliada a oferta de radioisótopos e radiofármacos, de modo a atingir significativa parcela das necessidades nacionais.

As ações na pesquisa agropecuária concentraram-se no aumento da competitividade da agricultura brasileira, na sustentabilidade de seu desenvolvimento e na redução das disparidades regionais. Dentre os avanços tecnológicos, destaca-se a identificação de novos materiais genéticos, tais como cultivares e linhagens de soja resistentes a pragas e doenças e de uva de mesa sem semente próprias para cultivo irrigado. Outras realizações foram o lançamento do cultivar de feijão mais produtivo e menos suscetível às principais doenças da cultura e de um híbrido de suíno que oferece maior proporção de carne que de gordura. As prioridades para 1997 serão o zoneamento da cultura do algodão no Nordeste, a avaliação e sustentabilidade ambiental das atividades agroindustriais em 4 pólos de irrigação da bacia do São Francisco, bem como a caracterização e avaliação econômica da biodiversidade e a racionalização do uso de agrotóxicos, em consonância com a Agenda 21 e a Política Nacional de Meio Ambiente.

VII. MEIO AMBIENTE

A atuação governamental nessa área tem compreendido o permanente aperfeiçoamento da gestão compartilhada, entre os diversos entes de Governo, do uso sustentável dos recursos naturais e do monitoramento do meio ambiente.

Em vista desse objetivo deu-se curso à aprovação da nova estrutura regimental do Ministério do Meio Ambiente, dos Recursos Hídricos e da Amazônia Legal, com vistas a simplificar a atividade administrativa, além de capacitar o Ministério a atender demandas decorrentes da presença crescente da variável ambiental nas políticas de outros ministérios. Nessa mesma linha, registre-se ainda o projeto de reorganização institucional do Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis — IBAMA.

O Programa Nacional do Meio Ambiente — PNMA, por meio das ações denominadas Projetos de Execução Descentralizada — PED, apoiou atividades de desenvolvimento sustentável em 18 estados e no Distrito Federal, no valor de 100 milhões de reais. Suas principais metas estabelecidas para 1997 são: (i) implantação de 12 Centros de Atendimento ao Turista; (ii) construção/recuperação de 162 km de trilhas ecológicas; (iii) produção de 2.693 mil mudas destinadas à recuperação de matas de galeria, solos degradados e matas destruídas, totalizando 35 mil hectares recuperados e maneja-

dos; (iv) implantação de 19 microusisas para beneficiamento de cerca de 430 t de frutas por ano; (v) implantação de 5 pequenas fábricas de processamento de pescado e seus subprodutos; e (vi) financiamento de insumos para produção anual de 600 t de moluscos e 33 mil t de pescado.

Voltado à promoção da participação da sociedade civil na solução dos problemas de meio ambiente à descentralização das ações do setor público, o Fundo Nacional de Meio Ambiente — FNMA contou com recursos de 8 milhões de reais, tendo financiado 102 projetos. Cerca de 80 % dos recursos foram utilizados para apoiar organizações não-governamentais e pequenos municípios (menos de 120 mil habitantes) e o restante destinado para instituições federais, estaduais e grandes municípios (mais de 120 mil habitantes). A área mais apoiada foi a de Educação Ambiental, com 29,8 % dos projetos, seguida das áreas de Pesquisa e Desenvolvimento Tecnológico (24,5%), Controle Ambiental (18,7%), Extensão Florestal, Manejo Sustentável e Conservação dos Recursos Naturais Renováveis (13%), Unidades de Conservação (8,9%) e Fortalecimento e Desenvolvimento Institucional (5,1%).

O maior destaque na área de recursos hídricos coube à aprovação pelo Congresso Nacional do Projeto de Lei nº 2.249/96, que visa regulamentar as ações e atividades relacionadas ao setor no Brasil.

Dentre os compromissos do Governo Federal com o desenvolvimento sustentável, está a Política Nacional Integrada para a Amazônia Legal, apoiada pela Carta da Amazônia e o Compromisso dos Governadores. O objetivo é desativar o velho modelo do extrativismo predatório e itinerante, contando para isso com ações na área de proteção de florestas, ecoturismo e reservas extrativistas.

Nessa linha, foram interiorizados os recursos do Programa Piloto para a Proteção das Florestas Tropicais do Brasil — PPG-7, em um conjunto de projetos que chegam a US\$ 200 milhões. O Programa de Apoio ao Desenvolvimento do Extrativismo — PRODEX, criado para viabilizar o acesso dos extrativistas aos recursos do FNO, promoveu a criação de 7 comissões estaduais e catalogou 19 projetos que beneficiam mais de 500 extrativistas.

A observância dos princípios éticos de proteção ao meio ambiente exige a adoção de medidas consequentes e tempestivas no aparato legal. Assim, foi editada a Medida Provisória nº 1511/96, que estabeleceu novos limites para desmatamento, por propriedade, na Amazônia Legal, e a proibição de avanço do desmatamento em propriedades que já apresentem áreas degradadas. Foi editado também o Decreto nº 1.963/96, suspendendo por 2 anos a edição de novas autorizações para exploração das espécies florestais mogno e virola. A continuar no ritmo anterior, a exploração dessas espécies implicaria incremento dos prejuízos ambientais e virtual processo de extinção das mesmas.

O Programa de Expansão da Base de Florestas Plantadas avançou com a estruturação de programa específico para o setor de papel e celulose. Como decorrência dos trabalhos do Grupo de Trabalho de Papel e Celulose da Câmara de Recursos Naturais do Conselho de Governo, foram definidas, juntamente com os setores de base florestal e em articulação com o Ministério da Indústria, do Comércio e do Turismo e a Secretaria da Receita Federal, a inclusão da isenção de imposto sobre a renda para as atividades de plantio florestal.

O desenvolvimento do Programa de Uso Sustentável das Florestas Nativas da Amazônia será acelerado em 1997 para permitir o ordenamento do setor face ao ingresso recente de vultosos investi-

mentos estrangeiros na região, procedentes do sudeste asiático — Malásia e China.

A inserção da dimensão ambiental-florestal na nova Lei do Imposto Territorial Rural — ITR representa uma conquista para as ações do Governo Federal na área de preservação ambiental.

A avaliação dos Planos de Manejo e o controle das explorações de recursos ambientais efetivadas de forma irregular passam a ser realizados com base no Sistema de Monitoramento e Controle, que utiliza a tecnologia do sensoriamento remoto. O Sistema adota sensores aerotransportados, tecnologia que antecipa o que deverá vir a ser adotado pelo Sistema de Vigilância da Amazônia — SIVAM/SIPAM. Foram cobertos 800 mil km² da região amazônica, em área considerada crítica para desmatamento e exploração florestal. A implantação da parte referente ao projeto SIPAM deverá ser iniciada em 1997.

O Brasil conta atualmente com diversos modelos de gestão dos recursos naturais renováveis, destacando-se as Unidades de Conservação — UCs de uso indireto (Parques Nacionais, Reservas Biológicas e Estações Ecológicas), com a extensão de 15,6 milhões de ha e as Áreas de Proteção Ambiental — APAs, com 1,8 milhão de ha, num total de 104 unidades distribuídas por todo o País. Esforço especial tem sido feito para o fortalecimento e ampliação do Sistema Nacional de Unidades de Conservação, haja vista as seguintes ações:

- monitoramento de 30 Unidades de Conservação, no âmbito do PNMA, com aplicação de cerca de US\$ 25 milhões, nos últimos 2 anos, com ênfase na proteção da integridade, estrutura para pesquisa, uso público e ecossistemas integrados à comunidade e ao entorno;

-
- elaboração de Planos de Ação Emergencial e Plano de Gestão para 27 unidades;
 - modernização de 15 Parques Nacionais, nos quais se observou aumento do número de visitantes;
 - criação de duas novas APAs: a do Delta do Parnaíba e a da Serra da Ibiapaba, com o que se retomou o processo de ampliação do Sistema de Áreas Protegidas;
 - preparação do projeto Parques e Reservas, com a identificação dos corredores ecológicos, bem como a elaboração de critérios para a aplicação de US\$ 46 milhões nas Unidades de Conservação localizadas nos biomas Amazônico e Mata Atlântica, nos níveis federal, estadual, municipal e reservas privadas, nos próximos 5 anos;
 - ampliação das cooperações internacionais: a implantação das Áreas Protegidas na Amazônia, no âmbito do Trabalho de Cooperação Amazônica — TGA, e início dos trabalhos com a União Mundial para a Conservação da Natureza — UICN, com recursos do Fundo para o Meio Ambiente Mundial — GEF, para a implantação das UCs marinhas e costeiras, com a proposição de investimentos, para os próximos 10 anos, da ordem de US\$ 60 milhões.

O território brasileiro abriga entre 15 e 20 % da biodiversidade total do planeta. O Governo Federal consolidou o Programa Nacional de Diversidade Biológica — PRONABIO, contando com 10 milhões de reais recursos doados pelo GEF e 10 milhões de reais provenientes da União.

Com o objetivo de formar um fundo de financiamento de longo prazo para a conservação e utilização sustentável da diversidade biológica brasileira, o Governo Federal coordenou a estruturação do

Fundo Brasileiro para Biodiversidade — FUNBIO, de natureza privada sem fins lucrativos, que deverá operar com recursos doados pelo GEF, no valor de 20 milhões de reais. Em conjunto, PROBIO e FUNBIO, terão disponíveis mais de US\$ 60 milhões para apoiar projetos de biodiversidade no país.

A crítica situação dos recursos costeiros vem sendo atacada com a implementação do Plano Nacional de Gerenciamento Costeiro — PNGC, possibilitando o ordenamento de usos e ocupações na costa brasileira, mediante atuação articulada do Ministério com organismos estaduais de meio ambiente e planejamento e com os municípios. A área de atuação do PNGC compreende uma faixa de litoral com cerca de 8.500 km de extensão e 200 km de largura, englobando a linha costeira de 17 estados e 315 municípios. O volume de investimentos no período de 1995 e 1996 alcançou a cifra de 3,8 milhões de reais, aplicado em ações inerentes à concretização do PNGC em 15 dos 17 estados, estando previstos para 1997 investimentos de aproximadamente 3,5 milhões de reais.

O Programa de Avaliação do Potencial Sustentável dos Recursos Vivos na Zona Econômica Exclusiva — REVIZEE, sob a responsabilidade de Comissão Interministerial, mobilizou cerca de 2,5 milhões de reais e envolveu, além dos Ministérios de Minas e Energia e da Ciência e Tecnologia, cerca de 40 universidades e instituições de pesquisa, em termos de recursos humanos, laboratórios, equipamentos e meios flutuantes. Para 1997 está previsto o emprego de recursos orçamentários da ordem de 3,5 milhões de reais.

No contexto da Política Nacional de Educação Ambiental — PRONEA, estruturada pelos Ministérios da Educação, da Cultura, da Ciência e Tecnologia e do Meio Ambiente, foi assinado Protocolo de Intenções que deverá permitir a sua efetiva implementação, tendo-se

definido responsabilidades setoriais a cada um dos ministérios. Foi realizada a 1^a Conferência Nacional de Educação Ambiental e a capacitação de educadores ambientais no ensino básico no Brasil, através dos Ministérios do Meio Ambiente e da Educação e Desporto, da UNESCO e do Fundo Mundial para a Natureza — WWF.

O Ministério do Meio Ambiente tem procurado introduzir a variável ambiental no processo de gestão de políticas públicas e na concessão de crédito oficial e de benefícios fiscais às atividades produtivas. Criou para isso a Comissão Permanente para Implantação do Protocolo Verde, tendo como alvo o sistema financeiro nacional. A intenção é buscar a adesão também dos bancos privados ao Protocolo Verde, mediante aprimoramento de seus mecanismos operacionais e com base nos princípios do desenvolvimento sustentado.

Com o objetivo de estimular a transição para um modelo de desenvolvimento sustentável, que inclua novos padrões de produção e consumo, foi concluído o detalhamento da metodologia para a execução do Zoneamento Ecológico-Econômico — ZEE pelos estados da Amazônia Legal. Realizaram-se avanços no sentido da instalação do Sistema de Proteção da Amazônia — SIPAM, como um sistema de gestão estratégica, passível de uso por múltiplos usuários, que combina sistemas de obtenção e processamento de informações, comunicações e banco de dados, podendo exercer importante papel na garantia da sustentabilidade da região. Será iniciado em 1997 o Zoneamento Ecológico-Econômico na Amazônia Oriental, envolvendo os Estados do Pará, Maranhão e Tocantins e, no vale do Rio Madeira, também o Estado do Amazonas.

Prosseguiu a avaliação do impacto ambiental das atividades em desenvolvimento no continente antártico, no âmbito do Programa Antártico Brasileiro. Deu-se início ainda à Operação Antártica XV,

com finalidades científicas. Dessa forma garante-se a participação do Brasil nas discussões sobre o futuro da Antártida.

VIII. SETOR PRODUTIVO

AGRICULTURA

As ações do Governo Federal na agricultura concentraram-se em três objetivos básicos: (i) solucionar a questão do endividamento agrícola provocado pelas diversas tentativas de controle da inflação realizadas na última década; (ii) manter o mercado interno abastecido visando consolidar a contribuição do setor agrícola para a estabilização econômica; e (iii) facilitar sua inserção numa economia globalizada.

Dentro desse quadro de referência, cabe destacar algumas realizações importantes, como a renegociação de 8,5 bilhões de reais de dívidas rurais, por prazos de 7 a 10 anos e com redução de encargos financeiros. Essa medida, resultante de ações conjuntas dos Poderes Executivo e Legislativo, possibilitou a renegociação de cerca de 220 mil contratos de produtores e cooperativas, beneficiando cerca de 350 mil produtores rurais de pequeno e médio portes.

Esse processo — fundamental para proporcionar ambiente de maior tranquilidade e confiança ao setor rural e recuperar sua capacidade produtiva — foi complementado pelo Plano de Safra 1996/97 que, divulgado em junho, proporcionou tempo hábil para orientar as decisões de plantio. Dentre as medidas adotadas nesse Plano, destaca-

cam-se: (i) a alocação de 5,2 bilhões de reais para o crédito rural (40% superior à safra passada); (ii) a redução da taxa de juros de 16 para 12% ao ano para o custeio agrícola; e (iii) a simplificação de normas para a concessão de financiamentos, facilitando o acesso ao crédito, principalmente aos produtores de menor porte.

Para viabilizar o aumento da oferta de crédito, foram mobilizados recursos de diversas fontes, incluindo a equalização de taxas de juros por parte do Tesouro Nacional. Além disso, o percentual sobre depósitos à vista e outras rubricas contábeis que os bancos são obrigados a aplicar no setor rural (exigibilidades bancárias), que se situava em 17 % em julho, passou por aumentos gradativos até atingir 25 % em janeiro de 1997.

Visando direcionar a oferta de crédito, com taxas de juros mais baixas aos produtores rurais necessitados de apoio do Governo Federal, os segmentos organizados e dinâmicos dos setores agrícola e agroindustrial foram estimulados a captar financiamentos no mercado financeiro internacional, através da redução a zero da alíquota do IOF, o que permitiu a oferta adicional de cerca de 2 bilhões de reais para custeio, investimento e comercialização agrícolas. Também foram criadas linhas de crédito a taxas de juros fixas de 16 % ao ano para o financiamento da aquisição de implementos, tratores e colheitadeiras agrícolas.

Outra medida importante do mencionado Plano de Safra foi a introdução do zoneamento agrícola, que se traduz num conjunto de recomendações técnicas sobre áreas, épocas e tecnologias mais favoráveis de plantio, visando minimizar riscos de frustrações de safra. Essa medida beneficiou produtores de trigo, arroz, feijão, milho, soja e algodão e possibilitou reduzir as alíquotas médias de adesão ao Programa de Garantia da Atividade Agropecuária — PROAGRO em

48 %, aumentando a racionalidade da atividade rural e estimulando o plantio.

A agricultura familiar mereceu atenção especial do Governo Federal, com a institucionalização do Programa de Fortalecimento da Agricultura Familiar — PRONAF, integrado por três subprogramas: crédito rural, serviços de apoio à agricultura e reordenamento da infra-estrutura econômica e social em municípios escolhidos para esse fim, especialmente dentre aqueles integrados ao Programa Comunidade Solidária.

O PRONAF é executado de forma a envolver as comunidades beneficiadas na definição de suas prioridades. A disponibilidade de crédito para esse Programa, na safra 1996/97, foi elevada de 200 milhões para um bilhão de reais, podendo beneficiar 270 mil agricultores familiares. Estes tiveram o acesso ao crédito facilitado por simplificação de normas e procedimentos bancários e as taxas de juros de custeio agrícola reduzidas de 12 para 9 % ao ano. Os investimentos, que praticamente não contavam com recursos disponíveis na safra passada, foram contemplados com 800 milhões de reais, a serem aplicados com encargos de metade da TJLP mais 6 % ao ano.

Os subprogramas de apoio e reordenamento da infra-estrutura contaram com recursos orçamentários de 30 milhões de reais, possibilitando a elaboração de 170 planos municipais de desenvolvimento, a instalação de 240 conselhos municipais de desenvolvimento rural, a profissionalização de 22 mil agricultores e a capacitação de 5 mil técnicos e lideranças rurais.

Na área de defesa agropecuária foram desenvolvidas importantes ações, cabendo destacar o início da reestruturação desses serviços, de modo a adequá-los às necessidades e exigências dos mercados

interno e externo. A formulação, implementação e aplicação das medidas sanitárias e fitossanitárias relativas à defesa agropecuária, a inspeção de produtos de origem animal e vegetal, a fiscalização de insumos agropecuários, o suporte laboratorial a essas atividades e a celebração de acordos sanitários bilaterais são medidas indispensáveis para facilitar o fluxo de intercâmbio comercial. Ressalte-se ainda o reconhecimento internacional de dois estados — Rio Grande do Sul e Santa Catarina — como áreas livres da febre aftosa, o que viabiliza as suas exportações de carne bovina, a aprovação das exportações de carnes de aves e de ovos férteis de cinco estados (RS, SC, PR, SP e MS) para a União Européia, o estabelecimento de sistema de corte de carnes embalado direto ao consumidor nacional, visando disciplinar a comercialização de carnes no País, a exigência da comercialização de carnes de forma resfriada e embalada em nove estados, a implantação de sistema de análise de riscos para as empresas do setor pesqueiro e a implementação das normas da série ISO 9000 para o sistema de práticas laboratoriais.

O apoio às exportações de frutas e hortaliças, a continuidade do Programa de Recuperação da Lavoura Cacaueira Baiana, a implementação de projeto-piloto do Programa de Desenvolvimento dos Cerrados — PRODECER, nos Estados do Tocantins e do Maranhão, o aperfeiçoamento do Sistema Meteorológico Nacional, a definição de investimentos prioritários visando reduzir custos de transporte no âmbito dos Corredores Multimodais, bem como a modernização dos serviços de abastecimento e comercialização agrícola, constituem outras realizações importantes do Governo Federal na área da Agricultura.

O Programa de Reorientação Institucional do Ministério da Agricultura — PRIMA, iniciado em 1996, merecerá destaque entre as prioridades para 1997, visando restabelecer e fortalecer as funções

estratégicas do Governo Federal no apoio à modernização do setor rural e dos segmentos a ele conectados, de forma direta e indireta. Nesse Programa, o Fórum Nacional da Agricultura, já em funcionamento, terá papel importante, na medida em que Governo e lideranças do setor agropecuário e do *agribusiness* buscarão, em conjunto, discutir e analisar os efeitos dos instrumentos de política econômica que afetam de forma mais significativa as diferentes cadeias produtivas e propor soluções para seus principais problemas.

Objetivando modernizar a comercialização agrícola, o Contrato de Opções virá substituir os Empréstimos do Governo Federal com Opção de Venda ao Governo, tendo em vista as dificuldades operacionais e orçamentárias recorrentes que este instrumento vem trazendo. A criação de mecanismos de financiamento mais adequados à nova realidade em que se insere a agropecuária nacional, bem como a definição de uma política comercial que ressalte nossas vantagens competitivas sem, entretanto, deixar o setor agrícola exposto à concorrência desleal praticada no mercado internacional, são prioridades que também se impõem para 1997.

O que se busca, em síntese, para 1997, é dotar a política agrícola de um conjunto de instrumentos de apoio consistente, estável e voltado para o médio e longo prazos, de forma que os agentes econômicos da agropecuária e do *agribusiness* possam tomar decisões e iniciativas de forma mais planejada e com menores riscos.

INDÚSTRIA

O processo de inserção competitiva do Brasil na economia mundial tem sido um dos principais desafios enfrentados pela sociedade brasileira nos últimos anos. Tecnologias cada vez mais avançadas

das, indução de métodos de produção flexível e novas e mais eficientes formas de organização e gestão de empresas geraram um novo padrão econômico-tecnológico globalizado que altera significativamente as relações entre os países e entre as unidades econômicas de diferentes países. Vale dizer, há um rápido aprofundamento na interdependência de Nações e de unidades produtivas.

Se, por um lado, esta provoca a emergência de ineficiências técnicas acumuladas durante anos de isolamento do núcleo central da economia mundial, por outro, gera um cenário completamente novo de oportunidades, funcionando como elemento propulsor fundamental para o processo de desenvolvimento econômico sustentado. Orientar e regular esse processo de crescente complexidade, seja econômica, tecnológica ou social, passou a ser objetivo estratégico central dos Governos.

O sistema industrial brasileiro, construído com base no processo de substituição de importações, possui indiscutíveis potencialidades para participar desta nova fase da economia mundial e propiciar significativa e persistente elevação do padrão de vida da população. Para tal, faz-se necessária a superação de ineficiências econômicas, tecnológicas e institucionais derivadas: (i) do fechamento ao comércio exterior e ao investimento externo; (ii) de restrições ao livre funcionamento dos mercados; e (iii) de um arcabouço legal que se tem mostrado desatualizado e inadequado para fazer frente às crescentes necessidades da infra-estrutura econômica e social. Estes são pontos de estrangulamento que a ação governamental, voltada para as reformas institucionais, tem procurado superar de forma que, o mais rapidamente possível, se possam adaptar as condições produtivas do País a uma ordem econômica mundial caracterizada pelo permanente avanço tecnológico e pelo crescente grau de competição.

A política industrial brasileira, na presente década, tem-se caracterizado por uma nova estratégia, que visa integrar o País ao processo de globalização da atividade econômica.

A maior participação do comércio externo na produção industrial e no mercado interno, assim como o aumento do conteúdo tecnológico dos produtos exportados, é fundamental para a consolidação do novo modelo de desenvolvimento do País. Daí a necessidade de estimular as exportações e consolidar a política de liberalização das importações. Nesse sentido, merecem destaque: a elaboração de anteprojeto de uma lei única de comércio exterior, que consolida as normas hoje existentes; a reformulação no sistema de equalização de taxas de juros do PROEX, com a elevação do percentual de equalização; a flexibilização dos prazos de pagamento, a simplificação de procedimentos e a ampliação da lista de produtos contemplados pelo PROEX; o desenvolvimento de um novo modelo de financiamento ao comércio exterior, centrado no BNDES, destinado a aumentar o espectro de modalidades e linhas de financiamento, dotando o sistema de maior capilaridade e flexibilidade; e a reativação do seguro de crédito à exportação, consolidada no Decreto nº 22.459/96. Será posto em operação, este ano, o Módulo Importação do Siscomex, visando a simplificação do processamento administrativo das operações de importação.

É indispensável ainda que haja sintonia entre a abertura da economia e a política industrial, de tal forma que a maior exposição à concorrência de produtos importados não afete negativamente a produção interna dos segmentos potencialmente competitivos. A política de comércio exterior deverá, para tanto, assegurar a defesa contra as práticas desleais de comércio. Com esse fim, o Governo, através da Secretaria de Comércio Exterior, do Ministério da Indústria, do Comércio e do Turismo, tem promovido a adequação da

legislação nacional às regras da Organização Mundial de Comércio — OMC, mediante a instituição de novas instruções a serem observadas em petições de salvaguardas, de medidas compensatórias e de direitos *anti-dumping*; o treinamento de técnicos governamentais através de seminários no Brasil, com a presença de instrutores da Organização Mundial de Comércio e de especialistas da União Européia e dos Estados Unidos da América.

A consolidação do Mercosul representa a possibilidade de cooperação para aumentar os investimentos, acelerar o desenvolvimento tecnológico e ampliar as alianças estratégicas em geral. Nesse sentido, serão priorizadas a incorporação de novos membros ao Mercosul, a criação da Zona de Livre Comércio com a União Européia e as negociações para a formação do Mercado Hemisférico, assim como fortalecimento da Organização Mundial do Comércio, inclusive pela implementação dos acordos da Rodada Uruguai recentemente firmados.

As ações específicas do Governo de apoio ao desenvolvimento industrial podem ser assim agrupadas:

- identificação e promoção de oportunidades de investimento, mediante o levantamento e divulgação regular de informações sobre projetos de investimentos industriais no País. Para 1997 está prevista a consolidação desse Sistema de Oportunidades de Investimentos — SOI, em parceria com as secretarias estaduais de indústria e comércio e com a UNIDO, assim como a realização de estudos visando a criação da Agência Brasileira de Investimentos;
- apoio ao desenvolvimento de micro e pequenas empresas, com destaque para a elaboração da nova legislação que dispõe sobre o regime tributário simplificado — SIMPLES

e para a condução de negociações internacionais para ações comuns de apoio às micro, pequenas e médias empresas, em especial no âmbito do Mercosul, em cooperação com a Itália, o Japão e a Alemanha. A promoção de novas oportunidades de exportação, com o desenvolvimento das vocações regionais e o apoio às atividades dessas empresas, deve merecer atenção especial desta política;

- implementação final do Regime Automotivo Brasileiro. Concebido em 1995, ele obteve a adesão de 145 empresas montadoras de veículos e fabricantes de autopeças, com investimentos previstos de US\$ 18,8 bilhões, até o ano de 1999, e exportações estimadas para 1996 da ordem de US\$ 5,8 bilhões. Para 1997, o Governo, através do Ministério da Indústria, do Comércio e do Turismo, pretende implementar ações que complementem a política automotiva nas áreas de segurança, de certificação da qualidade e de fortalecimento do setor de autopeças;
- consolidação do Programa de Apoio ao Desenvolvimento do Setor de Papel e Celulose, pelo Ministério da Indústria, do Comércio e do Turismo, a partir da proposta do setor privado de realização de um programa de investimentos com valor previsto de 13,2 bilhões de reais para o período de 1995 a 2005. De sua concretização resultarão 50.000 novos empregos diretos, a elevação da qualidade e produtividade dos fatores de produção, a ampliação da base florestal em 1,5 milhão de hectares e a expansão das exportações para US\$ 5 bilhões;
- desenvolvimento de políticas setoriais em articulação com o setor privado nos segmentos de eletroeletrônicos, couro e calçados, brinquedos e nas indústrias têxtil e de confecções. Como forma de fomentar a reestruturação produtiva desses

-
- e outros setores, promoveu-se a desgravação tarifária de 3.089 itens de bens de capital sem fabricação no Mercosul;
- implementação do Programa Brasileiro do *Design* - PBD, que objetiva valorizar os produtos industriais do País e melhorar sua competitividade, mediante a incorporação de *design* específico. Foram lançados 6 programas estaduais: Maranhão, Ceará, Pernambuco, Bahia, São Paulo e Santa Catarina, estando previstos mais 3 programas em 1997: Rio Grande do Sul, Espírito Santo e Goiás. Acha-se em implantação o programa de desenvolvimento do *design* para o setor moveleiro, com 10 projetos estratégicos, e foi criado o Instituto do Design para Indústria Têxtil e de Confecções. Serão também alvo das ações do PBD em 1997 os setores eletroeletrônico, de brinquedos, cerâmico, de couros e calçados, de jóias e de mármores e granitos;
 - direcionamento do Programa do Artesanato Brasileiro — PAB para a caracterização conceitual do artesão, da atividade artesanal, da empresa artesanal e da classificação dos produtos e processos, equipamentos e matérias-primas do segmento, bem como para a modernização da legislação, mediante a regulamentação da profissão e o estabelecimento de instrumentos jurídico-previdenciário, trabalhista, tributário, fiscal e creditício;
 - realização de estudos no âmbito do Programa Brasileiro de Qualidade e Produtividade — PBQP, em parceria entre a Confederação Nacional da Indústria — CNI e a Secretaria de Política Industrial, do Ministério da Indústria, do Comércio e do Turismo, que objetivam diagnosticar a situação atual da qualidade da produção, da tecnologia, da gestão ambiental, do *design* e da participação no comércio exterior, de 26 setores industriais. Os projetos estratégicos definidos para os

anos de 1997 e 1998 contemplam ações voltadas para a melhoria da qualidade de vida, através do desenvolvimento de um sistema de avaliação e certificação de qualidade em serviços de saúde, da conscientização e educação do consumidor e da implementação de sistemas de gestão ambiental no País, baseados nas normas ISO 14.000. Contemplam também ações voltadas para a modernização da regulamentação técnica federal, com a consolidação de procedimentos quanto à elaboração, revisão, revogação e divulgação dos regulamentos técnicos emitidos pelo Governo Federal.

TURISMO

A Política Nacional de Turismo define como metas a serem alcançadas em 1999, o aumento do ingresso de turistas estrangeiros para 3,8 milhões, o acréscimo na entrada de divisas estrangeiras para US\$ 4 bilhões e o alcance do patamar mundial de 10,6 % da população economicamente ativa empregada no setor turístico nacional.

As ações desenvolvidas pelo Governo Federal, através da EMBRATUR, buscam consolidar as diretrizes e os programas da Política Nacional de Turismo, através dos seguintes principais programas:

- Programa de Ação para o Desenvolvimento do Turismo no Nordeste — PRODETUR, que visa aproveitar o potencial turístico da Região Nordeste, através de projetos de infra-estrutura em obras múltiplas nos setores de saneamento, transportes, meio ambiente, preservação do patrimônio histórico, além de desenvolvimento institucional e de melhoria de aeroportos. O benefício inicial com esgotamento sanitário

atingirá cerca de 430.000 habitantes e a instalação de sistema de água alcançará 92.000 habitantes. Serão implantados e/ou melhorados 295 km de rodovias, 5.922 ha de meio ambiente e realizadas obras de ampliação e modernização de 5 aeroportos;

- Programa Nacional de Municipalização do Turismo, que busca dotar os municípios brasileiros com potencial turístico de condições técnicas e organizacionais para promover o desenvolvimento dessa atividade de forma descentralizada. Obteve-se o engajamento de 757 municípios, treinando-se 1.037 monitores municipais, com o envolvimento direto de 151 diferentes entidades. Em 1997 o Programa buscará obter maior abrangência espacial, tendo por meta a adesão dos 1.570 municípios de potencial turístico cadastrados pela Embratur e difundir os modelos de conselho municipal de turismo, fundos e outros instrumentos de municipalização junto às administrações municipais. Pretende-se ainda incentivar os municípios brasileiros a adotarem as 'Brigadas de Qualidade';
- Programa Nacional de Ecoturismo, que desenvolveu a realização de 6 oficinas de capacitação em ecoturismo nos Estados de São Paulo, Piauí, Ceará, Espírito Santo e Goiás e no Distrito Federal, com a formação de 210 profissionais. Deu-se, ainda, a realização de uma oficina de nivelamento para a formação de 20 novos instrutores e uma oficina de *upgrade* com o aperfeiçoamento de 40 profissionais e adequação de metodologia de trabalho canadense à nossa realidade, com vistas a tornar sustentável a exploração dos atrativos naturais brasileiros, em padrões internacionais. Em 1997 buscar-se-á a disseminação das oficinas de capacitação em ecoturismo nos demais estados e a produção de material técnico opera-

cional para a orientação aos planejadores e empreendedores dessa modalidade (6 títulos com 10.000 exemplares cada). Prestou-se apoio à implantação de um Programa de Formação de Condutores do Parque Nacional da Serra da Capivara, no Piauí, área de pesquisa arqueológica e ambiental, e à implantação de um Programa de Desenvolvimento do Ecoturismo na Amazônia Legal — PROECOTUR, no valor de 200 milhões de reais, através de obras de infra-estrutura, criação de parques estaduais, destinando áreas para investimentos privados em hotéis e equipamentos de lazer, com a previsão de geração de 30 mil empregos diretos e 100 mil indiretos na região. O PROECOTUR tem previsão de iniciar-se no primeiro bimestre de 1997. Outros pólos de ecoturismo serão promovidos em 1997, tendo como núcleo básico as unidades de conservação, expandindo a ação do Programa Nacional de Municipalização do Turismo, assim com serão estabelecidos padrões e critérios de qualidade para a implantação de empreendimentos hoteleiros específicos para o ecoturismo — matriz de classificação de *lodges*;

- Programa de Formação Profissional no Setor Turístico, que está investindo 11 milhões de reais na formação de 31.000 trabalhadores do setor turístico, nos diversos estados brasileiros. Em 1997 mais 16 milhões de reais serão destinados a este Programa. Foram aprovados 160 cursos para a formação de Guias de Turismo, destinados a capacitar um total de 7.000 profissionais para atuar no setor turístico nacional e internacional;
- Plano Anual de Publicidade e Promoção, que desenvolveu, no mercado interno, campanhas publicitárias promocionais e para a conscientização da importância da indústria do turismo, além de divulgar o turismo segmentado para o

mercado externo. Realizou-se campanha publicitária promocional, cujo propósito maior foi mudar a imagem do País no exterior, principalmente no que tange ao aspecto segurança, tendo sido aplicados recursos da ordem de 6 milhões de reais nessas ações. Destaque-se ainda a campanha institucional de combate à exploração do turismo sexual infantil. Para 1997 são previstas duas campanhas de *marketing* para incentivar o turismo brasileiro, sendo uma no mercado internacional, sob o título '*Everything is Amazing in Brazil — If you come, you'll stay*', e outra, após o carnaval, destinada a incentivar o turismo doméstico, aproveitando-se os descontos da baixa estação, cujo tema será: 'Viva o seu País — É o seu Brasil Brasileiro — Consulte seu Agente de Viagem'.

No âmbito normativo, foram modificados os critérios para classificação da rede hoteleira nacional que passa a valorizar o atendimento ao turista, a qualidade dos serviços e os equipamentos disponíveis, antes de considerar a infra-estrutura existente nos meios de hospedagem. A avaliação opcional dos hotéis será feita agora pelos institutos de certificação credenciados pelo Inmetro. Estão sendo dilatados os prazos de financiamento de pacotes turísticos no País de 3 para até 24 meses, estando em estudos a redução das taxas de juros de 8 para 3 %, via cartão de crédito, de forma a conferir tratamento equânime ao turismo interno em relação ao turismo emissivo internacional.

Com relação às atividades de fomento, o Fundo Geral de Turismo — FUNGETUR financiou diversos empreendimentos, com cerca de 54 milhões de reais, propiciando a melhoria da infra-estrutura receptiva do turismo nacional. Para o ano de 1997, prevê-se recursos da ordem de 40 milhões de reais para financiar o micro e o pequeno empresário de turismo com empréstimos de valor-teto de 20 mil reais.

O BNDES destinará recursos de um bilhão de reais à melhoria de equipamentos turísticos, através do Programa Nacional de Financiamento ao Turismo. Mediante facilitação e redução de impostos federais, estão sendo realizados investimentos privados de 1,7 bilhão de reais em diversos projetos de parques temáticos, os quais devem estar concluídos e funcionando ao final de 1998.

Além da continuidade do apoio à candidatura da cidade do Rio de Janeiro às Olimpíadas de 2004, novos projetos e ações serão desenvolvidos em 1997, destacando-se: (i) a realização do II Diagnóstico Econômico do Turismo do Brasil, em conjunto com o World Travel and Tourism Council e a Wharton Economic Forecasting Association, com lançamento em maio de 1997; (ii) a produção do CD-ROM — ‘Locations Brazil’, divulgando locais adequados para a realização de audiovisuais; (iii) a parceria com as companhias aéreas nacionais para viabilizar maior número de tarifas promocionais de estímulo ao turismo interno, a ser lançado após o Carnaval de 97; e (iv) o desenvolvimento do projeto “Tourist Special Card”, a partir de fevereiro, em parceria com a Infraero e a Polícia Federal, que prevê a distribuição ao turista estrangeiro de um cartão de boas-vindas com instruções diversas para melhor aproveitamento de sua estada em nosso País, juntamente com ‘um voto de qualidade’ a ser conferido a um prestador de serviços turísticos, concorrendo, ainda, a prêmios de viagens pelo Brasil.

RECURSOS HÍDRICOS E IRRIGAÇÃO

Recursos Hídricos

As ações do Governo Federal na área de recursos hídricos estiveram voltadas para a sua conservação, onde sua disponibilidade

se encontra ameaçada pela falta de proteção ambiental, e para o aumento de sua oferta às populações que enfrentam aguda escassez de água e em regiões cujo desenvolvimento encontra, nesse recurso, sério fator limitativo ao desenvolvimento socioeconômico.

Cabe destacar o início de preparação do Programa de Conservação e Revitalização dos Recursos Hídricos e a elaboração de Planos Diretores de Usos Múltiplos dos Recursos Hídricos de sub-bacias dos rios Paracatu, Verde Grande e São Francisco, bem como negociações com organismos internacionais visando elaborar projeto para o gerenciamento integrado da bacia do Alto Paraguai.

O suprimento de recursos hídricos foi ampliado com o aumento da capacidade de acumulação de água em 109 milhões de m³, na região do São Francisco, e em 760 milhões de m³ nos Estados de Minas Gerais, do Piauí, do Ceará e do Rio Grande do Norte, com a construção de açudes e barragens. Também merecem destaque a construção de 24 km de adutoras e de 18 sistemas de abastecimento d'água, a perfuração de 616 poços tubulares e de 580 poços do tipo amazonas e a implantação direta e induzida de 48 unidades de dessalinização de água de poços profundos, atendendo populações carentes desses benefícios.

As negociações para o financiamento do Programa de Desenvolvimento de Recursos Hídricos para o Semi-Árido Brasileiro — PROÁGUA, foram iniciadas com o Banco Mundial e o Fundo Internacional de Cooperação Financeira — OECF. O objetivo é consolidar o Sistema Nacional de Gerenciamento de Recursos Hídricos e atender as necessidades de água de boa qualidade, fator restritivo ao desenvolvimento socioeconômico daquela Região.

Outro marco importante foi a aprovação pelo Congresso Nacional da lei que institui a Política Nacional de Recursos Hídricos — PNRH, cria o Sistema Nacional de Gerenciamento de Recursos Hídricos — SNGRH e regulamenta o inciso XIX do artigo 21 da Constituição Federal. A lei vem atender a uma das aspirações da sociedade brasileira, que há muito espera por um diploma legal que estabeleça a organização administrativa para o setor de recursos hídricos. A lei estabelece um novo paradigma no campo da gestão dos recursos hídricos, quando configura a chamada unicidade do exercício do mecanismo de outorga de direito de uso da água — usualmente denominado “unicidade de outorga”, altamente necessária à estruturação do setor.

Para 1997, espera-se a sua regulamentação e imediata implementação, colocando-se em operação o sistema de outorga de direito de uso de corpos d’água de domínio da União, a elaboração do PNRH, a implantação da cobrança pelo uso da água, a estruturação do sistema de informações sobre recursos hídricos, além da instalação de número expressivo de comitês de bacias hidrográficas, dentre os quais o Comitê de Integração da Bacia Hidrográfica do Rio Paraíba do Sul — fornecedora de 80 % da água consumida na cidade do Rio de Janeiro — e os Comitês de Bacias dos Rio Uruguai (SC/RS), do Rio Quaraí (RS/Uruguai), do Rio Doce (ES/MG), do Rio São Francisco (MG, BA, PE, AL, SE), do Rio Piranhas-Açu (PB/RN) e do Alto Paraguai (MT/MS), áreas com sérios problemas de gerenciamento de recursos hídricos.

Outras realizações importantes que se espera desenvolver em 1997 estão relacionadas à consolidação do PROÁGUA, a intensificação do Movimento de Cidadania pelas Águas, mediante seminários e inauguração de centros de referência em dez estados, bem como a

implantação de 800 dessalinizadores de água, em parceria com as Fundações Banco do Brasil e Nacional de Saúde.

Irrigação

Por ação direta do Governo Federal, foram incorporados ao processo produtivo, no Semi-Árido Nordestino, cerca de 12.500 hectares irrigados. Nessa mesma região, proporcionou-se a operacionalização de aproximadamente 3 mil hectares de irrigação comunitária e a recuperação de 200 hectares de solos salinizados.

O apoio à irrigação privada traduziu-se na implantação de infra-estrutura de uso coletivo de drenagem, de oferta d'água e de linhas de transmissão de energia elétrica, criando condições para produção agrícola irrigada em 117 mil hectares, beneficiando aproximadamente 1.300 propriedades rurais.

As realizações nessa área podem ser consideradas modestas, em termos quantitativos, quando se leva em conta a importância e as perspectivas da produção agrícola irrigada, sobretudo no Semi-Árido. Por essa razão, o Governo Federal, a partir de trabalho conjunto realizado por vários ministérios, definiu o Novo Modelo de Irrigação, que constitui resposta ao quadro atual, em que prevalecem projetos dependentes do Governo e dissociados da lógica do mercado. Abandona-se, assim, a tradicional postura paternalista em relação ao setor e volta-se para a promoção e o apoio à produção irrigada privada, com o objetivo de ampliar sua participação no total da produção agrícola, visando aos mercados interno e externo.

Com esse objetivo, o Governo Federal focalizará sua atuação na: (i) pesquisa e desenvolvimento tecnológico em agricultura irriga-

da sustentável; (ii) defesa sanitária; (iii) formação e capacitação de recursos humanos; (iv) assistência técnica; (v) obtenção e divulgação de dados e informações sobre oportunidades e potencialidades da produção irrigada; (vi) geração e disseminação de informações técnicas e de mercado; e (vii) instituição de linhas de crédito adequadas à agricultura irrigada.

Contando com o apoio governamental nessas áreas, caberá à iniciativa privada mobilizar os investimentos nas áreas a irrigar. Eventualmente poderão ser realizados investimentos públicos federais, estaduais e municipais em obras de uso coletivo como captação de água, redes de transmissão de energia elétrica e transporte, sempre que esses investimentos estiverem identificados como indispensáveis à alavancagem de projetos de irrigação de natureza privada.

Em relação aos projetos públicos de irrigação já implantados ou em implantação, o Governo Federal realizará inventário e diagnóstico da situação atual, com a finalidade de emancipá-los definitivamente. Os projetos elaborados ou em formulação serão discutidos com a iniciativa privada, para avaliar sua viabilidade técnica e econômica, e com os Governos dos estados e municípios onde se localizam, para buscar parceria nos investimentos em obras de uso coletivo e em ações públicas de suporte e de infra-estrutura social indispensáveis à mobilização de capitais privados na produção irrigada.

Em 1997 e 1998 espera-se incorporar cerca de 130 mil hectares ao processo produtivo, com a conclusão dos projetos já iniciados. A partir de então, as metas para a irrigação passam a subordinar-se à lógica dos mercados interno e externo, à capacidade de atuação privada — responsável pela execução e operação de projetos de agricultura irrigada — e ao apoio das três esferas de Governo.

As prioridades básicas do Governo Federal para 1997 são: consolidar o processo de emancipação dos perímetros públicos implantados e em implantação, definir os componentes de apoio governamental à irrigação e respectivas responsabilidades e buscar adequação dos mecanismos de financiamento interno e o apoio de financiamentos externos para operacionalizar essas ações, em conformidade com o Novo Modelo de Irrigação.

MINERAÇÃO

A despeito do seu grande potencial mineral, o desempenho da indústria de mineração brasileira ainda se mantém, apesar de grandes progressos havidos, muito aquém de suas reais potencialidades, fato que se devia à estagnação da produção, por fatores conjunturais de mercado, e à acentuada queda de investimentos registrada nos últimos anos. A média anual de investimentos em exploração mineral, da ordem de US\$ 160 milhões na década de 80, caiu, entre 1990 e 1994, para cerca de US\$ 50 milhões.

Por Emenda Constitucional, foram eliminados esses óbices à participação do capital estrangeiro e, pela via ordinária, modificou-se a legislação tributária relativa ao imposto de renda das pessoas jurídicas, o que conferiu maior atratividade aos investimentos no setor.

As metas para a indústria, previstas no Plano Plurianual para o Desenvolvimento do Setor Mineral Brasileiro, no horizonte até 2010, implicam necessidade de investimentos da ordem de 4 bilhões de reais, em prospecção e pesquisa mineral, e de 31 bilhões de reais, para a expansão da produção nacional, o que asseguraria a elevação

de nossa produção mineral, exceto petróleo, dos atuais 7 bilhões de reais anuais, para algo em torno de 18 bilhões de reais por ano.

Para serem alcançados os objetivos preconizados, a política brasileira para o setor mineral vem contemplando e atribuindo prioridade à modernização e ao redimensionamento de seus órgãos setoriais, com o fortalecimento do Departamento Nacional da Produção Mineral — DNPM, órgão gestor dos recursos minerais no País, e a consolidação da Companhia de Pesquisa de Recursos Minerais — CPRM como Serviço Geológico do Brasil.

Está em curso um amplo processo de simplificação do marco legal, com revisão da legislação mineral, a partir da introdução de alterações no atual Código de Mineração, visando ao seu aperfeiçoamento e a um novo arcabouço legal para o setor. As políticas de promoção da indústria mineral conferem ênfase aos aspectos de produtividade, competitividade, integração ao desenvolvimento regional e redução do impacto ambiental, alcançando aspectos relacionados à tributação, comércio exterior, tecnologia, recursos humanos, pequena mineração e garimpagem, entre outros.

Com vistas à ampliação do conhecimento do subsolo brasileiro, foram retomados os trabalhos de levantamentos geológicos básicos (de uso múltiplo) e estudos específicos enfatizando distritos mineiros prioritários, com enfoques distintos entre a região amazônica e o restante do território nacional.

Dentro da diretriz de simplificação de procedimentos e redução de custos, cabe destacar:

- a edição da Lei nº 9.314/96, que promoveu importantes alterações no Decreto-Lei nº 227/67 (Código de Mineração),

-
- facilitando o acesso e o investimento nas áreas de pesquisa e produção mineral, através de medidas de desburocratização e o fortalecimento do DNPM, com instrumentos eficazes para inibir a especulação;
- a promulgação da Lei Complementar nº 87/96, que dispõe sobre o imposto sobre operações relativas à circulação de mercadorias e sobre prestações de serviços de transporte interestadual e intermunicipal e de comunicação, reduzindo substancialmente a carga tributária das exportações de bens minerais primários e semi-elaborados, conferindo maior competitividade para esses produtos, o que deverá induzir o aumento de produção para venda no mercado externo.

A política mineral de reabertura ao capital estrangeiro e de reestruturação dos órgãos e instrumentos para o desenvolvimento do setor já demonstra seus efeitos, com a retomada do crescimento da produção. É bastante mencionar que os investimentos em prospecção e pesquisa mineral no País, que em 1995 haviam atingido 73 milhões de reais, em contraposição ao nível mínimo de R\$ 45 milhões registrado em 1991 e à média de R\$ 50 milhões verificada nos últimos 5 anos, superaram 100 milhões de reais e deverão atingir os 250 milhões de reais a partir de 1998.

Como políticas setoriais específicas, foram criados, em conjunto com a iniciativa privada, o Programa Brasileiro para Desenvolvimento do Setor de Gemas e Metais Preciosos e o Programa Brasileiro para o Desenvolvimento do Setor de Rochas Ornamentais. O objetivo é aumentar a contribuição desses dois setores na geração de empregos, de renda e de divisas de exportação.

No âmbito do Mercosul, o Ministério de Minas e Energia, através da Secretaria de Minas e Metalurgia e de seus órgãos e

entidades vinculadas, vem conferindo forte ênfase ao desenvolvimento de estudos e projetos que facilitem o intercâmbio de bens minerais e conhecimento científico e tecnológico entre os Estados-Partes, de forma a aproveitar as complementaridades existentes em seus setores minerais e fortalecer as operações comerciais desse bloco com o resto do mundo.

Estão em fase avançada de execução o estudo comparativo da legislação mineral dos Estados-Partes, o Sumário Mineral do Mercosul, além do estudo das medidas não-tarifárias que inibem ou restringem o comércio intrazonal de bens minerais. Foi também concluído o cadastro de instituições de geologia e mineração dos países envolvidos.

Os sistemas de outorga, controle e fiscalização de concessões minerárias estão sendo informatizados e as suas rotinas racionalizadas e simplificadas, permitindo o desenvolvimento de ações descentralizadas, com maior eficiência. O passivo burocrático, que historicamente tem favorecido a ação de especuladores e de outros agentes estranhos à atividade minerária, vem sendo atacado. Por intermédio da regulamentação e aplicação de dispositivos legais em vigor, foram instaurados 5.225 processos de caducidade de títulos minerários de pessoas físicas e jurídicas que estavam inadimplentes com suas obrigações de concessionários, mantendo em seu poder vastas reservas de território, sem contudo desenvolver trabalhos de pesquisa ou produção, retardando o desenvolvimento dos recursos disponíveis e entulhando os arquivos e sistemas de controle do DNPM. Tais processos já resultaram no cancelamento de 580 alvarás de pesquisa.

Ao lado dessa importante ação moralizadora, merece destaque a publicação de cerca de 6.000 alvarás de pesquisa, superando em 85 % a média verificada no período 1986 — 1994 (3.237 alvarás por ano).

Visando enfrentar as questões estratégicas que se impõem no cenário de retomada do desenvolvimento mineral e de mudanças estruturais na ação de Governo Federal, o DNPM vem estimulando a formação de parcerias com Governos estaduais para o fomento e a fiscalização das atividades minerárias. Ademais, vem implementando programas especiais voltados para a pequena mineração, objetivando a minimização de seus impactos ambientais negativos, com ênfase no problema da contaminação por mercúrio decorrente do garimpo desorganizado e a legalização das atividades informais, predominante tanto no garimpo de gemas e ouro quanto no meio urbano, na extração de materiais de emprego na construção.

A CPRM, transformada em empresa pública e responsável pelo Serviço Geológico do Brasil, vem redirecionando suas atividades no sentido de concentrar-se no levantamento de recursos minerais e hídricos e do potencial de recursos naturais.

Esses levantamentos geológicos básicos vêm sendo desenvolvidos em todo o País, com ênfase na região amazônica, área de grande potencial mineral, mediante o Projeto Especial Província Mineral do Tapajós, que beneficiará uma comunidade de mais de 90.000 garimpeiros e uma dezena de empresas de mineração, com informações básicas sobre os depósitos minerais, especialmente ouro, em área com cerca de 100.000 km². São importantes ainda os projetos Leste de Minas Gerais, com cerca de 75.000 km², realizado em convênio com o Governo de Minas Gerais, e Sudoeste de Goiás, em convênio com o Governo de Goiás, abrangendo grandes extensões territoriais, com poucas informações sobre recursos minerais e hídricos, necessários a novos investimentos.

De grande interesse nacional têm sido os projetos do Programa GATE-Gestão e Administração Territorial, executados com secreta-

rias estaduais e prefeituras e que dão um tratamento multidisciplinar aos problemas, incluindo-se questões ambientais. As ações desenvolvidas nesses projetos beneficiaram cidades nos Estados de Rondônia, Ceará, Pernambuco, Minas Gerais, São Paulo, Paraná, Santa Catarina, Rio Grande do Sul e Goiás, bem como o Projeto de Integração Mineral em Municípios da Amazônia — PRIMAZ, alcançando cidades do sul do Pará e dos Estados do Amapá e de Rondônia, estando prevista para 1997 a sua extensão à toda região amazônica.

A Companhia Vale do Rio Doce — CVRD obteve uma produção de 97 milhões de toneladas de minério de ferro e vendas globais desse minério e de pelotas ao redor de 103 milhões de toneladas, gerando receita de 1,8 bilhão de reais. Em 1997 a CVRD deverá vender o equivalente ao recorde alcançado para esses produtos no exercício de 1995 (106 milhões de toneladas), fazendo com que a receita esperada, de 1,9 bilhão de reais, corresponda a um crescimento de 6 % no período 1996/1997. Além disso, ao produzir cerca de 18 mil kg de ouro (10,5 % a mais que no ano anterior), consolidou-se como a maior produtora do metal da América Latina.

Simultaneamente ao seu processo de privatização, que visa ampliar as sinergias de suas operações e de valorizar ainda mais os seus ativos, a CVRD experimentou, nesses dois anos de Governo, grande impulso na sua extensa e diversificada cadeia de operações e negócios, no País e no exterior, sendo de destacar as seguintes realizações:

- início de operação da Pará Pigmentos S. A., em Ipixuna (PA), com investimentos de 185 milhões de reais, em associação com capitais nacionais e estrangeiros, tendo capacidade para produzir, em sua primeira etapa, 600 mil toneladas de caulim

por ano, material de revestimento utilizado na indústria de papel;

- continuidade à implantação de Usina de Pelotização de Minério de Ferro, no Complexo de Tubarão, em Vitória (ES), com capacidade para produzir 4 milhões de toneladas de pelotas por ano, em associação com a empresa coreana Pohang Iron and Steel — Posco, representando investimento global estimado de 215 milhões de reais, com início previsto para meados de 1998;
- realização, no Sistema Sul, de investimentos de 110 milhões de reais, para abertura da mina de Brucutu, em Itabira (MG) (com produção, a partir de janeiro de 1998, de 5 milhões de t de minério de ferro por ano, visando atender ao aumento de demanda ocasionado pela Kobrasco), bem como ampliação do transporte ferroviário do eixo Goiás-Minas Gerais-Espírito Santo, com a construção da 2^a etapa da Variante Costa Lacerda-Capitão Eduardo;
- construção do sistema de correias, na mina de Carajás, para o transporte de minério não-beneficiado (ROM) até a usina de beneficiamento, com investimentos de 29 milhões de reais;
- prosseguimento, através de consórcio com empresas nacionais, públicas e privadas, da construção da Usina Hidrelétrica de Igaraçá, localizada na divisa dos Estados de Minas Gerais e de São Paulo, com capacidade de geração de 210 MW e investimentos globais previstos de 246 milhões de reais. A energia gerada, a partir de 1998, deverá abastecer as instalações industriais das empresas do consórcio;
- arrendamento por trinta anos da malha ferroviária da região Centro-Leste da Rede Ferroviária Federal, liderando um consórcio de empresas nacionais e estrangeiras, participantes

do processo de privatização do trecho, através da empresa Ferrovia Centro-Atlântica: são 7.080 km de ferrovia com capacidade de transporte de 15.600.000 t por ano, de grande importância para a CVRD, devido à interligação que promove com a Estrada de Ferro Vitória a Minas;

- assinatura de acordo com a Mineração Morro Velho para implantação, no Estado do Pará, do projeto Cobre-Salobo, com investimentos globais na ordem de 1,5 bilhão de reais e produção anual prevista de 200 mil toneladas de cobre, 8 toneladas de ouro e 36 toneladas de prata;
- início de lavra, a céu aberto, de duas minas de ouro: Caeté (MG) e Palmas (TO). A primeira começou a operar em junho, com produção anual de 760 kg e investimentos realizados da ordem de 15 milhões de reais. A segunda teve sua produção iniciada em janeiro, com capacidade anual de 900 kg e investimentos de 20 milhões de reais. Prevê-se, numa segunda etapa, em mina subterrânea, a produção adicional de 3.100 kg por ano, a partir de outubro de 1997, com um investimento complementar de 50 milhões de reais;
- término da ampliação de 400 mil para 500 mil toneladas por ano da capacidade de produção de cloreto de potássio na Unidade Operacional Taquari-Vassouras, a 45 km de Aracaju (SE), com investimentos totais de 12 milhões de reais.

São previstas para 1997 as seguintes realizações e projetos:

- colocação em operação, no final de 1997, no Complexo de Tubarão, em Vitória (ES), de terminal portuário especializado para atender a demanda e manuseio de cereais, fertilizantes, granéis líquidos e cargas gerais (produtos siderúrgicos, celulose, madeira e outros), na região de influência da Estra-

da de Ferro Vitória a Minas e da Rede Ferroviária Federal, com capacidade anual para 4,5 milhões de toneladas. O investimento total estimado é de 62 milhões de reais;

- finalização de providências necessárias à construção do segmento ferroviário entre Unai e Pirapora, em Minas Gerais, em associação com capitais privados. O trecho (que está inserido na malha Centro-Leste, arrendada pelo consórcio do qual a empresa faz parte), tem 250 km de extensão, investimento total previsto de 250 milhões de reais e completará o corredor de exportação de grãos do Centro-Oeste para o Porto de Tubarão (ES);
- ampliação, no Terminal de Ponta da Madeira, em São Luís (MA), do pátio de estocagem e embarque e duplicação da linha de embarque de minério, com investimentos previstos de 31 milhões de reais e início das operações no 1º trimestre de 1998;
- prosseguimento dos trabalhos de pesquisa de ouro no projeto Serra Leste, com conclusão prevista para abril de 1997, objetivando o detalhamento geológico dos corpos mineralizados e de levantamento de parâmetros geomecânicos do maciço onde se instalará a mina. Com isso, será possível ter dados mais precisos sobre as reservas de ouro, inicialmente estimadas em 150 toneladas.

IX. JUSTIÇA, SEGURANÇA E CIDADANIA

As ações do Governo Federal com vistas ao resgate da dignidade da cidadania brasileira têm-se desdobrado em três grandes vertentes: defesa da cidadania, defesa dos direitos e segurança pública.

A recuperação da credibilidade junto à opinião pública nacional e internacional, no tocante aos direitos humanos, está sendo obtida com a implementação do Programa Nacional dos Direitos Humanos — PNDH, instituído pelo Decreto nº 1.904/96. O PNDH está sendo desenvolvido em conjunto com organizações não-governamentais numa ação diversificada que vai desde projetos como Educação para a Cidadania e os Direitos Humanos nas Academias de Polícia até a criação de Centros de Atendimento ao Cidadão, passando por projetos de estabelecimento de Políticas de Defesa dos Direitos Humanos.

Em cumprimento à Lei nº 9.140/95, a União iniciou o pagamento das indenizações a famílias de desaparecidos políticos, no total de 15 milhões de reais, havendo previsão de desembolso adicional de 29 milhões de reais em 1997.

Foi encaminhado ao Congresso Nacional projeto de lei que define mecanismos para implementação do Estatuto dos Refugiados — Convenção de Genebra. Deverá igualmente ser criado por lei o Comitê Nacional para Refugiados, com a finalidade de analisar os

pedidos de refúgio, acompanhamento e assistência aos refugiados no País, assim com examinar os tratados de extradição.

A Política Indigenista foi aprimorada com a edição do Decreto nº 1.775/96, que dotou os procedimentos de demarcação de área indígena de maior segurança jurídica e salvou, de anulação, a reserva Yanomami, já demarcada. Foram ainda identificadas ou delimitadas 27 terras indígenas; elaboradas portarias declaratórias de demarcação de 23 outras, num total de 9,9 milhões de ha; homologadas 9, com 3,3 milhões de ha; e propiciada a expulsão de madeireiros, garimpeiros e outros tipos de invasores em 29, com 25,5 milhões de ha, localizadas em 11 estados. Encontram-se em fase final de demarcação 10 terras indígenas com 1,0 milhão de hectares.

Em 1997 deverão ser promovidos a identificação e reestudo de 50 terras indígenas, a demarcação de 37 e a regularização fundiária de 47, bem como a implantação de um sistema permanente de vigilância e fiscalização. Serão implementados projetos de etnodesenvolvimento, visando a produção de alimentos para subsistência dos grupos indígenas e a produção de excedentes para comercialização.

Foi implantada a Política Nacional de Promoção e Defesa dos Direitos da Criança e Adolescente nos 27 estados, além de formalizada a cooperação técnico-financeira com o Movimento Nacional de Meninos e Meninas de Rua, visando o desenvolvimento de recursos humanos para a formação de multiplicadores e de conselheiros-tutelares. Destaque-se ainda a realização da Assembléia Ampliada sobre a Violência Sexual Contra Criança e Adolescente e da Assembléia Ampliada sobre o Trabalho Infanto-Juvenil, ambas visando envolver os diversos segmentos sociais na discussão e na definição de uma linha de ação nacional de combate à violência sexual contra crianças e adolescentes e ao trabalho infanto-juvenil.

No esforço de assegurar o cumprimento dos direitos da criança e do adolescente, está previsto estender a todos os estados a rede do Sistema de Informação para a Infância e a Adolescência — SPIA, destinado a coleta e análise de dados obtidos, nos Conselhos Tutelares, sobre a violação dos direitos da criança e do adolescente.

No tocante à assistência à mulher, com vistas a consolidar a implantação dos compromissos da Plataforma de Ação de Pequim, nos estados e municípios, foram assinados protocolos com Governos estaduais e prefeituras municipais, para a implantação de políticas públicas de promoção da igualdade de gênero. Tendo em vista os altos índices de violência doméstica e sexual contra mulheres, será implementado em 1997 o Programa Nacional de Prevenção e Combate à Violência Doméstica e Sexual, que inclui ações como: fortalecimento das Delegacias Especiais de Atendimento à Mulher, criação de programas de atendimento jurídico para mulheres em situação de violência e criação de varas especializadas para o atendimento de vítimas da violência doméstica e sexual.

A Política Nacional para Integração da Pessoa Portadora de Deficiência visou viabilizar a efetivação dos direitos constitucionalmente assegurados. Foram desenvolvidas ações de atenção à pessoa portadora de deficiência, tais como a remoção de barreiras arquitetônicas, qualificação profissional e reabilitação para atividades produtivas de 437 mil portadores de deficiência, com investimento de 2,1 milhões de reais. Terão continuidade as ações de geração de emprego e renda e capacitação técnico-gerencial das organizações não-governamentais, voltadas para a qualificação profissional, assim como será implementado sistema de informações na área de atenção às pessoas portadoras de deficiência, com implantação de 5 postos regionais.

Em consonância com a política de valorização da população negra, foi sancionada a Lei nº 9.315/96, inscrevendo o nome de Zumbi dos Palmares no *Livro dos Heróis da Pátria* e realizado o Seminário Internacional “Multiculturalismo e Racismo: o Papel da Ação Afirmativa nos Estados Democráticos Contemporâneos”.

Os documentos oficiais foram objeto de tratamento técnico em mais de 18.000 itens cartográficos, iconográficos e filmográficos, assim como foram restauradas cerca de 19.000 folhas de documentos. Foi desenvolvido aplicativo computacional no sentido de tornar disponíveis os jornais oficiais na Internet, a partir de 1997. Estima-se em 1997 atender a 7.500 usuários, recolher cerca de 5.000 documentos de órgãos extintos, atualizar dados cadastrais de 112 arquivos de órgãos públicos federais, dar tratamento a 19.800 documentos cartográficos, iconográficos e filmográficos; restaurar 20.900 folhas de documentos, interligar à Internet, tornando disponíveis para consulta *on line*, mais de 600 fundos documentais, e implementar o Sistema de Assinatura Eletrônica dos Jornais Oficiais.

A publicação do *Cadastro de Cartórios do Brasil*, com dados atualizados de 1996, constituirá importante instrumento de consulta para órgãos governamentais (federais, estaduais e municipais), bem como para a sociedade civil, possibilitando a democratização de informações com a divulgação dos dados de todos os órgãos de registro de atos públicos do País.

Foi instalada a Comissão Nacional Permanente de Defesa do Consumidor e criado o Registro Nacional das Associações Civis de Entidades Privadas de Defesa do Consumidor, com o objetivo de adotar medidas contra os aumentos injustificáveis de preços. No mesmo sentido, foi implementado o Programa Nacional de Municipalização da Defesa do Consumidor, com incentivo à criação de

PROCONs nos municípios, visando a consolidação do Sistema Nacional de Defesa do Consumidor. Em 1997 está prevista a harmonização do Cadastro Nacional de Reclamações Fundamentadas, a criação do banco de dados do Sistema Nacional de Defesa do Consumidor, implantação do Programa de Modernização das Ações de Fiscalização dos Órgãos Federais nas Relações de Consumo e do Programa Nacional de Criação de Procons Municipais e de Entidades Civis de Proteção e Defesa do Consumidor.

O Conselho Administrativo de Defesa Econômica — CADE, na defesa da concorrência, está consolidando o seu papel, em face das profundas transformações na atuação do Estado na esfera econômica, transitando de um modelo intervencionista para um modelo mais regulador, num ambiente de intensa reestruturação industrial e desregulamentação econômica. O CADE teve participação efetiva nos processos de fusões, aquisições e *joint-ventures* de empresas, bem como julgando atos de concentração ou de práticas consideradas anticompetitivas, que prejudicam a livre-concorrência.

No que respeita à Segurança Pública, merece destaque o Projeto PRÓ-AMAZÔNIA, cujo objetivo é ampliar e garantir a presença da Polícia Federal na Amazônia Legal, exercendo o controle das fronteiras, prevenindo e reprimindo o narcotráfico, o contrabando e demais crimes contra os bens, serviços e interesses da União. Para as demais áreas do território está em elaboração o Projeto de Ampliação e Modernização das Unidades Operacionais e do Segmento Técnico e Científico da Polícia Federal — PROMOTEC.

Com o objetivo de modernizar o Sistema Nacional de Imigração, foi criado, por meio do Decreto nº 1.983/96, o Programa de Modernização, Agilização e Aprimoramento da Segurança da Fiscalização do Tráfego Internacional e do Passaporte Brasileiro — PROMASP,

compreendendo a criação de novos modelos de passaportes e da cédula de identidade de estrangeiros e a implantação da leitura mecânica desses documentos na fiscalização do tráfego internacional. Em 1996, por meio do PROMASP, foram recadastrados 250.000 estrangeiros permanentes. Para 1997, a meta é recadastrar 750.000 estrangeiros permanentes, temporários, asilados, refugiados e fronteiriços.

Para dar cumprimento ao Decreto nº 2.036/96, prosseguiram as ações de controle e fiscalização de produtos destinados à elaboração de cocaína e outros entorpecentes, com o cadastramento de 3.400 novas empresas, totalizando 16.400 estabelecimentos cadastrados, inibindo o desvio de produtos químicos irregulares para regiões fronteiriças e desativando laboratórios clandestinos.

Com o Programa Nacional Antidrogas — PANAD, pretende-se desenvolver Campanha Nacional de Prevenção às Drogas, por intermédio dos meios de comunicação, para servir de alerta à sociedade sobre os danos causados por elas. O PANAD deverá ainda concentrar sua atuação no Programa de Proteção de Testemunhas, Programa de Adesão das Empresas de Transportes e Controle de Operações Financeiras Suspeitas.

Os cuidados com a segurança pública levaram o Governo Federal a encaminhar ao Congresso Nacional os projetos de lei sobre Lavagem de Dinheiro, para combater o crime organizado, e sobre o Sistema Nacional de Controle de Armas, com o objetivo de limitar o porte de armas e controlar a sua entrada no Brasil. Outra medida proposta foi o Projeto de Integração das Bases de Dados Criminais. No seu âmbito, está sendo desenvolvido o projeto-piloto do Programa Nacional de Integração das Informações de Segurança Pública, que já resultou, inicialmente, na interligação dos Estados de São Paulo e

Rio Grande do Sul ao Ministério da Justiça e à Polícia Federal. Em 1997, o Programa será estendido aos demais estados, ao tempo em que será elaborada a proposta de regulamentação para a lei que deverá instituir o Registro Civil Único.

A realização da Conferência dos Ministros da Justiça do Mercosul criou um novo marco no relacionamento entre os países-membros. No evento foi assinado o Acordo entre o Brasil, Argentina, Paraguai e Uruguai sobre Segurança nas Áreas Comuns de Fronteira — a Declaração de Santa Maria —, pelo qual os signatários comprometeram-se a intensificar os mecanismos de cooperação policial na área de fronteira. Foi assinado também o Protocolo de Santa Maria sobre Jurisdição Internacional em Matéria de Relações de Consumo e o Acordo adicional ao Protocolo sobre a segurança na tríplice fronteira: Brasil, Argentina e Paraguai.

Foram iniciadas a informatização do Sistema Penitenciário Nacional — INFOOPEN e a publicação do Censo Penitenciário de 1995. Firmaram-se 50 convênios com os estados para construção, ampliação e reforma das instalações físicas de estabelecimentos prisionais, com investimento da ordem de 46 milhões de reais. Merece destaque a assinatura do convênio com o Estado de São Paulo para a desativação da Casa de Detenção do Carandiru, com investimento total de 117 milhões de reais.

Serão investidos em 1997 cerca de 150 milhões de reais no INFOOPEN, além de implementar-se, em 80 estabelecimentos, o programa de educação aos presos, desde o analfabeto até o de 2º grau. Para ampliar a eficiência do sistema será apresentado o anteprojeto de reforma da Lei de Execução Penal e reformuladas as diretrizes da Política Criminal Nacional e as diretrizes da Política Penitenciária

Nacional, com proposição de amplo leque de alternativas à pena de prisão.

Na área de trânsito será desenvolvido o Programa Brasileiro de Segurança no Trânsito — PBST e ampliado o Sistema RENAVAM com a integração de 3 novas unidades da federação, totalizando 22 estados. Além disso, será editada a Resolução fixando requisitos de segurança para a construção de veículos de transporte coletivo de passageiros, de fabricação nacional e estrangeira, a fim de proporcionar maior segurança na circulação dos veículos tipo ônibus e micro-ônibus.

X. DEFESA NACIONAL

Concisa na forma e abrangente no conteúdo, a Política de Defesa Nacional proposta pelo Governo Federal representa importante avanço conceitual por refletir considerações de ordem militar e civil. Anuncia a necessidade de uma política de defesa sustentável, estabelecendo vínculo entre a segurança do Estado e o bem-estar da sociedade. Outro avanço importante foi ter sido a proposta submetida ao debate, sendo de destacar o seminário promovido pela Comissão de Defesa Nacional da Câmara dos Deputados. De agora em diante, serão realizados estudos para aprofundamento do documento relativo à Política de Defesa Nacional, bem como para o aperfeiçoamento do conceito de estratégia nacional ali sustentado.

Criou-se a “Autoridade Nacional” para implementar os dispositivos da Convenção para a Proibição de Armas Químicas no Brasil e foi aprimorado também o controle das exportações no campo das tecnologias sensíveis, com a participação do Brasil no Regime de Controle da Tecnologia de Mísseis — MTCR e no Grupo de Fornecedores Nucleares — NSG. Novas ações serão desenvolvidas para aprimorar o cadastramento e verificações a serem efetuadas pelo organismo internacional da aplicação da Convenção.

As Forças Armadas, no âmbito dos seus compromissos internacionais e fiéis à política de contribuir para a paz e segurança

mundial, estiveram presentes, pela ONU, em diversas missões de paz, como a Missão de Observadores Militares dos Países Garantes no Equador e Peru — MOMEPE, na antiga Iugoslávia, em Honduras, na Costa Rica, na Nicarágua e na Terceira Missão de Verificação das Nações Unidas em Angola. O Governo reiterou a importância da presença brasileira no processo de paz em Angola, inclusive com a visita do Presidente da República à missão de Força de Paz.

A Operação Cruzeiro do Sul, da qual participou o Exército brasileiro, constituiu-se em mais uma manifestação da vontade de integração, neste caso, no campo militar, entre Brasil e Argentina. A operação proporcionou maior coordenação entre os integrantes dos dois Exércitos, no cumprimento de missões de manutenção de paz, sob a égide da ONU. A Operação permitiu desenvolver a capacidade de planejamento e execução de exercícios combinados e criou condições para a criação de formas de “interoperabilidade” entre os integrantes de ambos os Exércitos.

Essa presença internacional deverá ser intensificada, por exemplo, com a participação em operações navais conjuntas no País e no exterior, e missões de paz sob o patrocínio da ONU, além da presença naval visitando portos dos países amazônicos. Com esse mesmo espírito, o Exército deverá participar do Exercício Forças Unidas — 1997 com o Exército do Uruguai.

Deverá prosseguir o Acordo de Cooperação entre os Governos do Brasil e da Namíbia, que prevê formação de pessoal, levantamentos hidrográficos, apoio na construção de navios-patrulha e de base naval, além da orientação para a estruturação da Ala Naval do Ministério da Defesa daquele país.

Foi dada continuidade ao desenvolvimento do Sistema de Comunicações Militares por Satélite — SISCOMIS, instrumento vital para a eficiência do Estado-Maior das Forças Armadas, operando as estações da banda “C”, em Brasília, Rio de Janeiro e Curitiba.

No interesse de ampliar a integração das Forças Singulares, foi consolidado o Plano de Ciência e Tecnologia das Forças Armadas, para a segurança e defesa do País e interligados 15 laboratórios pertencentes a essas, por meio da Rede Nacional de Pesquisas. Concentrando os esforços na pesquisa estratégica, foram privilegiadas as áreas de eletrônica, telecomunicações, sistema de comunicações, sistema digitais, sistemas de informações táticas e para projetar, construir e operar plantas nucleares de produção de combustíveis e de propulsão marítima. Várias tecnologias foram repassadas para a indústria brasileira, institutos de pesquisas e universidades, dentro de uma programação cuja finalidade é minimizar a dependência externa quanto aos recursos de natureza estratégica de interesse para a sua defesa.

O Projeto de Capacitação em Ciência e Tecnologia deverá concentrar sua atuação na modernização e integração de 18 laboratórios e continuar as pesquisas no projeto do submarino nuclear, o desenvolvimento tecnológico na área aeroespacial e de materiais de emprego militar para a força terrestre.

O Reaparelhamento das Forças Armadas teve continuidade com o desenvolvimento, a produção e a aquisição de modernos meios de defesa, vigilância e combate, com ênfase para utilização na região amazônica. Destacam-se a incorporação das aeronaves AM-X, de submarinos construídos no Arsenal da Marinha, a completa modernização do navio-aeródromo Minas Gerais, considerado o porta-aviões

do Mercosul, a produção de morteiro pesado, da viatura especial socorro e da arma leve anticarro.

Estão previstos para 1997 o recebimento de aeronaves AM-X, o desenvolvimento da aeronave leve de ataque AL-X e a aquisição de aeronaves de transporte leve CL-X, de características adequadas para operação na região amazônica. Dentro do programa de reequipamento, espera-se o recebimento de helicópteros, de mísseis ar-ar, de curto alcance, de conjuntos de guiagem de bombas por raio laser e de mais duas aeronaves Mirage.

Esse esforço de investimentos nas Forças Armadas visa também manter a Força de Pronto Emprego equipada com materiais modernos, com implantação do núcleo de modernidade (Força de Pronto Emprego, Guerra Eletrônica, Aviação do Exército, Ensino Militar e Sistema de Comando e Controle).

Dentro das atividades de interesse civil cabe mencionar a implantação do Centro de Controle de Missão em Brasília e Recife, para realização de Busca e Salvamento via Satélite, do Núcleo da Célula de Defesa Aérea da Amazônia e da Rede de Dados de Meteorologia, com a finalidade de irradiar as informações de previsão meteorológicas. Merece destaque ainda a elaboração da proposta de revisão do Código Brasileiro de Aeronáutica e do Programa Nacional de Prevenção de Acidentes, com vistas ao aperfeiçoamento da aviação civil e tráfego aéreo.

Nessa interface, cabe menção ao Plano de Levantamento da Plataforma Continental Brasileira, que cumpriu o cronograma previsto. Ao seu término, o País terá um novo limite externo de sua plataforma continental, representando um acréscimo de 4,5 milhões de km² a

serem incorporados ao espaço econômico brasileiro, o que corresponde a cerca de metade da parte terrestre de nosso território.

Outro ponto importante é a continuidade de ações no campo da regulamentação da segurança da navegação fluvial e marítima, a fiscalização, balizamento marítimo e fluvial nas águas jurisdicionais brasileiras, a produção da cartografia náutica e as operações de busca e salvamento nas áreas marítimas e fluviais.

As Forças Armadas vêm participando do Programa de Distribuição Emergencial de Alimentos, bem como do desenvolvimento de projetos voltados para a recuperação de "meninos de rua". Foram firmados convênios com o Ministério da Saúde para apoiar a ação de assistência no campo das doenças sexualmente transmissíveis e a instalação das Redes de Telemedicina nas Regiões Norte e Centro-Oeste, proporcionando o suporte em locais de difícil acesso, a elevação da qualidade dos serviços médicos, o controle estatístico de endemias e epidemias, a geração de empregos e a formação de mão-de-obra especializada.

O Programa Especial Calha Norte prosseguirá sua atuação de apoio ao desenvolvimento de áreas isoladas da Região Norte, com medidas em setores de abastecimento de água, geração e distribuição de energia elétrica, implantação e conservação de infra-estrutura viária, extensão de serviços de telecomunicações e ampliação dos recursos sociais básicos nas áreas de saúde, saneamento e educação.

PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA

**Secretaria de Comunicação Social
Subsecretaria de Imprensa e Divulgação**

ORGANIZAÇÃO E CONTEÚDO

Ministério do Planejamento e Orçamento

COMPOSIÇÃO E COORDENAÇÃO GERAL

**Casa Civil da Presidência da República
Subchefia para Assuntos Parlamentares**

ESTA OBRA FOI FORMATADA E
IMPRESSA PELA
IMPRENSA NACIONAL
SIG, QUADRA 6, LOTE 800
70604-900, BRASÍLIA, DF,
EM 1997, COM UMA TIRAGEM
DE 5.000 EXEMPLARES